FERRAMENTA DE TRIAGEM DE DIREITOS HUMANOS





Siglas

<u>CCB</u> Padrão de Clima, Comunidade e Biodiversidade

Comunidades Incluindo todos os Povos Indígenas e Comunidades Locais

FPIC Consentimento Livre, Prévio e Informado

Guia de direitos humanos da TNC

HRDD Due Diligence em Direitos Humanos

HRIA Avaliação de Impacto em Direitos Humanos

HRRA Análise de Risco em Direitos Humanos

ICCPR Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos

ICESCR Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais

IPLCs Povos Indígenas e Comunidades Locais

NCS Soluções Climáticas Naturais

UDHR Declaração Universal dos Direitos Humanos

<u>UNDRIP</u> Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas

<u>UNGPs</u> Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos

VCA Voz, Escolha e Ação da TNC 2.0

VCS Padrão de Carbono Verificado

ÍNDICE DE CONTEÚDO

Siglas		2
ÍNDICE DE CONTEÚDO		3
SEÇÃO 1. Introdução		6
SUMÁRIO EXECUTIVO		6
INTRODUÇÃO		10
Direitos Humanos e Conse	ervação	10
Direitos Humanos e Soluç	ões Climáticas Naturais	11
Considerações sobre o Pro	ojeto da Ferramenta	12
Realização de Workshop s	sobre a Ferramenta	12
A Ferramenta, o Guia, o V	/CA	13
O que significa "Comunid	ades" em contextos de triagem?	13
Comunidades e o Processo	o de Triagem	14
SEÇÃO 2. Visão geral		17
Aprendizado e Discussões	Iniciais	17
Histórico do Projeto e da	Comunidade	17
Fase de Triagem		17
Riscos aos Direitos Huma	nos	17
Risco Contextual e Riscos	do Projeto	18
Julgamento e Priorização.		18
Ferramenta-chave: Identif	icação de Riscos do Projeto	19
Ferramenta-chave: Identif	icação de Riscos Básicos Mínimos	20
Lista Pesquisar		20
Lista Delegar a um Nível	Hierárquico Superior	20
Lista Priorizar		21
Lista Monitorar		21
Tabelas de Resultados		22
Fase de Acompanhamento		22
-	a Delegar a um Nível Hierárquico Superior: Buscar Revisão	
•	a Priorizar: Engajamento com os Detentores de Direitos ou	
Acompanhamento da Lista	a Monitorar: Engajamento, Acompanhamento e Revisão	24

SEÇÃO 3. Contexto do Projeto e da Comunidade	24
Contexto do Projeto e da Comunidade	24
Avaliação de Partes Interessadas e Envolvidas Existentes	25
Identificação de Questões de Equidade de Gênero e Grupos Vulneráveis	25
Questionários	26
Escopo Geográfico	26
Controvérsias sobre Projetos de Crédito de Carbono	28
SEÇÃO 4. Triagem de Risco Contextual	32
Tabelas de Indicadores	32
Tabela 1 - Violência, Intimidação, Assédio	33
Tabela 2 – Posse, uso e acesso à terra	36
Tabela 3 – Equidade de Gênero e Identidades Vulneráveis	38
Tabela 4 – Direitos culturais	41
Tabela 5 – Compartilhamento de Benefícios	42
Tabela 6 – Direitos Socioeconômicos	46
Tabela 7 – Direitos Trabalhistas e Meios de Subsistência	49
Tabela 8 – Autodeterminação, Participação e FPIC	51
Tabela de Riscos Contextuais	55
SEÇÃO 5. Triagem de Riscos do Projeto	57
Triagem de Riscos do Projeto	57
Aplicação e Resultados	57
Tabelas de indicadores	58
SEÇÃO 6. Tabelas de resultados	140
TABELAS DE RESULTADOS	140
Visão Geral	140
Lista Pesquisar	141
Lista Delegar a um Nível Hierárquico Superior	141
Lista Priorizar	141
SEÇÃO 8. Glossário, Perguntas Frequentes e Outras Ferramentas	149
GLOSSÁRIO	149
Veja também: Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra o Desaparecimento Forçado — Preâmbulo da Declaração e Artigo 2. (40)	150
PERGUNTAS FREQUENTES	
OUTRAS FERRAMENTAS	
REFERÊNCIAS	159

SEÇÃO 1. Introdução

SUMÁRIO EXECUTIVO

As Soluções Climáticas Naturais (NCS) são definidas como aquelas baseadas na natureza, sustentáveis, e que, além de mitigar mudanças climáticas, são mensuráveis e equitativas. Os projetos de NCS são equitativos se, no mínimo, respeitarem os direitos humanos e a autodeterminação indígena. Na prática, isso requer a condução de *Due Diligence* em Direitos Humanos (HRDD). A HRDD é um processo multifacetado de desenvolvimento de políticas, avaliação de impacto, engajamento da comunidade, mitigação de riscos, monitoramento e mecanismos de reparação para danos inevitáveis, que deve ser incorporado ao projeto desde a concepção até a operação. Fazer uma triagem preliminar para identificar e priorizar questões é um passo essencial para dar início a esse processo.

A Ferramenta de Triagem de Direitos Humanos foi desenvolvida por especialistas de NCS da *The Nature Conservancy* (TNC), em colaboração com consultores de direitos humanos do <u>Forum Nobis</u>, e seu piloto está sendo feito com equipes de campo que trabalham diretamente com comunidades locais. Esta ferramenta oferece um processo específico e acionável, por meio do qual as equipes podem identificar potenciais riscos de direitos humanos e priorizá-los de acordo com os princípios de HRDD (*Due Diligence* em Direitos Humanos), para promover a atenção, o envolvimento da comunidade e ações.

Esta é a versão beta do que se espera ser uma Ferramenta de código aberto, hospedada pela *naturebase* e *Nature4Climate*, destinada à comunidade de organizações de conservação, desenvolvedores de projetos e comunidades que trabalham para dar continuidade às ações de NCS. Os usuários são convidados a explorar a Ferramenta e a fazer considerações a respeito de como melhorá-la. Após um período inicial, os usuários interessados serão convidados a contribuir para um processo de avaliação e a tornarem-se co-contribuidores em futuros desenvolvimentos. Portanto, sinta-se à vontade para compartilhar seus pensamentos sobre a ferramenta conosco através deste <u>formulário</u>.

Observação: A Ferramenta de Triagem de Direitos Humanos é um processo de autoavaliação para auxiliar equipes a identificarem potenciais riscos aos direitos humanos relacionados a projetos. A ferramenta também auxilia na priorização desses riscos para que recebam atenção e ações posteriores, realizadas em colaboração com as comunidades. Esse processo contribui para o cumprimento das responsabilidades de *Due Diligence* em Direitos Humanos. Esta Ferramenta não fornece e nem tem como objetivo oferecer aconselhamento específico sobre questões de direitos humanos ou localidades específicas. Esta Ferramenta não é destinada a ser um instrumento de denúncia de violações de direitos humanos. É de responsabilidade do usuário denunciar violações às autoridades organizacionais, nacionais ou internacionais apropriadas.

Esta Ferramenta não se destina a processar informações pessoais e os usuários são aconselhados a evitar inserir tais informações nela. A sua privacidade é importante para nós. Toda e qualquer informação inserida nesta Ferramenta de Triagem de Direitos Humanos é estritamente para seu uso pessoal e não será acessível a outros usuários individuais. Todos os dados inseridos na ferramenta de autoavaliação são de sua propriedade e não serão acionados ou utilizados pela *Nature4Climate* ou pela TNC para qualquer outro fim que não seja fornecerlhe relatórios. **Atenção: Os dados introduzidos pelo usuário serão eliminados em junho de**

2024 para o lançamento da versão 2 desta ferramenta. Os usuários devem baixar seus relatórios antes de junho de 2024 para que seu trabalho seja salvo. Caso deseje que sua conta e os dados nela contidos sejam excluídos antes desse prazo, entre em contato conosco pelo email help@naturebase.org.

A conservação bem-sucedida e duradoura deve priorizar os direitos humanos, os direitos coletivos, a autoridade e a capacidade de todos os Povos Indígenas e Comunidades Locais, denominados Comunidades nesta ferramenta, de gerir e proteger suas terras e recursos naturais.

- Para saber mais sobre as bases desta abordagem, consulte o <u>Arcabouço de Voz, Escolha</u> e <u>Ação da TNC 2.0</u>.
- Para conhecer a metodologia e as boas práticas atualmente implementadas, consulte o Guia de Direitos Humanos.

A <u>Ferramenta de Triagem de Direitos Humanos</u> é um processo de triagem para ajudar as equipes de projetos de conservação a:

- 1. **Identificar** os riscos de projetos baseados em direitos humanos
- 2. **Priorizar** riscos para maior atenção e ação em colaboração com as Comunidades
- 3. **Cumprir** com a responsabilidade de *Due Diligence* em Direitos Humanos.

O trabalho desta ferramenta ocorre em três fases:

1. Pesquisa

- o Engajamento e realização de pesquisas preliminares
- o Ver Guia de Direitos Humanos, Módulo 1
- Contexto completo do projeto e da comunidade.

2. Triagem

- o Executar a Triagem de Risco Contextual
 - o Identificar a existência de riscos: "sim", "não", ou "pesquisar mais"
 - Produzir uma lista de pesquisa com os assuntos que precisam de mais investigação.
- o Executar a Triagem de Riscos Projeto
 - Realizar as Identificações de Risco do Projeto com base nos riscos e problemas identificados na tela anterior
 - Gerar a Lista Delegar a um Nível Hierárquico Superior, a Lista Priorizar e a Lista Monitorar.

3. Acompanhamento

- o Investigar as questões da **Lista Pesquisar** identificadas na Fase 2 acima
 - Executar uma outra Triagem de Risco Contextual depois desta pesquisa estar concluída.
- o Para questões da **Lista Delegar a um Nível Hierárquico Superior**, a revisão deve ser feita pela supervisão ou por nível superior. Para riscos considerados críticos, busque revisão além daquela feita pela equipe do projeto.
- o Para questões da **Lista Priorizar**, realize análises e engajamento
 - Mantenha o foco nessas questões ao desenvolver e implementar projetos.
 - Procure oportunidades de integração desse trabalho aos processos em andamento.
- o Para as questões da **Lista Monitorar**, continue fazendo o acompanhamento.

- Essa lista deve ser revisada anualmente, no mínimo, ou mais frequentemente, de acordo com a necessidade dos projetos.
- o Revisar durante a implementação do projeto.
- Revisar Outras Ferramentas para quaisquer preocupações em relação a equidade e bem-estar.
- Observação: Não comece novos projetos ou expanda os projetos atuais até que a revisão acima esteja concluída.

Com o objetivo de auxiliar as equipes na **identificação** de possíveis questões, e **priorizá-las** para ação, esta Ferramenta orienta as equipes através de questões-chave refletidas por meio de 82 indicadores e fornece orientações específicas para auxiliar na identificação de riscos do projeto, priorização e decisão dos próximos passos.

A triagem de riscos do projeto ocorre em duas etapas, garantindo uma análise abrangente.

A **Triagem de Riscos Contextuais** avalia os riscos dos direitos humanos no ambiente geográfico e social do projeto, que pode ou não estar vinculado ao projeto.

A **Triagem de Riscos do Projeto** examina os riscos contextuais identificados de forma mais concreta, avaliando os riscos presentes e futuros para o projeto por meio de um processo estruturado de Identificação de Riscos do Projeto.

As respostas a estas avaliações de triagens são pontuadas e divididas em quatro listas:

- 1. A **Lista Pesquisar** contém questões e indicadores onde são necessárias mais informações, que podem ser obtidas a partir de pesquisa independente, engajamento com comunidades, ou ambos. Isso deve ser concluído antes que as triagens sobre essas questões possam prosseguir.
- 2. A **Lista Delegar a um Nível Hierárquico Superior** reflete riscos potencialmente graves de direitos humanos e requer supervisão ou perspectiva de terceiros.
- 3. A **Lista Priorizar** contém riscos que devem ser analisados mais profundamente e com engajamento dos detentores de direitos durante o desenvolvimento do projeto.

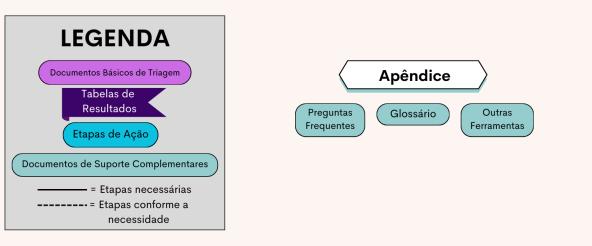
A **Lista Monitorar** contém riscos menos aplicáveis ao projeto, que devem ser revisados, pelo menos anualmente. A Lista Monitorar também inclui considerações mais amplas sobre equidade e bem-estar, que podem ser melhor abordadas com outras ferramentas.

Esta ferramenta é projetada para equipes de campo, que devem utilizar seu conhecimento e experiência locais para completar a avaliação. A ferramenta não exige a participação das comunidades ao longo de todo o processo, pois tal exigência poderia ser onerosa para muitas comunidades e abordar questões de representação.

No entanto, as etapas de ação pós-triagem, como o desenvolvimento de análises de risco de direitos humanos mais aprofundadas ou o engajamento com detentores de direitos, exigirão a participação das Comunidades. Em estágios posteriores, pode ser sensato pedir às comunidades que validem as determinações da triagem.

Fluxograma da Ferramenta de Triagem de Direitos Humanos

Fluxograma da Ferramenta de Triagem de **Direitos Humanos** Pesquisas Preliminares e engajamento Fase de Contexto do Projeto Pesquisa e da Comunidade Triagem de Risco Contextual Sim", "Não", ou "Preciso de mais Fase de Triagem Triagem de Riscos do Projeto Lista Delegar a um nível Hierárquico Superior Lista Pesquisar INVESTIGAR REVISAR Fase de **ANALISAR** Lista Priorizar Acompanhamento MONITORAR Lista Monitorar **LEGENDA** Documentos Básicos de Triagem **Apêndice**



INTRODUÇÃO

Direitos Humanos e Conservação

A conservação bem-sucedida e duradoura deve priorizar os direitos humanos, os direitos coletivos, a autoridade e a capacidade de todos os Povos Indígenas e Comunidades Locais, denominados Comunidades nesta ferramenta, de gerir e proteger suas terras e recursos naturais.

- Para obter mais detalhes sobre esta abordagem, consulte o <u>Arcabouço de Voz, Escolha e Ação⁽¹⁾</u>.
- Para conhecer a metodologia e as boas práticas em implementação, consulte o <u>Guia de</u> Direitos Humanos⁽²⁾.

O termo IPLCs compreende todas as comunidades e indivíduos que mantêm profundas ligações econômicas e culturais com a terra onde vivem.

As comunidades indígenas e locais (IPLCs) são **líderes** que têm autonomia para compreender e proteger seus próprios direitos, e não **beneficiários** cujos direitos são protegidos por outros.

O conceito de direitos humanos — direitos inerentes a todos os seres humanos — reverbera em muitas culturas e tradições. E, embora as leis internacionais de direitos humanos, estabelecidas por tratados e em tribunais, sejam importantes e frequentemente vinculativas, o conceito de direitos humanos não pode ser totalmente compreendido através de uma única perspectiva.

O trabalho com direitos humanos, portanto, respeita os princípios de não discriminação, responsabilização, transparência, participação e o direito à autodeterminação. Os programas de conservação devem trabalhar com os detentores de direitos de direitos da IPLC para compreender as suas perspectivas sobre as formas mais eficazes e culturalmente significativas de defender os direitos humanos.

As empresas e as organizações não podem terceirizar a sua responsabilidade de respeitar os direitos humanos apenas pelo cumprimento dos termos do direito nacional. Embora as empresas e as organizações devam, obviamente, cumprir a lei, a sua responsabilidade vai além disso, e exige que a conduta esteja em conformidade com as normas internacionais de direitos humanos.

Isto pode ser chamado de *Due Diligence* em Direitos Humanos. As empresas e organizações são obrigadas a investigar, avaliar e responder pelos seus próprios impactos e os impactos de todos os parceiros e associados. O escopo dos impactos inclui quaisquer impactos para os quais as organizações contribuam ou aos quais estejam diretamente ligadas. E, embora isso não signifique que as organizações sejam legalmente responsáveis ou tenham controle total sobre toda a gama de impactos, significa que elas são obrigadas a usar sua influência para mitigar os impactos adversos sobre os direitos humanos sempre que possível.

Este dever de cuidado está integrado às relações, estruturas institucionais e práticas de muitas organizações. Os objetivos e princípios subjacentes às agendas de conservação e direitos

humanos devem convergir, conforme descrito, por exemplo, no Arcabouço VCA da *The Nature Conservancy* ⁽¹⁾, no Guia de Direitos Humanos⁽²⁾ e em outras orientações.

Direitos Humanos e Soluções Climáticas Naturais

A relação entre os direitos humanos e a conservação é recíproca. Os direitos humanos só podem prosperar num planeta habitável.

<u>Soluções Climáticas Naturais</u>⁽⁴⁾ - um esforço global para implementar ações que protejam, gerenciem melhor ou restaurem prados, terras cultiváveis, florestas, e zonas úmidas para reduzir as emissões de gases de efeito de estufa e armazenar carbono.

Esse trabalho representa um passo crítico para evitar catástrofes climáticas.

Como a NCS está enraizada na gestão dos ecossistemas e não, por exemplo, na redução das emissões industriais, pode servir como uma plataforma para as IPLCs seguirem as suas próprias agendas climáticas autodeterminadas. Além disso, a NCS procura criar oportunidades de renda para as IPLCs a partir de projetos de mitigação comunitários bem-sucedidos pagos pelos beneficiários globais da mitigação.

É importante saber que a NCS e outros esforços globais de conservação têm sido ocasionalmente criticados por defensores dos direitos indígenas pelo histórico de deslocações baseadas na mentalidade de modelo de conservação de áreas protegidas⁽⁵⁾. Críticos questionam se essa mentalidade ainda sustenta as práticas de conservação atualmente, e a percepção de que a NCS é parte do problema, e não da solução, pode estar crescendo⁽⁶⁾.

A NCS é de domínio público. Alguns cientistas e profissionais colaboraram para definir seu conceito no início, mas nenhuma entidade única pode dizer definitivamente o que NCS é ou não é, nem governar o uso do rótulo NCS. Portanto, a capacidade de proteger a marca NCS é limitada, e o rótulo NCS às vezes é aplicado a projetos de integridade questionável.

Os profissionais podem ajudar a mitigar esse problema definindo e exigindo integridade como parte de sua prática. O desenvolvimento e a promoção desta ferramenta podem demonstrar o compromisso com a compreensão de que a NCS existe para respeitar os direitos humanos e promover ativamente a autodeterminação, o bem-estar e a equidade dos povos indígenas.

Este assunto não deve ser tratado de forma leviana.

Assumir a responsabilidade pela proteção dos direitos humanos implica que o princípio do respeito permeia profundamente as relações, estruturas e práticas de uma organização.

Todos os impactos dos direitos, que vão desde abusos graves até direitos socioeconômicos, trabalhistas, culturais, o direito à autodeterminação, participação e benefícios, bem como deveres intergeracionais, devem ser cuidadosamente considerados.

Esta ferramenta tem como objetivo abordar a totalidade do alcance e da complexidade desta responsabilidade.

Considerações sobre o Projeto da Ferramenta

O projeto consiste em uma ferramenta de triagem para ajudar equipes a **identificar**, **priorizar** e **analisar** informações sobre os impactos de direitos humanos de NCS e projetos de conservação.

A Ferramenta de Triagem cria uma série de listas contendo questões a serem abordadas (Pesquisar, Delegar à um nível Hierárquico Superior, Priorizar e Monitorar) com ações recomendadas para cada uma.

A priorização é um elemento essencial da *Due Diligence* em Direitos Humanos. Isso requer fazer julgamentos e tomar decisões difíceis. O arcabouço de Identificação de Riscos do Projeto lista fatores para a serem considerados pelas equipes quando da tomada destas decisões.

Embora essa Ferramenta demande e dependa principalmente do conhecimento local das equipes na fase de triagem, ela salienta quando mais informações das Comunidades são necessárias, e exige o engajamento da Comunidade na fase de ação.

A ferramenta está alinhada com três conjuntos de ambições concorrentes:

• Essencial, mas não preponderante

Existem benefícios em uma abordagem consistente e aplicável globalmente. No entanto, as equipes em campo têm a compreensão diferenciada necessária para criar soluções culturalmente significativas e sustentáveis, e essa experiência não pode ser subordinada.

• Rigoroso, mas não incompreensível

Seguir um padrão rigoroso e profissional de análise de direitos humanos é um objetivo louvável. No entanto, ele não pode obscurecer a compreensão ou a capacidade das equipes que realizam o trabalho de aplicar na prática os conselhos e as orientações que resultam da análise.

• Inclusivo, mas não exaustivo

A organização de análise de direitos humanos, *NomoGaia*, afirma que os 40 direitos humanos fundamentais interagem de maneiras complexas, o que significa que há "uma infinidade de pequenas maneiras teoricamente possíveis pelas quais as operações de um projeto podem impactá-los". No entanto, quando a análise se torna excessivamente complexa, ela pode ser paralisante. É importante fazer uma varredura completa dessa complexidade, e da mesma forma, definir limites analíticos e modelos para determinar quais são as prioridades.

Realização de Workshop sobre a Ferramenta

Em abril de 2022, as equipes de campo da TNC que trabalham separadamente na Indonésia, no Quênia, no México, na Austrália, em Angola, na Mongólia, nos Estados Unidos, na Guatemala e no Brasil participaram de um processo de *workshop* que incluiu uma introdução, um exercício de coleta de fatos, um exercício de aplicação da ferramenta e uma entrevista de acompanhamento.

Em setembro de 2022, uma equipe dedicou um dia inteiro à aplicação da Ferramenta de Triagem, o que lhes permitiu mergulhar completamente nas realidades práticas do uso da ferramenta, o que ajudou nossa equipe a identificar novas questões e ajustar as orientações sobre como priorizá-las.

As orientações provenientes de todo esse trabalho moldaram a versão atual da Ferramenta.

A Ferramenta continuará a se adaptar às novas lições adquiridas com a experiência conforme futuras equipes a utilizarem.

A Ferramenta, o Guia, o VCA

A ferramenta possui dois objetivos principais:

- 1. Ajudar as equipes a alcançarem os objetivos do <u>VCA</u>⁽¹⁾, que descrevem os tipos de relações que as organizações de conservação almejam ter com as IPLCs afirmando seu direito à autodeterminação;
- 2. Ajudar as equipes a seguir <u>os princípios do Guia</u>⁽²⁾, que descrevem como alcançar esses relacionamentos por meio do consentimento livre, prévio e informado.

O VCA e o Guia concentram-se mais em princípios e processos do que em direitos humanos específicos, porque os direitos humanos não podem ser limitados a uma única perspectiva.

Compreender as questões de direitos humanos apresentadas por um projeto no contexto das leis internacionais de direitos humanos estabelecidas é um passo importante — especialmente para o trabalho realizado por organizações multinacionais. Muitas organizações são membros da Iniciativa de Conservação sobre os Direitos Humanos, um consórcio de organizações internacionais que busca melhorar as práticas de conservação promovendo os direitos humanos em políticas e práticas.

- Para mais informações sobre o respeito aos direitos humanos:
 - o <u>Elemento Fundamental 1 do VCA Benefícios, impactos e inclusão</u> equitativos⁽⁷⁾
- Para mais informações sobre como conseguir uma análise detalhada dos direitos humanos:
 - O processo do FPIC⁽⁸⁾
 - o Implementação⁽⁹⁾
 - Monitoramento, Avaliação e Adaptação⁽¹⁰⁾

O Guia oferece um modelo de indicadores de direitos humanos, mas não possui um processo de triagem de direitos humanos, portanto, esta Ferramenta visa preencher essa lacuna.

O gráfico abaixo mostra as conexões entre a Ferramenta, o Guia e o VCA.

(Veja também o documento Outras Ferramentas.)

O que significa "Comunidades" em contextos de triagem?

Entende-se que o termo IPLC inclui todos os "povos e comunidades que possuem uma profunda relação com as suas paisagens naturais, das quais dependem para o bem-estar cultural, espiritual, econômico e físico." Ver <u>Guia, Módulo 1⁽¹¹⁾</u>.

Numa visão ainda mais ampla dos IPLCs, denominada "Comunidades" nesta Ferramenta, é apropriada para a triagem preliminar.

Esta Ferramenta não orienta as equipes a alcançarem resultados políticos ou resolver reivindicações concorrentes. O trabalho da Ferramenta é identificar questões e priorizá-las em listas. Assim, se faz necessária uma abordagem ampla e inclusiva.

Na prática, isso significa que as equipes devem evitar tentar avaliar a profundidade relativa da conexão de uma comunidade com suas terras, pois essas questões geralmente geram complicações e potenciais equívocos.

O uso do termo "Comunidades" tende a ser o mais inclusivo possível. Qualquer comunidade que alega ter uma relação com a paisagem pode ser incluída - pescadores, agricultores e outros - e uma definição mais detalhada pode ocorrer em processos posteriores.

Alguns indicadores exigem uma atenção cuidadosa à questão de saber se determinadas comunidades são reconhecidas pelo direito internacional como Povos Indígenas.

A UNDRIP (Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas) não oferece uma definição fixa de "Povos Indígenas". Ela reconhece que definições anteriores têm sido historicamente usadas para excluir o reconhecimento, direitos e benefícios dos Povos Indígenas.

O respeito pela autodeterminação e pela autodefinição das comunidades leva a melhores relacionamentos e a resultados de conservação mais sustentáveis.

Para mais informações, consultar <u>Who Are Indigenous Peoples?</u> Fórum Permanente das Nações Unidas sobre Assuntos Indígenas.

Comunidades e o Processo de Triagem

Como as equipes devem incluir as Comunidades no processo de triagem?

Essa é uma pergunta difícil com uma resposta cheia de nuances.

Em primeiro lugar, as próprias Comunidades são a fonte de informação mais importante e precisa sobre os seus próprios interesses. É essencial trazê-los para qualquer processo de avaliação de risco antes de tomar quaisquer decisões importantes sobre implementação ou mitigação.

Mas é importante que isso seja feito no momento certo.

Em muitos casos, é injusto impor às Comunidades o ônus do trabalho de triagem. É responsabilidade da empresa ou organização garantir que seu trabalho não cause impactos sobre os direitos humanos. Não é responsabilidade das Comunidades ajudar uma empresa ou organização a se autoavaliar, e não deve haver expectativa desse trabalho, especialmente sem uma compensação justa.

Os processos de triagem desta ferramenta são um exercício preliminar para identificar questões, priorizá-las e organizar o pensamento das equipes. É uma espécie de introdução que aponta para maneiras de iniciar um processo colaborativo com as Comunidades.

A Ferramenta não é uma solução completa para realizar a *Due Diligence* em Direitos Humanos ou o processo de engajamento comunitário.

As equipes de conservação têm duas responsabilidades igualmente importantes:

- 1. Realizar o seu próprio processo de triagem para determinar quaisquer impactos possíveis sobre os direitos humanos.
- 2. Acompanhar e validar suas impressões com as Comunidades durante um envolvimento posterior.

As equipes devem confiar em seu conhecimento e experiência locais. Além disso, elas também devem estar cientes, e serem francas a respeito das limitações de seu conhecimento. A Ferramenta ajudará recomendando áreas para pesquisa adicional antes que decisões sejam tomadas.

Somente **após** a conclusão do processo de triagem é que as equipes devem começar a desenvolver planos concretos e a resolver problemas.

Durante a Fase de Pesquisa detalhada na próxima seção, as equipes devem se familiarizar com as Comunidades da região e com as questões relevantes. Depois disso, pode se dar início ao processo de triagem.

Recomenda-se fazer o trabalho de planejamento e resolução de problemas em conjunto com as Comunidades. Nesta fase, as equipes também devem validar as determinações do processo de triagem.

Consulte a seção de Perguntas Frequentes: Por que as equipes estão fazendo essa análise por conta própria em vez de contratar um especialista?

Embora as equipes sejam responsáveis pela triagem preliminar, isso não invalida a importância do engajamento antecipado com as comunidades para garantir o respeito aos direitos humanos e à autodeterminação.

Como o <u>Guia</u> descreve, nenhum desenvolvimento de conceito deve começar antes que as Comunidades estejam envolvidas. O planejamento cuidadoso e a prática de moderação ajudarão as equipes a cumprirem esse mandato.

O engajamento precoce com as Comunidades é fundamental no direito internacional dos direitos humanos. É exigido pelos tribunais.

Dadas as históricas disparidades de poder, as Comunidades podem relutar em levantar questões ou inserir suas perspectivas se sentirem que as principais decisões já foram tomadas.

Se as Comunidades se sentirem usadas para aprovar algo que já foi decidido, o relacionamento com a empresa ou organização pode se deteriorar, afetando negativamente os resultados.

Além disso, as Comunidades quase sempre detêm detalhes críticos sobre quais estratégias ou abordagens devem ser empregadas.

Na medida em que uma empresa ou organização e as Comunidades têm objetivos diferentes, um conjunto compartilhado de metas deve ser estabelecido. As empresas e organizações não

devem tentar impor os objetivos das Comunidades a um projeto que não foi desenvolvido para atender às suas necessidades.

SEÇÃO 2. Visão geral

Aprendizado e Discussões Iniciais

Ao se prepararem para usar esta Ferramenta, as equipes devem se sentir capacitadas para conduzir pesquisas e se envolver com as Comunidades-chave. O Módulo 1 do Guia de Direitos Humanos (11) pode orientá-los na identificação das Comunidades, na avaliação da capacidade de envolvimento, focando em como promover o engajamento de forma respeitosa. Os direitos humanos são e devem ser adaptados às compreensões e valores locais. Pessoas de fora das Comunidades devem trazer humildade e deferência ao processo de aplicar sua compreensão dos "direitos humanos internacionais" às circunstâncias de outras pessoas.

Histórico do Projeto e da Comunidade

As equipes devem fazer um mapeamento de partes interessadas ou uma avaliação das mesmas para identificar os detentores de direitos e descobrir todos os impactos potenciais que os afetam. Elas também devem identificar subgrupos dentro das Comunidades que podem precisar de considerações especiais ao abrigo dos direitos humanos. Além disso, nesta fase, a Ferramenta gera os seguintes termos específicos do projeto:

- Local do Projeto
- Área do Projeto
- Região do Projeto

A real utilidade da fase de pesquisa é fornecer auxílio às equipes para que se acostumem com as geografias, comunidades e outros contextos encontrados no projeto. Existem muitas outras ferramentas de definição de contexto disponíveis para esse trabalho, portanto, as equipes devem decidir por si mesmas qual delas é a mais adequada.

Fase de Triagem

Riscos aos Direitos Humanos

O trabalho de conservação cria impactos. Estes impactos podem ser bons ou controversos, ou mesmo difíceis de serem caracterizados. Executar um programa de meios de subsistência implica o risco de resultados desfavoráveis, os quais podem afetar a equidade de gênero ou o direito à autodeterminação de uma comunidade.

É crucial ter ciência dessa possibilidade para evitar resultados indesejados. A abordagem de conservação baseada em direitos humanos visa respeitar e promover os direitos humanos, e, portanto, encaramos os riscos como inevitáveis, abraçando o processo de identificação e resposta de forma eficaz. Esta Ferramenta ajuda a identificar e priorizar esses riscos.

Dado o amplo escopo dos direitos humanos e nossa responsabilidade de respeitá-los e protegêlos, compreender como as ações e os impactos se relacionam ajudará as equipes a entenderem as obrigações de sua organização. Esta ferramenta foi projetada para identificar e priorizar riscos relacionados aos direitos humanos — ela aborda uma ampla gama de impactos, incluindo não apenas abusos graves dos direitos humanos, mas também direitos socioeconômicos, direitos trabalhistas e direitos coletivos complexos, como o direito à autodeterminação.

Seguir um processo abrangente de *Due Diligence* em Direitos Humanos (HRDD) é essencial. A responsabilidade do HRDD é, primeiro, identificar e avaliar os riscos e, em segundo lugar, cocriar, implementar e revisar as estratégias de mitigação. Esta Ferramenta aplica esses conceitos por meio do Arcabouço de Identificação de Riscos do Projeto, disponível como dica de ferramenta durante toda a fase de triagem do projeto.

Risco Contextual e Riscos do Projeto

A fase de triagem compreende duas partes distintas:

- 1. Triagem de Risco Contextual: Avalia o ambiente global.
- 2. Triagem de Riscos do Projeto: Foca no projeto específico e seus prováveis impactos.

A avaliação ambiental geral é realizada por meio do Arcabouço da Triagem de Risco Contextual. Pode ser fácil negligenciar os riscos aos direitos humanos, especialmente quando os defensores estão, de forma otimista, concentrados nos benefícios e vantagens, em vez de considerar reviravoltas inesperadas.

É importante destacar que, como a Triagem de Risco Contextual lança uma visão tão ampla, presume-se que quaisquer riscos identificados estejam relacionados ao projeto em questão, a menos que a equipe determine especificamente que um risco não seja aplicável, improvável ou já tenha uma estratégia de mitigação em vigor.

Esta primeira fase do processo de triagem avança rapidamente, pois seus indicadores identificam questões relacionadas a direitos de forma ampla e perguntam se as Comunidades que trabalham na área estão cientes sobre eles.

As equipes podem responder "sim", "não" ou "necessidade de mais pesquisa", sendo que esta última opção coloca o indicador em uma lista chamada Lista Pesquisar, para que as equipes documentem e organizem as questões a serem investigadas.

Uma análise mais aprofundada é realizada por meio da Triagem de Riscos do Projeto, que se concentra nos indicadores identificados no processo de Triagem contextual. Neste nível, as equipes receberão orientações específicas para cada indicador e referências cruzadas para outros indicadores e ferramentas, avançando para uma avaliação mais estruturada na Identificação de Riscos do Projeto, onde cada indicador será classificado em uma das três categorias:

- Lista Delegar a um Nível Hierárquico Superior
- Lista Priorizar
- Lista Monitorar

Julgamento e Priorização

A triagem de direitos humanos é um processo complexo, que requer conhecimento prévio, experiência e uma sensibilidade aguçada. Pode ser difícil julgar ou saber o que priorizar, mas

isso é uma parte necessária do processo, pois, afinal, se tudo for considerado prioridade, então nada é de fato prioridade.

Esta Ferramenta, com sua estrutura planejada e prescritiva, visa reduzir a carga cognitiva necessária para fazer essa priorização de maneira eficaz. Ela organiza o pensamento das equipes para que possam se engajar de maneira útil com as Comunidades, porém ela não é uma solução completa. Em vez disso, a Ferramenta orienta expressamente as equipes a revisitar e validar as determinações com as Comunidades.

Durante alguns dos primeiros workshops com esta Ferramenta, as equipes se sentiram desconfortáveis ao fazer determinações de risco, especialmente se sentiam que seriam responsabilizadas por deixar algo passar despercebido.

Isso é totalmente compreensível.

É importante lembrar que, se nenhum processo de *Due Diligence* como este for seguido, a equipe estará essencialmente determinando que "não há risco" para tudo. Portanto, é melhor seguir um processo, por mais imperfeito ou incompleto que possa parecer.

Com isso em mente, os membros da equipe devem se sentir à vontade para usar a Ferramenta e serem devidamente incentivados a identificar riscos, mesmo que essa identificação possa atrasar os prazos do projeto.

Nas sessões de workshop, os membros da equipe se sentiram mais confortáveis para fazer esses julgamentos à medida que se familiarizavam com a Ferramenta. E as discussões que surgiram do uso da Ferramenta mostraram-se educativas e esclarecedoras.

Ferramenta-chave: Identificação de Riscos do Projeto

Este arcabouço de análise de risco, então, é destinado a ajudar as equipes a determinarem se um risco identificado pode ser considerado limitado ou gerenciável a ponto de ser uma parte normal do trabalho no ambiente.

Isso não significa que esses riscos sejam ignorados, mas eles são colocados na Lista Monitorar, onde recebem um nível diferente de atenção.

Uma sigla útil para lembrar os elementos de um risco considerado "normal" é NAURMAL (do original em inglês):

NA — **Not A**pplicable to the Project (Não se Aplica)

U— <u>U</u>nlikely to Occur (Pouco Provável)

 $\mathbf{RM} - \underline{\mathbf{R}}$ eliable $\underline{\mathbf{M}}$ itigation Strategies Exist and Are (Mitigação confiável disponível ou já implementada)

A — **A**vailable (Disponível)

L — <u>L</u>imited Scope of Risk (Escopo de Risco Limitado)

Com o conhecimento adquirido por meio do processo de workshops anteriores, esperamos que esta Ferramenta ajude as equipes a se sentirem mais à vontade ao tomar as decisões complexas de análise de risco exigidas nesta fase de engajamento.

A Identificação de Risco do Projeto visa fornecer às equipes uma visão geral de onde um determinado risco se encontra no continuum de risco do projeto. As equipes, então, fazem uso dessa visão, juntamente com orientações específicas para cada indicador, para categorizar os riscos nas listas Delegar a um Nível Hierárquico Superior, Priorizar ou Monitorar.

Ferramenta-chave: Identificação de Riscos Básicos Mínimos

A Identificação dos Riscos Básicos Mínimos se aplica com mais frequência aos direitos socioeconômicos: alimentação, água, moradia, educação, cuidados médicos, e assim por diante, conforme delineado de forma mais detalhada neste útil <u>folheto informativo⁽¹³⁾</u>. Estes direitos são compreendidos de forma um tanto diferente dos direitos civis e políticos. Em vez de definir padrões específicos, esses direitos são entendidos como que impondo aos estados a obrigação de "realizar progressivamente" o direito ao longo do tempo. Dito isso, os direitos socioeconômicos possuem um "básico mínimo", cuja violação é uma transgressão do direito internacional dos direitos humanos como qualquer outra. Os fatores que indicam uma violação do Básico Mínimo incluem:

- A. *Discriminação ilegal* no respeito, proteção ou cumprimento do direito.
- B. *Medidas de ação retrogressivas que* pioram as condições de linha de base.
- C. Deixar de implantar *estratégias de mitigação* disponíveis que reduziriam a insegurança.
- D. A existência de *inadequações severas persistentes*, particularmente aquelas que afetam as crianças.

Estes fatores são descritos mais detalhadamente no Arcabouço de Identificação dos Riscos Básicos Mínimos, que está disponível como uma dica de ferramenta na fase de triagem do projeto. Ao serem direcionadas pela Triagem de Riscos do Projeto, as equipes devem aplicar os fatores (A) a (D) acima e determinar se um projeto corre o risco de violar o gozo Básico Mínimo de um direito pelas comunidades.

Lista Pesquisar

Ao realizar a Triagem de Risco Contextual, as equipes podem encontrar alguns indicadores que exigem mais informações para serem marcados como riscos contextuais. Estes devem ser investigados por meio de pesquisa de escritório, em conjunto com o engajamento preliminar da Comunidade, conforme descrito no Módulo 1 do Guia de Direitos Humanos (11).

Lista Delegar a um Nível Hierárquico Superior1

Nos casos em que os riscos são considerados violações graves, "graves" ou "flagrantes" no direito internacional dos direitos humanos, independentemente de serem mais ou menos prováveis de ocorrer, as organizações têm uma obrigação mais forte de evitar esses riscos. Estratégias de mitigação podem ser consideradas pouco confiáveis diante desses riscos, pois podem estar acompanhadas de uma falha na governança ou outros tipos de proteções. Esses riscos são colocados na **Lista Delegar a um Nível Hierárquico Superior**

Os riscos destacados na Lista Delegar a um Nível Hierárquico Superior exigirão um nível de revisão e expertise mais rigoroso do que aquele disponível em uma equipe de projeto típica. Algumas organizações podem ter essa revisão e expertise internamente, enquanto outras podem precisar buscar expertise externa. Um risco categorizado como Lista Delegar a um Nível Hierárquico Superior ainda pode se tornar um projeto viável, mas deve ser suspenso até que tenha sido avaliado por revisores de fora da equipe do projeto.

Se um projeto já está em andamento, a ação de colocá-lo em espera pode desencadear impactos adversos aos direitos humanos. Nessas circunstâncias, deve-se suspender mudanças ou expansões significativas até que o risco seja revisto.

A camada adicional de revisão ainda está em fase piloto e é descrita abaixo. Caso um risco da Lista Delegar a um Nível Hierárquico Superior já tenha sido examinado pela liderança regional, nacional ou global fora da equipe do projeto, a Ferramenta recomendará uma atualização.

Lista Priorizar

Por outro lado, alguns riscos requerem atenção imediata pelas equipes de projeto, e devem ser incorporados aos processos de desenvolvimento e implementação do projeto.

Existe uma tendência natural de incluir prioridades excessivas na tentativa de evitar erros, mas, como mencionado anteriormente, se tudo é uma prioridade, então nada é uma prioridade. Esta Ferramenta ajudará nessas decisões de priorização com orientações específicas e arcabouços de análise de riscos-chave.

Quando um risco apresentar um alto nível de risco para o projeto, e este não se enquadrar nas categorias da Lista Delegar a um Nível Hierárquico Superior, ele será colocado na Lista Priorizar para atenção imediata pela equipe do projeto. Todos os outros riscos, avaliados pelo modelo de Identificação de Riscos do Projeto, serão colocados na Lista Monitorar. Deixar esses riscos fora da Lista Priorizar libera tempo e recursos para lidar com as questões mais urgentes.

O acompanhamento recomendado para os problemas na lista de prioridades é descrito abaixo e inclui engajamento e colaboração com as comunidades e detentores de direitos e potencialmente um especialista em direitos humanos.

Lista Monitorar

A Lista Monitorar é um espaço reservado para riscos contextuais que não são prioridade, seja devido ao momento, ou situações incertas e em evolução Lembre-se de que nem tudo pode ser uma prioridade máxima. Esses riscos devem ser revisitados e reavaliados regularmente, pelo menos uma vez por ano.

A Lista Monitorar também é útil para a fase de implementação ou ao projetar processos de engajamento Comunitário.

Alguns itens na Lista Monitorar podem ser mais bem abordados com ferramentas alternativas. A gama de direitos humanos considerados por esta Ferramenta é ampla — alimentação, água, moradia, cuidados médicos, educação, padrões de vida, direitos coletivos, direitos intergeracionais. A abordagem correta para os desafios sociais subjacentes a cada um desses direitos ainda está em debate, e abordagens que são abrangentes e corretas em alguns contextos podem não funcionar em outros. Um conjunto global de ferramentas é útil, mas não pode ser

visto como um substituto universal que funcione em todas as situações. Outras abordagens mais flexíveis ou adaptadas localmente devem ser consideradas e avaliadas.

A referência cruzada a Outras Ferramentas permite que equipes desviem alguns riscos para diferentes arcabouços de solução. Esses riscos ainda estão incluídos na Lista Monitorar para que as equipes possam revisar facilmente o progresso e manter um ponto de referência único para os riscos. Os riscos na Lista Monitorar ocasionalmente podem ser revisados usando o Arcabouço de Identificação dos Riscos Básicos Mínimos para garantir que não ocorra nenhuma discriminação ilegal que viole o básico mínimo do direito em questão.

Tabelas de Resultados

As informações resumidas são extraídas do processo de triagem e codificadas nas Listas Delegar a um Nível Hierárquico Superior, Priorizar e Monitorar. Essas tabelas de resultados são projetadas para auxiliar na organização de ações e recomendações a serem seguidas pelas equipes.

Existe a possibilidade de haver itens sobrepostos nessas listas. As equipes do projeto são incentivadas a usar seu discernimento para estabelecer prioridades e planejar análises e verificações em diferentes fases do desenvolvimento e implementação do projeto. Isso deve garantir transparência e responsabilidade, ao mesmo tempo em que prioriza a expertise da gestão local das comunidades.

Fase de Acompanhamento

Acompanhamento da Lista Delegar a um Nível Hierárquico Superior: Buscar Revisão Adicional

As questões da Lista Delegar a um Nível Hierárquico Superior frequentemente refletem uma falha na governança ou social, elas são imprevisíveis, difíceis de mitigar e acarretam um alto grau de risco aos direitos humanos e à organização. Portanto, as decisões não podem ser tomadas apenas pela equipe do projeto; a liderança organizacional e especialistas externos devem ser consultados.

Até o momento, não há um processo de revisão específico a seguir para os riscos da Lista Delegar a um Nível Hierárquico Superior. Opções futuras poderiam incluir o uso de comitês de revisão existentes, um novo comitê de revisão especializado ou funcionários selecionados que tenham conhecimento dos riscos em questão. Revisores de nível mais elevado em uma organização devem ser capazes de:

- Exercer julgamento independente.
- Oferecer expertise em direitos humanos e/ou nos desafios do ambiente específico do projeto.
- Supervisionar o orçamento discricionário com autoridade para direcionar pesquisas adicionais ou envolver especialistas externos.
- Avaliar o risco organizacional para sua organização, os parceiros da organização e a comunidade global de prática da NCS.

Caso tal revisão não esteja disponível em uma organização, a mesma pode precisar buscar expertise externa para orientar adequadamente os próximos passos.

Para os usuários beta da Ferramenta, recomendamos que enviem os resultados da Lista Delegar a um Nível Hierárquico Superior para um revisor de nível superior em sua organização. Esta pessoa deve ter um nível adequado de autoridade e responsabilidade na organização para aconselhar sobre riscos crescentes. Idealmente, os revisores devem contar com o suporte de um consultor jurídico especializado, que os ajudará a determinar os próximos passos e a encaminhar o problema para os mecanismos de revisão existentes, caso haja uma necessidade urgente.

Caso os riscos da Lista Delegar a um Nível Hierárquico Superior tenham sido previamente examinados pela liderança de nível superior, como no caso de projetos em andamento, a revisão não precisará recomeçar do zero. Uma diretriz geral é que a liderança atualize formalmente sua revisão desses riscos a cada dois anos por meio de uma análise escrita que reconsidere as estratégias de mitigação à luz de novos desenvolvimentos.

Além disso, as equipes podem utilizar um resumo das informações dos critérios-chave de avaliação de riscos para conduzir revisões menos formais de maneira regular, compartilhando essas informações com colegas de outras equipes e unidades.

Acompanhamento da Lista Priorizar: Engajamento com os Detentores de Direitos ou outras *Due Diligence*

Após a triagem, as equipes devem abordar os riscos na Lista Priorizar envolvendo os detentores de direitos e outras partes interessadas. Um componente futuro desta Ferramenta (provisoriamente chamado de Ferramenta de Engajamento de Detentores de Direitos) ajudará as equipes a facilitarem discussões frequentemente complexas e desafiadoras sobre:

- 1. Quais são as questões relevantes aos direitos humanos,
- 2. Quais são as ações e obrigações correspondentes (*por exemplo, para o governo, para a sua organização, para outros*), e
- 3. O que pode e deve ser feito para evitar ou mitigar o risco ou violações dos direitos humanos.

Tanto a Ferramenta de Triagem quanto a futura Ferramenta de Engajamento de Detentores de Direitos são componentes do processo maior de *Due Diligence* em Direitos Humanos (HRDD).

A HRDD é um padrão internacional cada vez mais importante e em rápida evolução, com novas expectativas surgindo a partir de leis nacionais e melhores práticas institucionais. Tipicamente, ela é compreendida não apenas como a identificação e avaliação de riscos, mas também como um processo que envolve os detentores de direitos nos riscos, além da implementação de ações de prevenção e mitigação. A Ferramenta de Triagem ajuda as equipes a cumprirem a parte de identificação e avaliação do processo. O envolvimento dos detentores de direitos auxilia as equipes a cumprirem a parte de envolvimento e estabelece uma base para a criação colaborativa de estratégias de mitigação. Este é um passo especialmente necessário, uma vez que a triagem é baseada principalmente no conhecimento e perspectiva das equipes.

As equipes também podem revisar o Guia de Direitos Humanos, Módulo 4⁽⁹⁾ para orientações mais abrangentes sobre como o diálogo deve prosseguir para alcançar um consenso.

Acompanhamento da Lista Monitorar: Engajamento, Acompanhamento e Revisão periódica

As entradas na Lista Monitorar se enquadram em uma das seguintes categorias:

- a) Riscos da Triagem Contextual que foram considerados de baixo risco para o projeto.
- b) Considerações de Equidade e Bem-estar que podem ser mais bem tratadas por outras abordagens.

Os Riscos do Projeto considerados como baixo risco na Triagem de Riscos do Projeto ainda estão presentes no ambiente operacional. Portanto, eles podem exercer pressão contínua sobre o projeto, e novas ligações ao projeto podem ser reveladas à medida que ele cresce, tem sucesso, falha e/ou ganha visibilidade pública. Por isso, as equipes devem revisar esses riscos anualmente.

Da mesma forma, as Considerações de Equidade e Bem-Estar devem ser revisadas uma vez por ano, juntamente com o status ou as últimas atualizações de quaisquer outras ferramentas ou arcabouços que tenham sido utilizados para explorar ou tratar a questão.

A Lista de Observação deve ser considerada um recurso de referência para o engajamento comunitário e a implementação do projeto. Cada item da lista merece ser discutido com as comunidades e parceiros de decisão à medida que as decisões de implementação se aproximam.

A opinião da Comunidade deve ser solicitada para ajudar as equipes a compreenderem a relevância prática dos riscos identificados durante o processo de triagem e para informar decisões. Onde houver diferentes ponto de vista entre as Comunidades, as equipes devem:

- Sempre considerar as alegações sobre questões que anteriormente não foram classificadas como riscos contextuais e adicioná-las a uma das listas
- Remover da Lista Monitorar quaisquer riscos que as Comunidades considerem irrelevantes
- Levar itens para a Lista Priorizar se o risco parecer aumentado ou se as estratégias de mitigação não forem confiáveis ou disponíveis
- Usar a Triagem de Riscos do Projeto para avaliar novos riscos identificados nas discussões com a comunidade e realizar a Identificação de Riscos do Projeto para adicionar riscos à Lista Delegar a um Nível Hierárquico Superior (se houver uma Violação do Básico Mínimo), Lista Priorizar ou Lista Monitorar, conforme aplicável.

SEÇÃO 3. Contexto do Projeto e da Comunidade

Contexto do Projeto e da Comunidade

Você mapeou partes potencialmente interessadas? Em caso positivo, faça referência e inclua os seus resultados com o uso desta ferramenta. Caso contrário, use esta ferramenta e uma das ferramentas sugeridas abaixo.

O primeiro passo antes de usar a Ferramenta de Triagem de Direitos Humanos é que as equipes obtenham uma visão clara das partes interessadas para entender quais Povos Indígenas e Comunidades Locais poderão ser potencialmente afetados por um projeto.

Identificar os detentores de direitos e as Comunidades é um processo complexo, e a análise deve ser abrangente para capturar todos os impactos potenciais. No entanto, tenha em mente que a tendência de incluir todas as entidades possivelmente ligadas indiretamente pode tornar a análise extensa, paralisante e, em última instância, inútil. Portanto, é importante estabelecer uma base sólida para a estrutura e o escopo.

Investigar a fundo para respeitar a complexidade do processo, ao mesmo tempo em que se mantém um compromisso de tempo realista, respeitando a capacidade das equipes, são os dois mandatos desta Ferramenta. Caso uma avaliação das partes interessadas já tenha sido realizada, carregue aqui. Caso não tenha sido realizada, revejam as ferramentas existentes, completem a tarefa e carreguem os resultados ao concluir.

Avaliação de Partes Interessadas e Envolvidas Existentes

Existem muitas ferramentas baseadas em ciência para mapeamento de partes interessadas, como listado abaixo, mas isso deve incluir a identificação de comunidades impactadas e detentores de direitos. Uma amostra das ferramentas que a *The Nature Conservancy* desenvolveu ou nas quais se baseia inclui:

- Conservation by Design 2.0⁽¹⁸⁾ Situação e análise das partes interessadas.
- Rightsholder and Stakeholder Mapping Template⁽¹⁹⁾
- Community Leaders and Institutions Diagnostic⁽²⁰⁾
- Collective Action and Social Cohesion Diagnostic (21)
- Module 1 of the Human Rights Guide⁽¹¹⁾

As equipes devem considerar a aplicação da ferramenta que melhor atenda às suas necessidades.

Identificação de Questões de Equidade de Gênero e Grupos Vulneráveis

Compreender a existência e as relações das Comunidades é um componente importante do mapeamento de direitos humanos, mas igualmente importante é entender a existência e as necessidades de grupos vulneráveis dentro das Comunidades, incluindo, mas não se limitando a:

- Mulheres
- Jovens
- Pessoas idosas
- Pessoas com deficiência
- Minorias raciais e étnicas
- Pessoas LGBTQI2S+
- Refugiados
- Migrantes
- Defensores dos Direitos Humanos

- Pessoas em situação de pobreza
- Pessoas que vivem com HIV/AIDS ou outras condições de saúde crônicas

Este tópico é explorado detalhadamente no <u>Step 2 of the Human Rights Guide, Module 1:</u> <u>Learning and Early Discussions⁽¹¹⁾.</u>

Alguns dos desafios apresentados estão além do escopo desta Ferramenta de Triagem. No entanto, é importante estar ciente dessas diferenças e questões para identificar potenciais impactos nos direitos humanos. Para desenvolver essa compreensão, pode ser útil revisar o seguinte:

- The Nature Conservancy's Guidance for Integrating Gender Equity in Conservation⁽²²⁾
- Flora & Fauna International's <u>Participatory Approaches Tool</u> (23)

Uma prática recomendada pode ser utilizar essas ferramentas antes de executar a Ferramenta de Triagem de Direitos Humanos. A Ferramenta de Triagem também pode ser utilizada de maneira paralela e iterativa juntamente com outras ferramentas, pois pode identificar questões que representam riscos para esses subgrupos específicos.

Questionários

Utilize as instruções abaixo para preencher as informações de Antecedentes do Projeto e da Comunidade.

Escopo Geográfico

Descreva brevemente o escopo	geográfico	do projeto	com base	nas d	iretrizes	para c	local	do
projeto, área do projeto e região	do projeto.	•						

O Local do Projeto refere-se a qualquer local específico que já tenha sido identificado para

inclusão no escopo do projeto, é onde as atividades de implementação do projeto ocorrerão.
Área do Projeto refere-se ao Local do Projeto mais geografias próximas. Dentro do escopo desta área, os grupos conhecem ou sabem da existência uns dos outros e comunicam-se sobre questões relevantes. Dadas as circunstâncias adequadas (por exemplo, financiamento, interesse da comunidade), pode haver potencial para a expansão do projeto nesta área sem alteras significativamente os objetivos ou a abordagem do projeto.

A Região do Projeto ou Ecorregião inclui automaticamente tanto a Área do Projeto quanto o Local do Projeto, além de outras comunidades regionais que enfrentam questões ou dinâmicas políticas ou ambientais semelhantes.

Catego	oria do Projeto: Marque tudo o que se aplica
$\Box A$	Adaptação climática
$\Box C$	Créditos de carbono
$\Box E$	nergia renovável
$\Box N$	Iitigação climática
$\Box P$	roteção/Conservação
$\Box N$	Ielhoria da Gestão
$\Box R$	Lestauração
$\Box N$	Ielhoria de meios de subsistência locais
\Box L	iderança comunitária
$\Box N$	Ielhoria da participação na tomada de decisões
$\Box N$	Ielhoria da segurança dos direitos sobre terras, água ou recursos
ΠÁ	agua doce
$\Box S$	istemas alimentares (agricultura, pesca, piscicultura)
$\Box F$	oco em políticas
$\Box P$	esquisa
$\Box T$	'estes-piloto
□Ir	mplementação
\Box D	Delegação a níveis hierárquicos superiores
Escreva	a resumidamente sobre:
1.	História do Projeto
	É um novo projeto, ou uma extensão de um trabalho existente?
	Quais são os objetivos do projeto? Por que este projeto está acontecendo agora?
	Tor que este projeto esta acontecendo agora:
•	Escopo Geográfico de Referência Qual o local do projeto? Caso o local ainda não tenha sido selecionado, descreva o escopo esperado e mencione algumas opções em consideração.
•	

	3. •	Atividades Quais atividades estarão presentes neste projeto, no mínimo? Quais outras atividades poderiam ser incluídas como metas adicionais?
	4.	Parceiros Quem mais está envolvido neste projeto? (Incluir ONGs, organizações comunitárias, entidades do governo e setores privados.)
Atı En	ıaln ı ca	nente, seu projeto é ou há planos para que ele se torne um projeto de crédito de carbono? so afirmativo, responda a estas perguntas em conjunto com o seu gerente de projeto de
**	Ob	o de carbono ou equipe de mercados de carbono. servação: Nem todos os projetos de conservação serão ou deverão ser desenvolvidos projetos de crédito de carbono, mesmo assim, as controvérsias abaixo ainda podem se r.
1.	ide	reitos indígenas. Durante a avaliação das partes interessadas, alguma Comunidade entificou ter sofrido impactos negativos, como realocação, devido a projetos de mitigação carbono?

- 2. Competição terrestre. (será que especulação de terras não seria melhor?) Durante o mapeamento das partes interessadas, alguma Comunidade relatou ter se beneficiado de aumentos significativos no valor da terra ou de interesse externo na terra devido a projetos de mitigação de carbono?
- 3. **Limitações de acesso/uso.** Durante o mapeamento das partes interessadas, alguma Comunidade relatou ter sofrido restrições de acesso ou uso de suas terras por parte de governos ou proprietários privados, devido a projetos de mitigação de carbono?

1	Monocultura/reflorestamento inadequado/reflorestamento. Durante o mapeamento das partes interessadas, alguma Comunidade relatou ter sofrido reflorestamento por meio de monoculturas ou introdução de espécies não nativas e ecologicamente inadequadas?
(Justiça climática/equidade. Durante o mapeamento das partes interessadas, alguma Comunidade identificou ter sofrido reivindicações de distribuição injusta dos ônus e benefícios das atividades de mitigação/adaptação de carbono?
3	Preço justo e transparente do carbono. Durante o mapeamento das partes interessadas, alguma Comunidade relatou envolvimento em projetos que produzem créditos de carbono vendidos a preços considerados injustos ou baseados em acordos contestados por falta de negociação justa?
í	Integridade do mercado de carbono. Durante o mapeamento das partes interessadas, alguma Comunidade relatou envolvimento em projetos que geram créditos de carbono com preocupações de integridade do mercado de carbono, incluindo a falta de adicionalidade,

8.	Acompanhamento e conformidade. Durante o mapeamento das partes interessadas, alguma Comunidade relatou queixas sobre o monitoramento dos resultados do projeto de carbono ou a aplicação da fiscalização de conformidade, de forma a gerar reações negativas da Comunidade ou diminuir seu direito à autodeterminação?
9.	Lavagem verde. Os benefícios de mitigação de carbono do projeto estão propensos a serem utilizados por um financiador ou comprador de créditos que tenha sido criticado por suas práticas ambientais, de direitos humanos ou de mitigação de carbono?
10.	Insegurança alimentar ou hídrica. Durante o mapeamento das partes interessadas, alguma Comunidade relatou impactos na disponibilidade ou segurança alimentar ou hídrica decorrentes de projetos de mitigação de carbono?
11.	Meios de subsistência. Durante o mapeamento das partes interessadas, alguma Comunidade relatou envolvimento em pressões para abandonar meios de subsistência tradicionais, ligados a projetos de mitigação de carbono, que foram criticados por serem indesejados ou prejudicarem à autodeterminação da comunidade?
12.	Outras preocupações com os direitos humanos. Durante o mapeamento das partes interessadas, alguma Comunidade relatou envolvimento em casos de alto impacto negativo

sobre direitos humanos ligados a projetos de mitigação de carbono?

Os impactos podem incluir:

- a. Aumento significativo de denúncias de violência, intimidação e assédio. Consultar bases de dados e relatórios de organizações defensoras dos direitos humanos, incluindo Business & Human Rights Resource Centre⁽²⁴⁾ and Front <u>Line Defenders</u>(25).
- b. Alegações de autodeterminação indígena prejudicada ou participação inadequada da comunidade ou FPIC.
- a. Aumento de desigualdades ou impactos adversos que visam mulheres ou grupos vulneráveis.
- b. Impactos negativos em locais culturalmente importantes ou na exploração do conhecimento ecológico tradicional.

	Deterioração da renda, dos níveis de emprego, das condições do local de trabalho ou da proteção dos direitos trabalhistas. Condições deterioradas de moradia, educação ou atendimento médico.
u.	Condições deterioradas de moradia, educação ou atendimento medico.
sujeitos a	política localizada. Os projetos de mitigação/adaptação de carbono estarão oposição política (inclusive devido a qualquer uma das controvérsias las acima), de modo que o projeto possa causar controvérsia ou atenção da mídia?

SEÇÃO 4. Triagem de Risco Contextual

O foco da Triagem de Risco Contextual é determinar quais riscos existem no ambiente geofísico e social de trabalho, independentemente de vínculos com o projeto, conforme descrito na Introdução. Caso haja risco contextual, ele representará um impacto potencial, a menos que seja avaliado de outra forma durante a Identificação de Riscos do Projeto.

Tabelas de Indicadores

Os indicadores a seguir abrangem fatores políticos e sociais, pontos de vista Comunitários e a existência *de alegações* de risco. Tenha em mente:

- Quando dizemos "risco", queremos dizer "uma possibilidade de que os direitos possam ser afetados negativamente." Riscos podem surgir por meio de violação intencional, consequências não intencionais ou fatores contextuais, mesmo sem histórico de problemas.
- Esta triagem foca em alegações, preocupações e fatos relacionados aos riscos.
- Nesta fase, nosso objetivo é apenas identificar potenciais riscos. Ainda não estamos avaliando evidências nem tentando estabelecer conexões com o nosso projeto.
- Para auxiliar na priorização, os indicadores consideram se o risco é uma questão relevante, ou seja, um problema do qual as Comunidades estão cientes e preocupadas. Nem sempre uma única ocorrência de violação se tornará uma questão relevante. Utilize o bom senso e lembre-se que essas definições também serão validadas com as comunidades posteriormente no processo.
- Caso uma pergunta inclua alternativas como ("ou"), uma resposta positiva para qualquer uma dessas alternativas, significa que o indicador deve ser marcado como risco contextual.
- Caso um risco seja apresentado apenas em parte, ainda assim deve ser marcado como um risco contextual.
- Os indicadores solicitarão que você considere diferentes áreas geográficas com base na pergunta: Área do Projeto, Região do Projeto e País do Projeto.
- Mesmo que um órgão governamental ou outra parte negue um risco ou alegação, ele ainda deve ser relatado como risco.
- Caso um projeto proposto possa introduzir um risco indicado que não esteja presente atualmente, este deve ser marcado como risco contextual.
- Caso a equipe não se sinta confortável para tomar essa decisão, a opção "Necessita de mais pesquisa" pode ser marcada. <u>The Rights Tracker</u>⁽²⁶⁾ pode ser uma ferramenta útil para iniciar uma pesquisa preliminar.
- Certifique-se de incluir quaisquer observações que um futuro revisor possa considerar úteis para entender a decisão sobre o indicador. Você também pode descrever brevemente o risco específico que acionou o indicador, especialmente se ele for discreto ou mais restrito do que a descrição.

CENÁRIO: Uma equipe considerou que a igualdade de gênero na comunidade era positiva, com exceção de um benefício governamental disponível apenas para os que ocupavam papéis em um arranjo tradicional. A equipe marcou "sim" no Indicador 3.1 - Violência Baseada em Gênero e Identidade, e descreveu o problema.

Tabela 1 - Violência, Intimidação, Assédio

Todo ser humano tem o direito de viver livre de violência, intimidação e assédio. Os projetos da NCS que ameaçam interesses econômicos ilegítimos, como a caça ilegal, ou que desencadeiam mudanças na competição por recursos ou no equilíbrio social ou político, podem aumentar o risco nessa categoria.

Caso um risco nesta categoria seja grave, pode justificar sua inclusão na Lista Delegar a um Nível Hierárquico Superior para que seja revisado por especialistas independentes do projeto.

Leitura adicional: the <u>Universal Declaration of Human Rights</u>⁽²⁷⁾, the <u>International Covenant on Civil and Political Rights</u>⁽²⁸⁾

1. Violência, Intimidação, Assédio

1.1 Homicídios Região do Projeto: Existem relatos de homicídios por motivação política? Considere ações perpetradas por qualquer autoridade organizada, incluindo governo, grupos políticos, paramilitares, facções étnicas rivais e interesses empresariais ligados à atividade criminosa. *Observação: Para violência que não envolva homicídios, podemos utilizar outros indicadores da Tabela 1
Risco Contextual: PESQUISAR MAIS □ Observações / Risco específico:
1.2 Estupro ou tortura Região do Projeto: Houve múltiplas alegações de estupro ou tortura ligadas a uma autoridade organizada?
Risco Contextual: PESQUISAR MAIS □ Observações / Risco específico:
1.3 Tráfico sexual ou outro tipo de exploração sexual organizada Região do Projeto: Existem alegações múltiplas de que as Comunidades estão sendo usadas como origem ou destino para vítimas de tráfico sexual, pornografia infantil, escravidão sexual, prostituição forçada, gravidez forçada, esterilização compulsória ou envolvimento de uma autoridade organizada?

Risco Contextual: PESQUISAR MAIS □ Observações / Risco específico:
1.4 Desaparecimentos forçados ou involuntários Região do Projeto: Houve múltiplas alegações de desaparecimento ligadas a uma autoridade organizada?
Risco Contextual: PESQUISAR MAIS □ Observações / Risco específico:
1.5 Outras formas de violência, intimidação, assédio Área do Projeto: As Comunidades (especificamente considerando as mulheres) enfrentam violência, intimidação ou assédio frequente de Comunidades rivais ou de pessoas de fora?
Risco Contextual: PESQUISAR MAIS □ Observações / Risco específico:
1.6 Violações generalizadas ou sistemáticas dos direitos civis e políticos Região do Projeto: Existem alegações generalizadas de violações de direitos civis e políticos por uma autoridade organizada? Isso pode incluir direitos de liberdade de expressão e religião, direito de voto, direito de reunião pública, direito de livre circulação dentro do país, direito a um julgamento justo ou outros.
Risco Contextual: PESQUISAR MAIS □ Observações / Risco específico:
1.7 Crime organizado Região do Projeto: Há alegações generalizadas de crime organizado (por exemplo, tráfico de drogas, tráfico humano, armas ilegais, caça furtiva, roubo de gado) associadas a violência frequente ou corrupção?

Risco Contextual: PESQUISAR MAIS □ Observações / Risco específico:
1.8 Ataques aos direitos humanos e aos defensores do meio ambiente Região do Projeto: Existem múltiplas alegações de ataques contra defensores dos direitos humanos e do meio ambiente? Considerar ataques físicos e assédio, além de ações judiciais de má-fé ou retaliação política.
Risco Contextual: PESQUISAR MAIS □ Observações / Risco específico:
1.9 Níveis intracomunitários de violência, intimidação, assédio Área do Projeto: Existem indícios generalizados de que subgrupos dentro das Comunidades (especialmente mulheres e identidades vulneráveis) sofrem violência, intimidação ou assédio por parte de outros membros da Comunidade? Esse indicador pode ser marcado além dos indicadores da Tabela 3 (Gênero).
Risco Contextual: PESQUISAR MAIS □ Observações / Risco específico:
1.10 Segurança baseada no projeto ou função policial O projeto envolverá uma função de segurança, policiamento ou fiscalização (por exemplo, fiscalização de alocações de pastagens)?
Risco Contextual: PESQUISAR MAIS □ Observações / Risco específico:
 1.11 Pessoal do projeto e contratados Existem quaisquer das seguintes alegações sobre funcionários atuais ou esperados do projeto, contratados ou parceiros? violência ou assédio sexual; violência, intimidação ou assédio politicamente motivados; vínculos com crime organizado, terrorismo ou paramilitarismo; vínculos com corrupção ou lavagem de dinheiro; discriminação ilegal enquanto trabalhava no projeto, ou em um projeto precursor ou relacionado nos últimos cinco anos?

Risco Contextual:	SIM □ NÃO □ PESQUISAR MAIS		
Observações / Risco específico:			

Tabela 2 – Posse, uso e acesso à terra

Questões de direitos à terra frequentemente são destacadas neste trabalho. Os IPLCs têm direitos complexos e em evolução sob a lei nacional e internacional. Para mais detalhes, revisem os artigos 3, 18, 25, 26, 29 e 32 da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (UNDRIP). As equipes devem considerar que esses direitos se aplicam a todas as comunidades que se identificam como indígenas.

2. Posse, Uso e Acesso à terra

2.1 Desapropriação/relocação forçada de Povos Indígenas ou outras Comunidades País do Projeto: Existem alegações de desapropriação ou relocação forçada de Povos Indígenas ou outras Comunidades nos últimos 30 anos?
Risco Contextual: PESQUISAR MAIS □ Observações / Risco específico:
2.2 Grilagem de terras e situação de insegurança ou disputa sobre o status da terra Região do Projeto: Existem múltiplas alegações de grilagem de terras ou preocupações generalizadas sobre forasteiros externos que utilizam métodos desonestos para tomar controle das terras das comunidades? Em caso de identificação de Controvérsias do Projeto de Crédito de Carbono nos 1 - 4 na fase de pesquisa, pode ser pertinente marcar como Risco Contextual.
Risco Contextual: PESQUISAR MAIS □ Observações / Risco específico:
2.3 Posse precária ou título consuetudinário Região do Projeto: As comunidades (considerando especificamente as mulheres) ocupam ou utilizam a terra do projeto ou terras vizinhas sem que haja justo título? Ou, se as comunidades possuem título consuetudinário sobre a terra, a validade desse título é incerta? Em caso de identificação das Controvérsias do Projeto de Crédito de Carbono nos 2 ou 3 na fase de pesquisa, pode ser pertinente marcar como Risco Contextual.

Risco Contextual: PESQUISAR MAIS □ Observações / Risco específico:
2.4 Reivindicações de terra incertas ou contestadas Região do Projeto: A cadeia de titularidade da terra é considerada incerta ou imprecisa, especialmente em relação aos legados do colonialismo ou mudança de regime? Caso o projeto envolva uma transação de terras, há alguma reivindicação ou controvérsia relacionada à essa aquisição?
Risco Contextual: PESQUISAR MAIS □ Observações / Risco específico:
2.5 Pressão significativa do governo por controle Região do Projeto: Existem preocupações generalizadas de que o governo buscará realocar Comunidades ou mudar o status do uso e gerenciamento da terra? Em caso de identificação das Controvérsias do Projeto de Crédito de Carbono nos 1 ou 3 na fase de pesquisa, pode ser pertinente marcar como Risco Contextual.
Risco Contextual: PESQUISAR MAIS □ Observações / Risco específico:
2.6 Pressão significativa de terceiros/forasteiros por controle Área do Projeto: Algum terceiro/forasteiro expressou interesse em realocar Comunidades ou mudar o uso/status/gestão das terras da área? Em caso de identificação das Controvérsias do Projeto de Crédito de Carbono nos 2 ou 3 na fase de pesquisa, pode ser pertinente marcar como Risco Contextual.
Risco Contextual: PESQUISAR MAIS □ Observações / Risco específico:
2.7 Pressão por recursos Área do Projeto: As terras contêm (ou acredita-se que contenham) recursos extraíveis (petróleo, gás, minerais, madeira, monocultura florestal) ou potencial de mercado de carbono? Em caso de identificação das Controvérsias do Projeto de Crédito de Carbono nos 2 ou 4 na fase de pesquisa, pode ser pertinente marcar como Risco Contextual.

Risco Contextual: PESQUISAR MAIS □ Observações / Risco específico:
2.8 Acesso/uso do solo Região do Projeto: Existem alegações frequentes por parte das Comunidades (considerando especificamente as mulheres) de incapacidade injusta ou desleal no acesso ao uso da terra e recursos? Em caso de identificação das Controvérsias sobre Projetos de Créditos de Carbono nº 3 durante a fase de pesquisa, pode ser pertinente marcar como Risco Contextual.
Risco Contextual: PESQUISAR MAIS □ Observações / Risco específico:
2,9 Gestão/tomada de decisões Região do Projeto: Existem frequentes alegações por parte das comunidades (considerando especificamente as mulheres) de manejo injusto ou desigual das terras? Em caso de identificação das Controvérsias do Projeto de Crédito de Carbono nºs 5 ou 11 na fase de pesquisa, pode ser pertinente marcar como Risco Contextual.
Risco Contextual: PESQUISAR MAIS □ Observações / Risco específico:

Tabela 3 – Equidade de Gênero e Identidades Vulneráveis

O direito à igualdade no desfrutar de todos os direitos civis e políticos por todos os gêneros e expressões de gênero é protegido especificamente pela <u>Convention on the Elimination of Discrimination against Women (CEDAW)</u>⁽²⁹⁾, <u>UNDRIP</u>⁽³⁰⁾ arts. 21-22, e várias outras fontes de direito. O trabalho de conservação baseado na comunidade pode afetar a equidade de gênero, e várias organizações de conservação têm feito das políticas sensíveis ao gênero e transformadoras uma prioridade máxima. Para maiores informações consulte: <u>Guidance for Integrating Gender Equity in Conservation</u>⁽²²⁾.

Outras Identidades Vulneráveis que também enfrentam maior risco de violações dos direitos humanos de maneira frequente incluem jovens, idosos, minorias raciais e étnicas, pessoas com deficiência, migrantes, pessoas deslocadas (incluindo refugiados) e pessoas que enfrentam discriminação social odiosa (baixo status social). Existe uma vasta literatura em ciências sociais e institucionais sobre a identificação e a resposta às diferentes necessidades que esses grupos

podem apresentar. O Histórico do Projeto e da Comunidade oferece orientações detalhadas para abordar as necessidades dessas identidades.

3. Equidade de Gênero e Grupos Vulneráveis

3.1 Violência baseada em gênero e identidade Área do Projeto: Existem frequentes alegações ou preocupações sobre violência de gênero ou assédio contra mulheres ou outras Identidades Vulneráveis?
Risco Contextual: PESQUISAR MAIS □ Observações / Risco específico:
3.2 Equidade de gênero na gestão e tomada de decisões Área do Projeto: Existem alegações frequentes sobre a participação insuficiente de mulheres ou outras Identidades Vulneráveis na tomada de decisões? Observe que há um risco contextual de inequidade de gênero na maioria dos projetos baseados na comunidade e no trabalho da maioria das organizações em geral.
Risco Contextual: PESQUISAR MAIS □ Observações / Risco específico:
3.3 Gestão/cultura na tomada de decisões Área do Projeto: Os membros da comunidade justificam baixas taxas de participação de mulheres ou outras Identidades Vulneráveis como reflexo inerente aos papéis de gênero?
Risco Contextual: PESQUISAR MAIS □ Observações / Risco específico:
3.4 Participação política das mulheres Região do Projeto: As mulheres são frequentemente eleitas para cargos públicos ou estruturas de autoridade baseadas na comunidade? Em caso negativo, marque como um risco contextual.
Risco Contextual: PESQUISAR MAIS □ Observações / Risco específico:
3.5 Acesso das mulheres às instituições/apoio Área do Projeto: Existem alegações generalizadas de que as mulheres têm acesso prático insuficiente ao suporte institucional disponível para os homens?

Considere	as	seguintes	fontes	de	suporte:
homens, capaSociedade cir desenvolvime	cidade de regi vil: capacida nto comunitá	istrar e/ou operar de de candidata	ar-se a subsídios	-	
3.6 Divisão de trab Região do Projeto em gênero são inj	: Existem ale	• •	adas de que as divi	sões de trab	alho baseadas
Risco Contextual: Observações / Risco	PESQUIS	NÃO □ SAR MAIS □			
Região do Projeto	o: Existem ale recebem um	na parcela justa	salarial zadas de que mulhe dos lucros ou be		
Risco Contextual: Observações / Risco	PESQUIS	NÃO □ SAR MAIS □			
3.8 Maternidade Região do Projeto associadas ao cuid			de que as mulheres	enfrentam o	consequências
Risco Contextual: Observações / Risco	PESQUIS	NÃO □ SAR MAIS □			
_	o: Existem ale	• •	zadas de que mulhe naisquer outros assu		
Risco Contextual: Observações / Risco	PESQUIS	NÃO □ SAR MAIS □			

Tabela 4 – Direitos culturais

Para os Povos Indígenas, os direitos culturais focam em sua sobrevivência e florescimento como um povo autodeterminado, não apenas como cidadãos de seu estado hospedeiro ou como objetos de preocupação externa. Direitos relevantes da UNDRIP: Artigos 4.°, 11.°, 24.°, 25.° e 31 (30). As empresas e organizações devem respeitar e se esforçar para proteger esses direitos ao máximo possível para todas as Comunidades Indígenas. Para mais informações sobre este tema, ver Module 2 of the Human Rights Guide⁽⁸⁾.

4. Direitos Culturais

		opressão

Região do Projeto: Existem múltiplas alegações de algum dos seguintes itens?

- Supressão do acesso de um grupo à sua própria língua, história ou cultura;
- Repressão das práticas culturais, religiosas ou espirituais de um grupo;
- Proibição da participação política com base em raça, etnia ou religião;

 Remoção de c 	s sagrados ou monumentos; rianças de um grupo específico de seus lares, interferência nos doção ou proibições direcionadas ao casamento?
	I □ NÃO □ UISAR MAIS □ o:
e e	m Comunidades Indígenas vivendo em completo isolamento de firmativo, marque "Sim" mesmo que o projeto não tenha previsão nunidades.
	I □ NÃO □ UISAR MAIS □ o:
Área do Projeto: De aco mulheres), existe algum lug área contém propriedade cu	portantes e propriedade cultural ordo com as Comunidades (considerando especificamente as gar sagrado ou cerimonial, incluindo locais de sepultamento, ou a ultural, como material arqueológico ou artefatos? Inclua locais que n ocasiões específicas ou durante determinadas épocas do ano.

Risco Contextual: PESQUISAR MAIS □ Observações / Risco específico:
4.4 Propriedade cultural orgânica e conhecimento ecológico tradicional Área do Projeto: De acordo com as Comunidades (considerando especificamente as mulheres), existem plantas, sementes, animais, minerais ou recursos genéticos que sejam considerados propriedade cultural da Comunidade; parte do seu conhecimento ecológico ou da sua medicina tradicional?
Risco Contextual: PESQUISAR MAIS □ Observações / Risco específico:
4.5 Uso de imagens Região do Projeto: A imagem das Comunidades, seus locais, designs, obras de arte ou expressões artísticas performáticas, são frequentemente utilizadas por pessoas de fora, principalmente em ações de marketing ou captação de recursos?
Risco Contextual: PESQUISAR MAIS □ Observações / Risco específico:
4.6 Assimilação forçada e ameaças à cultura Área do Projeto: De acordo com as Comunidades, sua cultura foi assimilada, destruída ou ameaçada de forma coercitiva, ou está necessitando de proteção contra influências externas?
Risco Contextual: PESQUISAR MAIS □ Observações / Risco específico:

Tabela 5 - Compartilhamento de Benefícios

A Corte Interamericana de Direitos Humanos, em seu caso pioneiro de <u>2007 - Saramaka</u>⁽³¹⁾, enquadrou o compartilhamento de benefícios como uma salvaguarda fundamental que os estados devem incorporar ao processo decisório que afeta os territórios indígenas (paras. 129-130) ⁽³²⁾. Recentemente, o Tribunal Africano dos Direitos Humanos ordenou o Quênia a chegar a um acordo de compartilhamento de benefícios em seu julgamento de reparações the *Ogiek* case⁽³³⁾. O compartilhamento de benefícios claro, justo e equitativo é uma ferramenta de linha

de frente fundamental para atender aos apelos por justiça nos movimentos globais de clima e conservação.

5. Compartilhamento de Benefícios

5.1 Experiência comunitária existente Região do Projeto: De acordo com as comunidades (considerando especificamente as mulheres), existem alegações generalizadas de que elas foram excluídas de participar de atividades envolvendo suas terras, recursos ou cultura?
Risco Contextual: PESQUISAR MAIS □ Observações / Risco específico:
5.2 Falta de capacidade comunitária Área do Projeto: As comunidades afirmam que têm pouca experiência em negociar, administrar e gerenciar benefícios de atividades de uso coletivo da terra?
Risco Contextual: PESQUISAR MAIS □ Observações / Risco específico:
5.3 Corrupção/desvio Região do Projeto: Existem frequentes alegações de corrupção ou desvio de benefícios? Alguma dessas alegações envolve a sua organização ou um parceiro de projeto?
Risco Contextual: PESQUISAR MAIS □ Observações / Risco específico:
5.4 Transparência por parte de terceiros Região do Projeto: Existem alegações generalizadas de que projetos passados ocultaram ou minimizaram os processos de tomada de decisão sobre como os benefícios são gerados ou compartilhados?
Risco Contextual: PESQUISAR MAIS □ Observações / Risco específico:
5.5 Forma e cálculo dos benefícios Região do Projeto: De acordo com as comunidades (considerando especificamente as mulheres), existem queixas generalizadas sobre a preferência por um tipo de benefício em

detrimento de outro, ou há preocupações sobre como os valores dos benefícios são calculados?
Observação: Preocupações sobre o valor dos esforços da comunidade e preços do crédito de carbono são relevantes aqui.
Risco Contextual: SIM □ NÃO □ PESQUISAR MAIS □
Observações / Risco específico:
5.6 Divisão de benefícios dentro das Comunidades Área do Projeto: Existem conflitos frequentes dentro das Comunidades em relação a distribuição de benefícios, especialmente entre homens e mulheres?
Risco Contextual: SIM □ NÃO □ PESQUISAR MAIS □
Observações / Risco específico:
5.7 Divisão de benefícios entre Comunidades Região do Projeto: Existem conflitos entre as Comunidades sobre a distribuição de benefícios, especialmente entre homens e mulheres?
Risco Contextual: SIM □ NÃO □ PESQUISAR MAIS □
Observações / Risco específico:
5.8 Divisão dos benefícios entre os parceiros do projeto Região do Projeto: Existem queixas frequentes sobre distribuição injusta de benefícios entre as comunidades e outras partes?
Risco Contextual: SIM □ NÃO □ PESQUISAR MAIS □
Observações / Risco específico:
5.9 Novos parceiros comerciais ou influências Região do Projeto: Em relação a projetos envolvendo quaisquer parceiros com fins lucrativos, nos últimos 10 anos, houve múltiplas reclamações sobre impactos adversos decorrentes da introdução de novas entidades comerciais?

Risco Contextual: PESQUISAR MAIS □ Observações / Risco específico:
5.10 Risco de dívida ou resultados financeiros adversos Existe a possibilidade de que o projeto possa introduzir pressões, incentivos ou mecanismos para que os membros da comunidade incorram em dívidas individuais ou coletivas, ou que resultados adversos possam resultar na perda de economias individuais ou comunitárias?
Risco Contextual: PESQUISAR MAIS □ Observações / Risco específico:
5.11 Equidade intergeracional Existe a possibilidade de que os compromissos da comunidade feitos durante o projeto causem impactos que sejam (a) permanentes e (b) de tal extensão que possam limitar a capacidade das gerações futuras de exercer a autodeterminação, incluindo a possibilidade de que a geração presente utilize todos os recursos que seriam herdados pelas gerações futuras? OBSERVAÇÃO: Considere especialmente a monetização de créditos de carbono para sequestro futuro.
Risco Contextual: PESQUISAR MAIS □ Observações / Risco específico:
5.12 Justiça climática Região do Projeto: As comunidades (considerando especificamente as mulheres) afirmam frequentemente que enfrentam impactos climáticos sem compensação e são sistematicamente excluídas do financiamento para mitigação das mudanças climáticas?
Risco Contextual: PESQUISAR MAIS □ Observações / Risco específico:

Tabela 6 – Direitos Socioeconômicos

Os direitos à alimentação, água, habitação, acesso aos cuidados médicos e educação referemse a um padrão mínimo de vida formalizado na Declaração Universal dos Direitos Humanos e no Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. A posição legal estabelecida é que eles são obrigações de realização progressiva, além dos direitos "básicos mínimos", conforme discutido na Identificação de Riscos Básicos Mínimos.

6. Direitos Socioeconômicos

6.1 Insegurança alimentar Área do Projeto: De acordo com as Comunidades (considerando especificamente as mulheres), existem múltiplas alegações de escassez de alimentos ou fome, ou aumentos nos preços dos alimentos que resultam no sacrifício de outras despesas básicas como educação ou cuidados médicos?
Risco Contextual: PESQUISAR MAIS □ Observações / Risco específico:
6.2 Insegurança alimentar Área do Projeto: De acordo com as comunidades (considerando especificamente as mulheres), existem várias alegações de dificuldades para acessar água limpa para uso pessoal, ou aumentos nos preços da água que resultam no sacrifício de outras despesas básicas como educação ou despesas médicas?
Risco Contextual: PESQUISAR MAIS □ Observações / Risco específico:
6.3 Qualidade da água Área do Projeto: De acordo com as Comunidades (considerando especificamente as mulheres), a qualidade da água está ameaçada por contaminação ou uso excessivo?
Risco Contextual: PESQUISAR MAIS □ Observações / Risco específico:
6.4 Insegurança habitacional Área do Projeto: De acordo com as comunidades (considerando especificamente as mulheres), existem múltiplas alegações de falta de moradia, apreensão, despejo ou destruição

de propriedade, ou há impactos no padrão de vida decorrentes de superlotação ou habitação inacessível?
Risco Contextual: PESQUISAR MAIS □ Observações / Risco específico:
6.5 Cuidados médicos Área do Projeto: De acordo com as Comunidades (considerando especificamente as mulheres), existem múltiplas alegações de que o acesso aos cuidados médicos é insuficiente, de modo que as pessoas sofram desnecessariamente de doenças tratáveis?
Risco Contextual: PESQUISAR MAIS □ Observações / Risco específico:
6.6 Insegurança educacional Área do Projeto: De acordo com as Comunidades (considerando especificamente as mulheres), existem múltiplas alegações de que as opções educacionais são insuficientes, de modo que as crianças não completam o ensino secundário, ou as taxas de alfabetização são mais baixas que a média?
Risco Contextual: PESQUISAR MAIS □ Observações / Risco específico:
6.7 Insegurança de renda Região do Projeto: De acordo com as Comunidades (considerando especificamente as mulheres), as pessoas vivem na linha da pobreza ou têm renda insuficiente para cobrir despesas básicas?
Risco Contextual: PESQUISAR MAIS □ Observações / Risco específico:
6.8 Acesso a serviços e serviços públicos Região do Projeto: De acordo com as Comunidades (considerando especificamente as mulheres), existem múltiplas alegações de falta de acesso a serviços sociais e programas, utilidades ou infraestrutura básica como por exemplo, estradas?

Risco Contextual: PESQUISAR MAIS □ Observações / Risco específico:
6.9 Planejamento do desenvolvimento Região do Projeto: De acordo com as Comunidades (considerando especificamente as mulheres), existem múltiplas alegações de que elas carecem de poder ou consulta nas prioridades de desenvolvimento e tomada de decisões, ou seus direitos de Consentimento Prévio, Livre e Informado (FPIC) foram ignorados?
Risco Contextual: PESQUISAR MAIS □ Observações / Risco específico:
6.10 Ambiente saudável - elementos tóxicos e atividades perigosas Área do Projeto: Alguma vez ocorreu despejo ou descarga de resíduos tóxicos ou materiais na terra do projeto ou nas áreas circundantes, ou estão sendo realizadas atividades perigosas pelo governo/militares lá?
Risco Contextual: PESQUISAR MAIS □ Observações / Risco específico:
6.11 Ambiente saudável - impactos desiguais/justiça ambiental Área do Projeto: De acordo com as Comunidades (considerando especificamente mulheres e Identidades Vulneráveis), existem múltiplas alegações de que elas enfrentaram impactos adversos das decisões de gestão ambiental em taxas desproporcionalmente altas em comparação com a população geral? Exemplos incluem a localização de comunidades marginalizadas em zonas de inundação ou áreas de alta toxicidade; a incapacidade de lidar com os riscos para a saúde especificamente perigosos para as crianças, como a exposição a tintas com chumbo, e similares.
Risco Contextual: PESQUISAR MAIS □ Observações / Risco específico:
6.12 Ambiente saudável - serviços ecossistêmicos

Área do Projeto: De acordo com as Comunidades (considerando especificamente as mulheres), existem múltiplas alegações de que elas enfrentam ameaças devido à degradação dos serviços ecossistêmicos, como tampões naturais contra inundações, proteção contra tempestades, controle de deslizamentos de terra, purificação de água superficial e fontes de alimentos?
Risco Contextual: SIM □ NÃO □
PESQUISAR MAIS □
Observações / Risco específico:

Tabela 7 – Direitos Trabalhistas e Meios de Subsistência

A Organização Internacional do Trabalho ajuda a impor dezenas de tratados trabalhistas vinculantes relacionados com o trabalho, cujos princípios fundamentais estão descritos na *Declaration on Fundamental Principles and Rights at Work* ⁽³⁴⁾.

Os cinco princípios-chave são:

- 1. liberdade de associação/negociação coletiva
- 2. o não uso de trabalho forçado
- 3. o não uso de trabalho infantil
- 4. pôr fim à discriminação no emprego
- 5. garantir condições de trabalho seguras e saudáveis.

O mandato de respeitar e apoiar os meios de subsistência é um pilar do VCA 2.0 e um avançochave no CbD 2.0. Veja outras Ferramentas.

7. Direitos Trabalhistas e Meios de Subsistência

7.1 Escravidão/tráfico/trabalho forçado Região do Projeto: Existe alguma alegação de escravidão ou trabalho forçado? OBSERVAÇÃO: Se houver uso de trabalho prisional na região do projeto, consulte um conselheiro de direitos humanos.
Risco Contextual: PESQUISAR MAIS □ Observações / Risco específico:
7.2 Trabalho infantil Área do Projeto: Existem múltiplas alegações de que crianças da comunidade (considerando especificamente as meninas) trabalham fora da família em troca de remuneração, ou as crianças dentro da família (por exemplo, <i>no caso de empreendimentos familiares</i>) trabalham mais de 15 horas por semana de forma que interfira na educação, ou o trabalho envolve riscos ocupacionais?

Risco Contextual: PESQUISAR MAIS □ Observações / Risco específico:
7.3 Condições de trabalho (associação) Região do Projeto: Existem alegações generalizadas de violência ou repressão contra sindicatos trabalhistas, ou trabalhadores da comunidade (considerando especificamente as mulheres) por terem sido incapazes de se sindicalizar?
Risco Contextual: PESQUISAR MAIS □ Observações / Risco específico:
7.4 Condições de trabalho (meios de subsistência tradicionais) Região do Projeto: Existem múltiplas alegações de que os meios de subsistência tradicionais dos membros da comunidade (considerando especificamente os meios de subsistência das mulheres) envolvem exposição a riscos de saúde e segurança, lesões relacionadas ao trabalho ou morte?
Risco Contextual: PESQUISAR MAIS □ Observações / Risco específico:
7.5 Condições de trabalho (emprego) Região do Projeto: Existem frequentes alegações de que os locais de trabalho para os membros da comunidade (considerando especificamente as mulheres) envolvem exposição a riscos de saúde e segurança, pagamento abaixo do salário-mínimo ou trabalho por mais de 40 horas por semana sem compensação de horas extras?
Risco Contextual: PESQUISAR MAIS □ Observações / Risco específico:
7.6 Desemprego Área do Projeto: As comunidades (considerando especificamente as mulheres) enfrentam subemprego persistente?

Risco Contextual: PESQUISAR MAIS □ Observações / Risco específico:
7.7 Discriminação e assédio no trabalho Área do Projeto: De acordo com os membros da comunidade (considerando especificamente as mulheres), existem frequentes alegações de que elas sofrem discriminação ilegal ou assédio sexual em seus locais de trabalho?
Risco Contextual: PESQUISAR MAIS □ Observações / Risco específico:
7.8 Interferência nos meios de subsistência tradicionais Região do Projeto: De acordo com as Comunidades (considerando especificamente as mulheres), existem frequentes alegações de que sua capacidade de sustentar empreendimentos familiares ou meios de subsistência tradicionais é comprometida devido a mudanças sociais, ambientais ou econômicas além da competição regular de mercado?
Risco Contextual: PESQUISAR MAIS □ Observações / Risco específico:

Tabela 8 – Autodeterminação, Participação e FPIC

A Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (30) reconhece o direito fundamental dos povos indígenas à autodeterminação, com destaque aos artigos 3, 4, 18, 19, 23 e 32. A autodeterminação fornece um arcabouço básico para uma série de outros direitos, e tribunais nacionais e internacionais estão cada vez mais exigindo uma demonstração clara do Consentimento Prévio, Livre e Informado (FPIC) como um requisito de direito positivo, sem o qual os projetos podem ser impedidos de avançar. Estes direitos aplicam-se a todas

Comunidades Indígenas.

Autodeterminação, Participação e FPIC

OBSERVAÇÃO: esta categoria de indicadores refere-se ao projeto específico e não ao contexto geral.

8.1 Participação gratuita

A recusa em participar do projeto iria expor as Comunidades (considerando especificamente as mulheres) a consequências sociais ou políticas negativas?

OBSERVAÇÃO: Não inclua resultados que sejam menos favoráveis do que os resultados ideais do projeto (por exemplo, a perda de biodiversidade que o projeto espera abordar).
Risco Contextual: PESQUISAR MAIS □ Observações / Risco Específico:
8.2 Liderança e gestão comunitárias e equilibradas em termos de gênero. O projeto carece de liderança comunitária apropriada ou a equipe carece de equilíbrio de gênero dentro da liderança comunitária?
Risco Contextual: PESQUISAR MAIS □ Observações / Risco Específico:
8.3 Início e concepção do projeto O projeto surgiu de outras fontes <i>além</i> de discussões ou pedidos das Comunidades ou as decisões sobre o escopo foram tomadas antes da consulta com as Comunidades?
Risco Contextual: PESQUISAR MAIS □ Observações / Risco Específico:
8.4 Estruturas de governança comunitária O envolvimento da Comunidade foi conduzido fora das estruturas ou instituições oficiais de governança da Comunidade?
Risco Contextual: PESQUISAR MAIS □ Observações / Risco Específico:
8.5 Conhecimento e experiência da Comunidade As Comunidades no local/área do projeto identificadas na fase de pesquisa demonstram preocupação com a falta de conhecimento e experiência básicos sobre os principais problemas ou métodos subjacentes do projeto, ou com a tomada de decisão externa?

Risco Contextual: PESQUISAR MAIS □ Observações / Risco Específico:
8.6 Poder de negociação comunitário As Comunidades existentes no local/área da fase de pesquisa do projeto estão preocupadas com a falta de poder para negociar resultados de suas preferências?
Risco Contextual: PESQUISAR MAIS □ Observações / Risco Específico:
8.7 Conhecimento e experiência organizacional Falta experiência da sua organização e/ou parceiros em projetos de contexto similar, ou com Comunidades da Região do Projeto?
Risco Contextual: PESQUISAR MAIS □ Observações / Risco Específico:
8.8 Capacidade comunitária—idioma, localização, horário, recursos Existem impedimentos à participação da Comunidade (considerando especificamente as mulheres) envolvendo idioma, acessibilidade do local de participação, distância de viagem, creches, ou pressões sociais/obrigações culturais??
Risco Contextual: PESQUISAR MAIS □ Observações / Risco Específico:
8.9 Capacidade organizacional — idioma, localização, horário, recursos Sua organização tem um plano que descreva como irá implementar os recursos, conforme necessário, para o trabalho com a Comunidade e que inclua a atenção às necessidades comunitárias em termos de local, horário, período e idioma?

Risco Contextual: PESQUISAR MAIS □ Observações / Risco Específico:
8.10 Inclusão - abrangência completa de participantes Alguma Comunidade levantou objeções à colaboração com outras partes do projeto, grupos potencialmente excluídos manifestaram preocupações, ou a equipe do projeto está preocupada com uma possível falta de participação?
Risco Contextual: PESQUISAR MAIS □ Observações / Risco Específico:
8.11 Inclusão — grupos vulneráveis As Comunidades manifestaram alguma objeção a trabalhar com mulheres ou identidades vulneráveis? Algum grupo potencialmente excluído expressou preocupações, ou a equipe do projeto está preocupada com a falta de participação
Risco Contextual: PESQUISAR MAIS □ Observações / Risco Específico:
8.12 Disponibilidade de informações críticas A falta de acesso a informações ou experiência sobre o ambiente do projeto e os contextos sociais e econômicos das equipes do projeto e das partes compromete o planejamento e a previsão?
8.13 Acesso à informação Existem barreiras que dificultam a disponibilização e o acesso às informações e atividades do projeto para todos os membros da Comunidade (considerando especificamente as mulheres) no local do projeto?
OBSERVAÇÃO: Os tipos de impedimentos que podem surgir incluem formato de informação, idioma, hora e local e acordos de confidencialidade com outras partes.

Risco Contextual: PESQUISAR MAIS □ Observações / Risco Específico:
8.14 Confidencialidade das informações comunitárias Existem barreiras que dificultam a oferta de procedimentos para que as Comunidades no local do projeto, especialmente as mulheres, possam marcar informações relacionadas ao projeto como confidenciais? Ou existem barreiras à proteção da confidencialidade dessas informações, mesmo se o projeto for descontinuado?
<u>OBSERVAÇÃO</u> : Os tipos de impedimentos que podem surgir incluem formato de informação, idioma, hora e local e acordos de confidencialidade com outras partes.
Risco Contextual: PESQUISAR MAIS □ Observações / Risco Específico:
8.15 Direito de negar consentimento Existem barreiras à conscientização das Comunidades de que, de acordo com o FPIC, elas têm o direito de negar o consentimento, temporária ou permanentemente, e que o consentimento para o curso de conduta preferido da sua organização não pode ser coagido ou obtido por meio de manipulação ou práticas indevidas? OBSERVAÇÃO: Os tipos de impedimentos que podem surgir incluem formato de
informação, idioma, hora e local e acordos de confidencialidade com outras partes.
Risco Contextual: PESQUISAR MAIS □ Observações / Risco Específico:

Tabela de Riscos Contextuais

Esta tabela lista possíveis riscos contextuais, juntamente com qualquer informação de risco específica/restrita que se aplique. As equipes não precisam reafirmar os riscos do indicador, pois eles serão referenciados diretamente na Triagem de Risco do Projeto.

Indicadores que apresentam questões iguais ou sobrepostas podem ser agrupados. Por exemplo:

Nún	nero e título do indica	dor		Observações específico	sobre	0	risco	contextual
1.4 invo	Desaparecimentos luntários	forçados	ou					

1.8 Ataques a defensores dos direitos humanos e do meio ambiente	

Riscos Contextuais para consideração mais aprofundada na triagem de risco do projeto

SEÇÃO 5. Triagem de Riscos do Projeto

Triagem de Riscos do Projeto

Não é necessário responder perfeitamente a estas questões. Reflita e use seu bom senso e use o bom senso para compartilhar suas ideias abaixo.

Na Triagem de Riscos do Projeto, direcionamos nosso foco do contexto geral para o nosso projeto específico. Apenas os indicadores identificados na triagem de risco contextual são considerados.

Historicamente, as equipes têm solicitado mais orientação sobre a melhor abordagem para determinar os riscos de um projeto. Qualquer projeto pode estar sujeito a um espectro de riscos, pois pode (ou pode ser percebido como) exacerbar, perpetuar, inadvertidamente apoiar, tolerar ou não utilizar a influência disponível para abordar as preocupações dos membros da Comunidade (ou de outras partes interessadas). As equipes devem sempre examinar todo o espectro de ligações com o risco, desde a causa direta até a tolerância, embora utilizemos a abreviação "exacerbar ou tolerar" para englobar todo o espectro de possíveis danos. Orientações adicionais estão disponíveis na forma da Identificação de Riscos do Projeto, que estará disponível ao longo de todo o processo como uma ferramenta auxiliar. Existem orientações adicionais no formulário de Identificação de Riscos do Projeto, que estará disponível como uma ferramenta auxiliar ao longo de todo o processo. A identificação orienta as equipes a examinarem fatores específicos do risco (se é considerado Não Aplicável ou Improvável, se há Mitigação Confiável Já em Vigor ou realmente Disponível, ou se o risco é de outra forma Limitado) e fornece orientações específicas sobre cada um. Usando esta ferramenta, as equipes também devem fazer uma avaliação sobre se o risco do projeto é alto ou baixo.

A triagem fornece instruções à equipe sobre como atribuir uma nota ao risco com base no nível de risco indicado. Os riscos são classificados em três categorias:

- **E Lista Delegar a um Nível Hierárquico Superior**, para riscos graves que devem ser avaliados por especialistas a nível nacional, regional ou global.
- **P Lista Priorizar**, para riscos graves que podem ser abordados a nível de equipe do projeto.
- W Lista Monitorar, para riscos menores que precisam ser monitorados e revisados anualmente, ou para considerações de **Equidade** e **Bem-Estar** mais bem compreendidas.

Aplicação e Resultados

Assim como na triagem de risco contextual, as equipes não devem avaliar as evidências ou exigir documentação extensa. Dependendo das circunstâncias, uma única alegação específica pode ser suficiente para justificar a inclusão na lista para uma análise mais aprofundada.

A triagem de risco do projeto exige que a equipe do projeto descreva:

- 1. O risco
- 2. Todo o envolvimento com as Comunidades referente ao risco até o momento
- 3. Razões específicas, se houver, pelas quais o risco contextual pode *não* apresentar um risco do projeto.

Sem essas razões, presume-se que o risco contextual afetará o projeto e, portanto, deve ser considerado como um risco do projeto.

Tabelas de indicadores

[Instruções e exemplo]

3.2 Equidade de gênero na gestão e na tomada de decisões

- Realize uma Identificação de Riscos do Projeto focada no *risco básico* de o projeto agravar / exacerbar, perpetuar, apoiar inadvertidamente ou deixar de utilizar a alavancagem disponível para abordar as questões levantadas. As relações entre um projeto e potenciais impactos sobre direitos humanos abrangem um espectro de ligações, desde a causa direta, exacerbação, até a tolerância aos impactos sobre direitos humanos. As equipes são responsáveis por examinar todo o espectro, e as ações futuras serão priorizadas pelo arcabouço da ferramenta de triagem de direitos humanos.
- Referências cruzadas:
 - Veja os riscos específicos no Indicador 3.2
 - Esteja ciente de que pode haver resistência aos arcabouços do projeto elaborados para abordar essas questões, assim como subversão ou sua captura por estruturas dominadas por homens.
 - Consulte as orientações da organização ou empresa sobre equidade de gênero para obter uma visão clara das metas de equidade de gênero para o projeto.
 - o Considere outras abordagens disponíveis, conforme refletido em Outras Ferramentas.
- Para delegar a outros fora da equipe de projeto, marque Delegar a um Nível Hierárquico Superior. Para riscos altos a serem tratados pela equipe de projeto, marque Priorizar. Para riscos baixos a serem observados ou monitorados, marque Monitorar.

Riscos Específicos: Descreva o risco indicado conforme se aplica a este projeto.

Nosso trabalho com mulheres na atividade pós-captura provavelmente aumentará suas oportunidades e renda. Toda a pesca na vila (incluindo o trabalho pós-captura realizado por mulheres) é gerenciada por meio de cooperativas, e os pescadores (que são todos homens) têm permissão para participar na tomada de decisões cooperativas. Questionar essa estrutura pode impedir as cooperativas de participar conosco e pode trazer impactos negativos não intencionais para as mulheres na Comunidade.

<u>Pesquisa/Engajamento</u>: Descreva resumidamente a pesquisa e o envolvimento da Comunidade nesse risco.

Discutimos isso com as mulheres da Comunidade em reuniões exclusivas para mulheres nas seguintes datas: 12 de janeiro, 4 e 18 de abril. Elas estão frustradas com a situação, mas não acham que agora é o momento de exigir uma mudança. Elas acreditam que, uma vez que novos programas comecem, estarão em uma posição melhor para exigir mudanças. As cooperativas de pesca estão cientes da frustração das mulheres, mas não há planos de ação a esse respeito.

<u>Principais Fatores de Identificação de Riscos do Projeto</u>: Descreva os principais fatores usados para classificar o risco como alto ou baixo.

Como estamos seguindo expressamente a liderança das mulheres nas Comunidades, achamos que o risco é validado pelos detentores de direitos. Estamos prontos para apoiar as mulheres na tentativa de mudar a situação para que elas possam ser incluídas na tomada de decisões quando for determinado que é o momento certo. As cooperativas de pesca aceitaram várias condições para melhorar os resultados de conservação de modo que o projeto funcione. Por isso, esperamos que haja uma retribuição quando chegar a hora de pressionar por uma mudança. Muitos detalhes precisariam ser elaborados, mas achamos que isso conta como uma estratégia de **mitigação confiável**.

1.1 Homicídios

• Para um novo projeto, ou se os homicídios forem "generalizados ou sistemáticos", marque Delegar a um Nível Hierárquico Superior.

- Para um projeto existente, ou caso os homicídios sejam em uma área menos extensa, ou estiverem ligados a altos níveis de criminalidade, realize uma Indicação de Riscos do Projeto e analise se o projeto pode exacerbar ou tolerar o risco de violência.
- Detectores de problemas:
 - o Considere os riscos para a equipe do projeto e contratados. Considere os procedimentos e recursos de segurança organizacional.
 - Ainda que o projeto tenha prosseguido sem nenhum caso de dano até o momento, ainda deve haver razões pelas quais é improvável que o dano recaia sobre a equipe do projeto para poder identificá-lo como Baixo risco do projeto.
 - o Considere a violência motivada por um dos seguintes fatores:
 - acesso a recursos (ativos típicos, como veículos, e ativos mais novos, como o valor de armazenamento de carbono da terra)
 - esforços para controlar o acesso a uma organização internacional percebida como rica
 - distribuição de benefícios entre grupos rivais
 - a percepção de que o projeto está alinhado ou é tendencioso contra um grupo rival
 - Causas ou narrativas subjacentes, por exemplo, agenda colonial.
- Para um risco de projeto mais alto, marque Delegar a um Nível Hierárquico Superior. Para um risco de projeto menor, marque Priorizar.

Tata am risco de projeto menor, marque Priorizar.
Identificação de Riscos do Projeto
☐ Alto Risco Provável
□ Não se Aplica
□ Pouco Provável
☐ Mitigação Confiável Disponível ou Já implementada
☐ Escopo de Risco Limitado
Priorização de Riscos do Projeto
☐ Delegar a um Nível Hierárquico Superior
□ Priorizar
□ Monitorar
Riscos Específicos: Descreva o risco indicado conforme se aplica a este projeto.
Pesquisa/Engajamento: Descreva resumidamente a pesquisa e o envolvimento da Comunidade nesse risco.

Principais Fatores de Identificação de Riscos do Projeto: Descreva os principais fatores
usados para classificar o risco como alto ou baixo.
1.2 Estupro ou tortura
 Para um novo projeto, marque Delegar a um Nível Hierárquico Superior. Realize uma Identificação de Riscos do Projeto ligada à possibilidade de o projeto ser visto como fator de exacerbação ou tolerância da vitimização. Referências cruzadas:
Riscos específicos no Indicador 1.1
 O estupro n\(\tilde{a}\) o vinculado a uma autoridade organizada \(\tilde{e}\) analisado no Indicador 4.1.
 Para um risco de projeto mais alto, marque Delegar a um Nível Hierárquico Superior. Para um risco de projeto menor, marque Priorizar.
Identificação de Riscos do Projeto
☐ Alto Risco Provável
□ Não se Aplica
□ Pouco Provável □ Mitigação Confidual Disposável ou 14 implements de
☐ Mitigação Confiável Disponível ou Já implementada☐ Escopo de Risco Limitado
Priorização de Riscos do Projeto
☐ Delegar a um Nível Hierárquico Superior
□ Priorizar
☐ Monitorar
Riscos Específicos: Descreva o risco indicado conforme se aplica a este projeto.
Pesquisa/Engajamento: Descreva resumidamente a pesquisa e o envolvimento da Comunidade nesse risco.
Principais Fatores de Identificação de Riscos do Projeto: Descreva os principais fatores usados para classificar o risco como alto ou baixo.

1.3 Tráfico sexual ou outra exploração sexual organizada

- Faça uma Identificação de Riscos do Projeto para saber se o projeto poderia exacerbar ou tolerar a vitimização (ou ser visto como tal).
- Referências cruzadas:
 - o Medidas de conformidade antitráfico, orientação ou esforços contra o tráfico.
 - Risco de que o pessoal do projeto possa ser exposto a tal conduta e deixe de agir.
 - OBSERVAÇÃO: As operações de tráfico sexual são frequentemente lavadas através do e integradas a operações legítimas. Considere se os benefícios podem estar permitindo o tráfico sexual ou se as mudanças nas condições sociais podem tornar as pessoas vulneráveis à exploração.
- Para um risco de projeto mais alto, marque Delegar a um Nível Hierárquico Superior.
 Para um risco de projeto menor, marque Priorizar.

Identificação de Riscos do Projeto
☐ Alto Risco Provável
□ Não se Aplica
□ Pouco Provável
☐ Mitigação Confiável Disponível ou Já implementada
☐ Escopo de Risco Limitado
Priorização de Riscos do Projeto
☐ Delegar a um Nível Hierárquico Superior
□ Priorizar
☐ Monitorar
Riscos Específicos: Descreva o risco indicado conforme se aplica a este projeto.
<u>Pesquisa/Engajamento</u> : Descreva resumidamente a pesquisa e o envolvimento da Comunidade nesse risco.
Principais Fatores de Identificação de Riscos do Projeto: Descreva os principais fatores usados para classificar o risco como alto ou baixo.

1.4	Desaparecimentos	forçados	ou	involuntários
•	Para um novo projeto, marque De Para um projeto existente, realiza <i>risco básico</i> de o projeto ser di tolerar o problema. Referências cruzadas: O Riscos específicos no Inde Para um risco de projeto mais altora um risco de projeto menor, in para um risco de projeto menor de projeto meno	e uma Identificaçã retamente afetado icador 1.1 o, marque Delegar	o de Riscos do pela violênci	Projeto focada no a ou exacerbar ou
1.5 Ou	utra violência generalizada, intimic	łação, assédio		
•	Realize uma Identificação de Ris visto como fator de exacerbação Referências cruzadas:			
•	 Riscos específicos no Ind Considere o risco de o pro ou percebida (por exempl recursos nacionais esca tendenciosamente a favor Para um risco de projeto maior, marque Monitorar. 	ojeto, ou qualquer o o, controle estrang assos), ser perce ou contra qualque	eiro ou privado bido como a er grupo ou fac	o de "alto valor" ou algo alinhado ou eção rival.
<u>Identi</u>	ficação de Riscos do Projeto			
	o Risco Provável			
	o se Aplica aco Provável			
	rigação Confiável Disponível ou Já	í implementada		
□ Esc	opo de Risco Limitado			
<u>Priori</u>	zação de Riscos do Projeto			
	egar a um Nível Hierárquico Supe	erior		
□ Prio	orizar nitorar			
Riscos	s Específicos: Descreva o risco ind	dicado conforme se	e aplica a este	projeto.

<u>Pesquisa/Engajamento</u>: Descreva resumidamente a pesquisa e o envolvimento da Comunidade nesse risco.

Principais Fatores de Identificação de Riscos do Projeto: Descreva os principais fatores
usados para classificar o risco como alto ou baixo.
1.6 Violações generalizadas ou sistemáticas de direitos civis e políticos
 Para um novo projeto, marque Delegar a um Nível Hierárquico Superior. Para um projeto existente, realize uma Identificação de Riscos do Projeto ligada ao <i>risco básico</i> de o projeto exacerbar ou tolerar a violência. Referências cruzadas:
 Riscos específicos no Indicador 1.1 Considere o risco de detenção ou assédio como um meio de aumentar a alavancagem, um meio de exigir subornos, ou retaliar devido à percepção de que o projeto está alinhado a ou é tendencioso contra um grupo rival. Em um ambiente repressivo ou instável, existe o risco de um ator rico se tornar um alvo, como quando as organizações são acusadas de influência estrangeira. Considere o risco de que quaisquer recursos direcionados a esta iniciativa possam ser interpretados como um endosso a práticas governamentais ilegais. Para um risco de projeto maior, marque Priorizar. Para um risco de projeto menor, marque Monitorar.
Identificação de Riscos do Projeto
 □ Alto Risco Provável □ Não se Aplica □ Pouco Provável □ Mitigação Confiável Disponível ou Já implementada □ Escopo de Risco Limitado
Priorização de Riscos do Projeto
 □ Delegar a um Nível Hierárquico Superior □ Priorizar □ Monitorar
Riscos Específicos: Descreva o risco indicado conforme se aplica a este projeto.
Pesquisa/Engajamento: Descreva resumidamente a pesquisa e o envolvimento da Comunidade nesse risco.

Principais Fatores de Identificação de Riscos do Projeto: Descreva os principais fatores	
usados para classificar o risco como alto ou baixo.	
1.7 Crime organizado	
 Para um novo projeto, marque Delegar a um Nível Hierárquico Superior. Para um projeto existente, realize uma Identificação de Riscos do Projeto ligada ao <i>risco básico</i> de o projeto exacerbar ou tolerar atividades criminosas. Referências cruzadas: Riscos específicos no Indicador 1.1 Para um risco de projeto maior, marque Priorizar. Para um risco de projeto menor, marque Monitorar. 	
<u>Identificação de Riscos do Projeto</u>	
 □ Alto Risco Provável □ Não se Aplica □ Pouco Provável □ Mitigação Confiável Disponível ou Já implementada □ Escopo de Risco Limitado 	
Priorização de Riscos do Projeto	
 □ Delegar a um Nível Hierárquico Superior □ Priorizar □ Monitorar 	
Riscos Específicos: Descreva o risco indicado conforme se aplica a este projeto.	
<u>Pesquisa/Engajamento</u> : Descreva resumidamente a pesquisa e o envolvimento da Comunidade nesse risco.	
Principais Fatores de Identificação de Riscos do Projeto: Descreva os principais fatores usados para classificar o risco como alto ou baixo.	
1.8 Ataques a defensores dos direitos humanos e do meio ambiente	
 Para um novo projeto, marque Delegar a um Nível Hierárquico Superior. 	

- Para um projeto existente, realize uma Identificação de Riscos do Projeto ligada ao *risco básico* de o projeto exacerbar ou tolerar ataques ou violência.
- Referências cruzadas:
 - o Riscos específicos no Indicador 1.1
- Para um risco de projeto maior, marque Priorizar. Para um risco de projeto menor, marque Monitorar.

<u>Identificação de Riscos do Projeto</u>
 □ Alto Risco Provável □ Não se Aplica □ Pouco Provável □ Mitigação Confiável Disponível ou Já implementada □ Escopo de Risco Limitado
Priorização de Riscos do Projeto
 □ Delegar a um Nível Hierárquico Superior □ Priorizar □ Monitorar
Riscos Específicos: Descreva o risco indicado conforme se aplica a este projeto.
Pesquisa/Engajamento: Descreva resumidamente a pesquisa e o envolvimento da Comunidade nesse risco.
Principais Fatores de Identificação de Riscos do Projeto: Descreva os principais fatores usados para classificar o risco como alto ou baixo.
1.9 Níveis de violência, intimidação e assédio dentro da Comunidade

- Para um projeto existente, ou se o conflito for menos extenso, realize uma Identificação de Riscos do Projeto ligada ao *risco básico* de o projeto exacerbar ou tolerar o conflito, ou estar diretamente ligado a mudanças nos impulsionadores políticos, sociais, ambientais, econômicos ou familiares do conflito.
- Referências cruzadas:
 - Riscos específicos no Indicador 1.1
 - Riscos relacionados a decisões de distribuição e controle de benefícios.
 - Mudanças nos meios de subsistência ou arranjos econômicos que possam ameaçar as estruturas de poder existentes.
 - o Tabela 4 Indicadores

- o Ferramentas de equidade de gênero em Outras Ferramentas.
- Para um risco de projeto maior, marque Priorizar. Para um risco de projeto menor, marque Monitorar.

marque Monitorar.
Identificação de Riscos do Projeto
☐ Alto Risco Provável
□ Não se Aplica
□ Pouco Provável
☐ Mitigação Confiável Disponível ou Já implementada
☐ Escopo de Risco Limitado
Priorização de Riscos do Projeto
☐ Delegar a um Nível Hierárquico Superior
□ Priorizar
☐ Monitorar
Riscos Específicos: Descreva o risco indicado conforme se aplica a este projeto.
Pesquisa/Engajamento: Descreva resumidamente a pesquisa e o envolvimento de Comunidade nesse risco.
<u>Principais Fatores de Identificação de Riscos do Projeto:</u> Descreva os principais fatore usados para classificar o risco como alto ou baixo.

- 1.10 Função de segurança ou policiamento baseada em projetos.
 - Se a equipe do projeto estiver armada, marque Delegar a um Nível Hierárquico Superior.
 - Realize uma Identificação de Riscos do Projeto ligada a dois riscos principais:
 - O projeto pode expor a equipe de segurança a riscos de vida ou outros riscos graves.
 - A função de segurança pode causar, exacerbar ou deixar de abordar os abusos dos direitos humanos, incluindo corrupção, intimidação, violência baseada em género, além de outras questões de direitos humanos e equidade, ou abusos do poder policial ou de segurança.
 - Referências cruzadas:
 - o Pode ser pertinente marcar P se o treinamento de pessoal ou as salvaguardas institucionais não forem robustos.

- o Pode ser pertinente marcar P se houver ausência de supervisão governamental sobre a função de segurança ou a relação com essa autoridade não for clara.
- Para um risco de projeto maior, marque Priorizar. Para um risco de projeto menor, marque Monitorar.

Identificação de Riscos do Projeto
☐ Alto Risco Provável
□ Não se Aplica
☐ Pouco Provável
☐ Mitigação Confiável Disponível ou Já implementada
☐ Escopo de Risco Limitado
Priorização de Riscos do Projeto
☐ Delegar a um Nível Hierárquico Superior
□ Priorizar
☐ Monitorar
Riscos Específicos: Descreva o risco indicado conforme se aplica a este projeto.
Pesquisa/Engajamento: Descreva resumidamente a pesquisa e o envolvimento da Comunidade nesse risco.
Principais Fatores de Identificação de Riscos do Projeto: Descreva os principais fatores usados para classificar o risco como alto ou baixo.
1.11 Equipe do projeto e contratados
Marque E por padrão.
 Casos em que a conduta indicada for uma alegação única e não verificada de discriminação ilegal e a resposta da equipe local estiver bem documentada, a equipe de triagem poderá marcar Priorizar ou Monitorar.
Identificação de Riscos do Projeto
☐ Alto Risco Provável
□ Não se Aplica
•
□ Pouco Provável
☐ Pouco Provavel☐ Mitigação Confiável Disponível ou Já implementada

Priorização de Riscos do Projeto
 □ Delegar a um Nível Hierárquico Superior □ Priorizar □ Monitorar
Riscos Específicos: Descreva o risco indicado conforme se aplica a este projeto.
<u>Pesquisa/Engajamento</u> : Descreva resumidamente a pesquisa e o envolvimento da Comunidade nesse risco.
Principais Fatores de Identificação de Riscos do Projeto: Descreva os principais fatores usados para classificar o risco como alto ou baixo.
Tabela 2 – Riscos à Posse, ao Uso e ao Acesso à Terra
2.1 Desapropriação/remoção forçada de povos indígenas ou outras Comunidades
 2.1 Desapropriação/remoção forçada de povos indígenas ou outras Comunidades Se o projeto envolver terrenos sujeitos a uma reivindicação de realocação forçada anterior, selecione Delegar a um Nível Hierárquico Superior. Caso contrário, realize uma Identificação de Riscos do Projeto ligada ao <i>risco básico</i> de o projeto exacerbar ou tolerar o risco de desapropriação. Referências cruzadas:
 Se o projeto envolver terrenos sujeitos a uma reivindicação de realocação forçada anterior, selecione Delegar a um Nível Hierárquico Superior. Caso contrário, realize uma Identificação de Riscos do Projeto ligada ao <i>risco básico</i> de o projeto exacerbar ou tolerar o risco de desapropriação. Referências cruzadas: O risco de que o projeto possa ser visto como um endosso a uma lei/regulamento nacional em clara violação dos direitos indígenas, especialmente se conduzido em colaboração com uma entidade governamental nacional. O risco de que o projeto aumente o interesse de pessoas de fora em terras,
 Se o projeto envolver terrenos sujeitos a uma reivindicação de realocação forçada anterior, selecione Delegar a um Nível Hierárquico Superior. Caso contrário, realize uma Identificação de Riscos do Projeto ligada ao <i>risco básico</i> de o projeto exacerbar ou tolerar o risco de desapropriação. Referências cruzadas: O risco de que o projeto possa ser visto como um endosso a uma lei/regulamento nacional em clara violação dos direitos indígenas, especialmente se conduzido em colaboração com uma entidade governamental nacional.
 Se o projeto envolver terrenos sujeitos a uma reivindicação de realocação forçada anterior, selecione Delegar a um Nível Hierárquico Superior. Caso contrário, realize uma Identificação de Riscos do Projeto ligada ao <i>risco básico</i> de o projeto exacerbar ou tolerar o risco de desapropriação. Referências cruzadas: O risco de que o projeto possa ser visto como um endosso a uma lei/regulamento nacional em clara violação dos direitos indígenas, especialmente se conduzido em colaboração com uma entidade governamental nacional. O risco de que o projeto aumente o interesse de pessoas de fora em terras, particularmente onde as proteções de direitos são tênues. Para um risco de projeto mais alto, marque Delegar a um Nível Hierárquico Superior.
 Se o projeto envolver terrenos sujeitos a uma reivindicação de realocação forçada anterior, selecione Delegar a um Nível Hierárquico Superior. Caso contrário, realize uma Identificação de Riscos do Projeto ligada ao <i>risco básico</i> de o projeto exacerbar ou tolerar o risco de desapropriação. Referências cruzadas: O risco de que o projeto possa ser visto como um endosso a uma lei/regulamento nacional em clara violação dos direitos indígenas, especialmente se conduzido em colaboração com uma entidade governamental nacional. O risco de que o projeto aumente o interesse de pessoas de fora em terras, particularmente onde as proteções de direitos são tênues. Para um risco de projeto mais alto, marque Delegar a um Nível Hierárquico Superior. Para um risco de projeto menor, marque Priorizar.

☐ Mitigação Confiável Disponível ou Já implementada ☐ Escopo de Risco Limitado
Priorização de Riscos do Projeto
 □ Delegar a um Nível Hierárquico Superior □ Priorizar □ Monitorar
Riscos Específicos: Descreva o risco indicado conforme se aplica a este projeto.
Pesquisa/Engajamento: Descreva resumidamente a pesquisa e o envolvimento da Comunidade nesse risco.
Principais Fatores de Identificação de Riscos do Projeto: Descreva os principais fatores
usados para classificar o risco como alto ou baixo.
2.2 Grilagem de terras e situação de insegurança ou disputa sobre o status da terra
 Se o projeto envolver terras sujeitas a uma reivindicação de grilagem anterior, selecione Delegar a um Nível Hierárquico Superior. Caso contrário, realize uma Identificação de Riscos do Projeto ligada ao <i>risco básico</i> de o projeto levar a grilagem de terras ou ser percebido como levando a grilagem de terras ou apropriação verde.
 Referências cruzadas: O risco de que o projeto possa consolidar ou legitimar uma grilagem de terras anterior. Pesquise transações fundiárias anteriores e consulte o Indicador 2.4. Pode ser pertinente marcar P caso o projeto envolva transações de terras com dinâmicas de poder desiguais ou que gerem receita. Para projetos geradores de crédito de carbono, preste muita atenção às Controvérsias de Projetos de Crédito de Carbono 1-4 e marque Priorizar caso seja pertinente. Literatura de ciências sociais sobre o conceito de grilagem de terras; consulte um especialista em direitos humanos, caso necessário. Para um risco de projeto mais alto, marque Delegar a um Nível Hierárquico Superior. Para um risco de projeto menor, marque Priorizar ou Monitorar.
Identificação de Riscos do Projeto

☐ Alto Risco Provável
□ Não se Aplica
□ Pouco Provável
☐ Mitigação Confiável Disponível ou Já implementada
☐ Escopo de Risco Limitado
Priorização de Riscos do Projeto
☐ Delegar a um Nível Hierárquico Superior
□ Priorizar
☐ Monitorar
Riscos Específicos: Descreva o risco indicado conforme se aplica a este projeto.
Pesquisa/Engajamento: Descreva resumidamente a pesquisa e o envolvimento da Comunidade nesse risco.
Principais Fatores de Identificação de Riscos do Projeto: Descreva os principais fatores usados para classificar o risco como alto ou baixo.
2.3 Posse precária ou título de posse habitual

- Realize uma Identificação de Riscos do Projeto ligada ao risco básico de o projeto exacerbar ou tolerar insegurança fundiária.
- Referências cruzadas:
 - O risco de que o projeto possa legitimar um regime injusto de leis fundiárias ou impedir os esforços de reforma liderados pela Comunidade.
 - OBSERVAÇÃO: Muitas Comunidades estão emergindo da opressão colonial de várias gerações e estão trabalhando para entender todo o escopo de seus direitos legais.
 - O risco de o projeto exigir que as Comunidades invistam em terras que talvez não consigam manter.
 - Caso exista incerteza ou disputa sobre se o título coletivo ou habitual é válido, marque Priorizar.
 - Se as preocupações com o título contestado levarem à incerteza sobre como o projeto será elaborado, marque Priorizar.
 - Consulte também o Indicador 2.2.
- Para um risco de projeto maior, marque Priorizar. Para um risco de projeto menor, marque Monitorar.

Identificação de Riscos do Projeto
 □ Alto Risco Provável □ Não se Aplica □ Pouco Provável □ Mitigação Confiável Disponível ou Já implementada □ Escopo de Risco Limitado
Priorização de Riscos do Projeto
 □ Delegar a um Nível Hierárquico Superior □ Priorizar □ Monitorar
Riscos Específicos: Descreva o risco indicado conforme se aplica a este projeto.
Pesquisa/Engajamento: Descreva resumidamente a pesquisa e o envolvimento da Comunidade nesse risco.
Principais Fatores de Identificação de Riscos do Projeto: Descreva os principais fatores usados para classificar o risco como alto ou baixo.
2.4 Reivindicações de terra incertas ou contestadas
 Caso o projeto envolva uma transação de terras, realize uma Identificação de Riscos do Projeto relacionado ao <i>risco básico</i> de as terras adquiridas estarem vinculadas a grilagens de terra não reconhecidas ou outras injustiças fundiárias históricas. Referências cruzadas: A natureza e a sensibilidade da questão, assim como os esforços de compensação ou reparação determinam se um vínculo com a injustiça fundiária desencadeia uma obrigação organizacional. As transações imobiliárias normalmente isolam os compradores de boa-fé de reivindicações anteriores na cadeia de títulos, mas não está claro o quão fortemente isso se aplica no contexto das obrigações de direitos humanos. Para um risco de projeto maior, marque Priorizar. Para um risco de projeto menor, marque Monitorar ou deixe em branco.

<u>Identificação de Riscos do Projeto</u>
 □ Alto Risco Provável □ Não se Aplica □ Pouco Provável □ Mitigação Confiável Disponível ou Já implementada
☐ Escopo de Risco Limitado
Priorização de Riscos do Projeto
 □ Delegar a um Nível Hierárquico Superior □ Priorizar □ Monitorar
Riscos Específicos: Descreva o risco indicado conforme se aplica a este projeto.
<u>Pesquisa/Engajamento</u> : Descreva resumidamente a pesquisa e o envolvimento da Comunidade nesse risco.
<u>Principais Fatores de Identificação de Riscos do Projeto:</u> Descreva os principais fatores usados para classificar o risco como alto ou baixo.
2.6 Pressão externa de terceiros/forasteiros para obter de controle
 Realize uma Identificação de Riscos do Projeto ligada ao <i>risco básico</i> de o projeto levar a ou aumentar o desejo de controle de terceiros. Referências cruzadas: Riscos no Indicador 2.5.
 OBSERVAÇÃO: Novos incentivos/oportunidades, mesmo aqueles benéficos, podem necessitar de análise enquanto risco do projeto. Preste muita atenção às Controvérsias de Projetos de Crédito de Carbono 1-4, e marque Priorizar caso seja pertinente. Consulte o Indicador 2.2 (grilagem de terras)
 Consulte a Tabela 4 (direitos culturais) e 5 (distribuição de benefícios). Para um risco de projeto maior, marque Priorizar. Para um risco de projeto menor, marque Monitorar ou deixe em branco.
Identificação de Riscos do Projeto

□ Alto Risco Provável			
□ Não se Aplica			
Pouco Provável			
☐ Mitigação Confiável Disponível ou Já implementada			
☐ Escopo de Risco Limitado			
Priorização de Riscos do Projeto			
☐ Delegar a um Nível Hierárquico Superior			
□ Priorizar			
□ Monitorar			
Riscos Específicos: Descreva o risco indicado conforme se aplica a este projeto.			
Pesquisa/Engajamento: Descreva resumidamente a pesquisa e o envolvimento da Comunidade nesse risco.			
Principais Fatores de Identificação de Riscos do Projeto: Descreva os principais fatores usados para classificar o risco como alto ou baixo.			
2.7 Pressão sobre os recursos			
• Realize uma Identificação de Riscos do Projeto ligada ao <i>risco básico</i> de o projeto			
possa levar a um aumento na exploração de recursos que não seja aprovada pelas			
Comunidades.			
Referências cruzadas: Referências cruzadas:			
 Caso haja preocupações com o FPIC (consulte também a Tabela 8), marque Priorizar. 			
 Caso as próprias Comunidades estejam trabalhando para desenvolver os recursos, considere a inclusão de um processo de FPIC, particularmente relacionado a gênero (consulte também a Tabela 3) e marque Priorizar caso seja pertinente. Revise brevemente a Tabela 5 (distribuição de benefícios) e a Tabela 8 (participação e FPIC). 			
• Para um risco de projeto maior, marque Priorizar. Para um risco de projeto menor, marque Monitorar ou deixe em branco.			

Identificação d	e Riscos do Projeto
□ Alto Risco Pa □ Não se Aplic □ Pouco Prováa □ Mitigação Co □ Escopo de Ri	a vel onfiável Disponível ou Já implementada
Priorização de	Riscos do Projeto
□ Delegar a um □ Priorizar □ Monitorar	n Nível Hierárquico Superior
Riscos Específi	cos: Descreva o risco indicado conforme se aplica a este projeto.
Comunidade ne Principais Fato	iamento: Descreva resumidamente a pesquisa e o envolvimento da sse risco. Descreva de Identificação de Riscos do Projeto: Descreva os principais fatores essificar o risco como alto ou baixo.
2.8 Acesso/uso	da terra
exacerba • Referênce • In the second of th	uma Identificação de Riscos do Projeto ligada ao <i>risco básico</i> de o projeto ar ou tolerar questões de uso das terras. Cias cruzadas: Riscos no Indicador 2.3. DBSERVAÇÃO: As Comunidades podem estar expandindo seus direitos de aso ou acesso e o projeto pode impedir esses esforços. Preste muita atenção às Controvérsias de Projetos de Crédito de Carbono 8 e marque Priorizar caso seja pertinente. A aplicação de regimes de mudança no aso da terra pode gerar tensões e até mesmo riscos aos direitos humanos. A variedade completa de uso da terra pela Comunidade é conhecida apenas pelas Comunidades, portanto, um envolvimento preliminar nessa questão pode ser necessário.

Identificação de Riscos do Projeto
 □ Alto Risco Provável □ Não se Aplica □ Pouco Provável □ Mitigação Confiável Disponível ou Já implementada □ Escopo de Risco Limitado
Priorização de Riscos do Projeto
☐ Delegar a um Nível Hierárquico Superior ☐ Priorizar ☐ Monitorar
Riscos Específicos: Descreva o risco indicado conforme se aplica a este projeto.
Pesquisa/Engajamento: Descreva resumidamente a pesquisa e o envolvimento da Comunidade nesse risco.
Principais Fatores de Identificação de Riscos do Projeto: Descreva os principais fatores usados para classificar o risco como alto ou baixo.
2.9 Gestão/tomada de decisão
 Realize uma Identificação de Riscos do Projeto ligada ao <i>risco básico</i> de o projeto exacerbar ou tolerar tal questão. Referências cruzadas: A satisfação de longo prazo das Comunidades com os projetos geralmente depende de seu acesso ao FPIC e da capacidade de obter suas preferências. Consulte também a Tabela 8 (participação e FPIC). Mulheres e grupos vulneráveis podem ter preferências diferentes. Consulte a Tabela 3 (distribuição de benefícios) e a Tabela 8 (participação e FPIC). Para um risco de projeto maior, marque Priorizar. Para um risco de projeto menor, marque Monitorar.
<u>Identificação de Riscos do Projeto</u>
☐ Alto Risco Provável

Tabela 3 – Equidade de Gênero e Grupos Vulneráveis

3.1 Violência de gênero e identidade

- Realize uma Identificação de Riscos do Projeto ligada ao *risco básico* de o projeto exacerbar ou tolerar a violência de gênero.
- Referências cruzadas:
 - O aumento do poder ou da renda das mulheres, ou mudanças nos meios de subsistência ou nas responsabilidades de emprego podem levar a retaliações na forma de violência de gênero.
 - O aumento da renda para os homens também pode resultar em violência de gênero (por exemplo, aumento do uso de intoxicantes).
 - As ligações entre as atividades do projeto, a mudança da dinâmica familiar e a violência de gênero podem ser exploradas com a ajuda de especialistas, se necessário, ou a revisão das Orientações de Equidade de Gênero da TNC (22).
- Para um risco de projeto maior, marque Priorizar. Para um risco de projeto menor, marque Monitorar. Se o risco for particularmente grave, provável ou tiver sido testemunhado em projetos semelhantes, marque Delegar a um Nível Hierárquico Superior.

Identificação de Riscos do Projeto
☐ Alto Risco Provável ☐ Não se Aplica ☐ Pouco Provável ☐ Mitigação Confiável Disponível ou Já implementada ☐ Escopo de Risco Limitado
Priorização de Riscos do Projeto
□ Delegar a um Nível Hierárquico Superior □ Priorizar □ Monitorar
Riscos Específicos: Descreva o risco indicado conforme se aplica a este projeto.
Pesquisa/Engajamento: Descreva resumidamente a pesquisa e o envolvimento da Comunidade nesse risco.
Principais Fatores de Identificação de Riscos do Projeto: Descreva os principais fatores usados para classificar o risco como alto ou baixo.
3.2 Equidade de gênero na gestão e na tomada de decisões
 Realize uma Identificação de Riscos do Projeto ligada ao <i>risco básico</i> de o projeto exacerbar ou tolerar questões envolvendo equidade de gênero. Referências cruzadas: Riscos específicos no Indicador 3.1 Os elementos do projeto desenhados para abordar essas questões podem ser resistidos pelas estruturas de poder existentes. Observe esses riscos. Consulte as Orientações para Integração de Equidade de Gênero da TNC (22), bem como as abordagens disponíveis em Outras Ferramentas. Pode haver situações em que os esforços para lidar com a desigualdade de gênero sejam resistidos pela liderança masculina no âmbito do respeito à

marque Monitorar.

autoridade local e da autodeterminação. Isso é abordado no Indicador 3.3 Para um risco de projeto maior, marque Priorizar. Para um risco de projeto menor,

Identificação de Riscos do Projeto
☐ Alto Risco Provável
□ Não se Aplica
□ Pouco Provável
☐ Mitigação Confiável Disponível ou Já implementada
☐ Escopo de Risco Limitado
Priorização de Riscos do Projeto
☐ Delegar a um Nível Hierárquico Superior
□ Priorizar
☐ Monitorar
Riscos Específicos: Descreva o risco indicado conforme se aplica a este projeto.
Pesquisa/Engajamento: Descreva resumidamente a pesquisa e o envolvimento da Comunidade nesse risco.
Principais Fatores de Identificação de Riscos do Projeto: Descreva os principais fatores usados para classificar o risco como alto ou baixo.
3.3 Cultura de gestão/tomada de decisão

- Caso o projeto tenha sido designado como sensível a gênero ou transformador de gênero, marque Priorizar devido ao alto nível de ambição que exigiria uma análise de gênero/direitos humanos.
- Realize uma Identificação de Riscos do Projeto ligada ao *risco básico* de o projeto acomodar as desigualdades de forma não justificada pelo interesse em respeitar a autonomia ou autodeterminação local.
- Referências cruzadas:
 - OBSERVAÇÃO: Se surgirem situações de verdadeiro conflito entre equidade de gênero e autodeterminação da Comunidade, a resolução deve estar focada na Comunidade, não a empresa ou organização; e a Orientação de Gênero da TNC sugere que as mulheres devem ter um papel de liderança na resolução desses conflitos.

- Guia de Direitos Humanos Estudo de Caso 1D.4-5 (35) considera um cenário útil.
- Caso a liderança masculina resista às reuniões da equipe do projeto com mulheres, incluindo reuniões exclusivas para mulheres, as equipes do projeto podem precisar considerar se devem prosseguir com o projeto, uma vez que os esforços para restringir o papel das mulheres na resolução de conflitos de equidade de gênero são incompatíveis com as normas de direitos humanos.
- o Pode ser pertinente marcar P caso as mulheres da Comunidade não tenham sido consultadas sobre o conflito.
- Para um risco de projeto maior, marque Priorizar. Para um risco de projeto menor, marque Monitorar.

Identificação de Riscos do Projeto
☐ Alto Risco Provável
□ Não se Aplica
□ Pouco Provável
☐ Mitigação Confiável Disponível ou Já implementada
☐ Escopo de Risco Limitado
Priorização de Riscos do Projeto
☐ Delegar a um Nível Hierárquico Superior
☐ Monitorar
Riscos Específicos: Descreva o risco indicado conforme se aplica a este projeto.
Pesquisa/Engajamento: Descreva resumidamente a pesquisa e o envolvimento da Comunidade nesse risco.
Principais Fatores de Identificação de Riscos do Projeto: Descreva os principais fatores usados para classificar o risco como alto ou baixo.
3.4 Participação política

- Realize uma Identificação de Riscos do Projeto ligada ao *risco básico* de o projeto ser visto como endossando um regime hostil à igualdade de gênero ou de o projeto ser implicado nas instituições e estruturas sociais desiguais de um regime.
- Para um risco de projeto maior, marque Priorizar. Para um risco de projeto menor, marque Monitorar.

<u>Identificação de Riscos do Projeto</u>
☐ Alto Risco Provável
□ Não se Aplica
☐ Pouco Provável
☐ Mitigação Confiável Disponível ou Já implementada
☐ Escopo de Risco Limitado
Priorização de Riscos do Projeto
☐ Delegar a um Nível Hierárquico Superior
☐ Priorizar
☐ Monitorar
Riscos Específicos: Descreva o risco indicado conforme se aplica a este projeto.
<u>Pesquisa/Engajamento</u> : Descreva resumidamente a pesquisa e o envolvimento da Comunidade nesse risco.
<u>Principais Fatores de Identificação de Riscos do Projeto:</u> Descreva os principais fatores usados para classificar o risco como alto ou baixo.
3.5 Acesso das mulheres às instituições/apoio

- Realize uma Identificação de Riscos do Projeto ligada ao *risco básico* de o projeto exacerbar ou ser conivente com a falta de acesso das mulheres.
- Referências cruzadas:
 - Os esforços do projeto podem desincentivar os esforços governamentais para resolver o problema.
- Para um risco de projeto maior, marque Priorizar. Para um risco de projeto menor, marque Monitorar.

Identificação de Riscos do Projeto
☐ Alto Risco Provável
□ Não se Aplica
□ Pouco Provável
☐ Mitigação Confiável Disponível ou Já implementada
☐ Escopo de Risco Limitado
Priorização de Riscos do Projeto
☐ Delegar a um Nível Hierárquico Superior
□ Priorizar
☐ Monitorar
Riscos Específicos: Descreva o risco indicado conforme se aplica a este projeto.
Pesquisa/Engajamento: Descreva resumidamente a pesquisa e o envolvimento da Comunidade nesse risco.
Principais Fatores de Identificação de Riscos do Projeto: Descreva os principais fatores usados para classificar o risco como alto ou baixo.
3.6 Divisão do trabalho
 Realize uma Identificação de Risco do Projeto focada no <i>risco básico</i> de o projeto exacerbar ou tolerar desigualdades trabalhistas. Referências cruzadas:
 O risco de que quaisquer novas responsabilidades ligadas ao projeto assumidas pelas mulheres não sejam acompanhadas de apoio ou alívio dos encargos existentes.
 O risco de que elementos do projeto desenvolvidos para abordar preocupações possam sofrer resistência ou serem ignorados pelas estruturas de poder existentes.
 Para um risco de projeto maior, marque Priorizar. Para um risco de projeto menor, marque Monitorar.
Identificação de Riscos do Projeto
□ Alto Risco Provável

 □ Não se Aplica □ Pouco Provável □ Mitigação Confiável Disponível ou Já implementada □ Escopo de Risco Limitado Priorização de Riscos do Projeto
 □ Delegar a um Nível Hierárquico Superior □ Priorizar □ Monitorar
Riscos Específicos: Descreva o risco indicado conforme se aplica a este projeto.
Pesquisa/Engajamento: Descreva resumidamente a pesquisa e o envolvimento da Comunidade nesse risco.
Principais Fatores de Identificação de Riscos do Projeto: Descreva os principais fatores usados para classificar o risco como alto ou baixo.
3.7 Participação nos lucros/distribuição benefícios e discriminação salarial
 Realize uma Identificação de Riscos do Projeto focada no <i>risco básico</i> de o projeto exacerbar ou tolerar as desigualdades indicadas. Referências cruzadas: Riscos específicos no Indicador 3.1 e no Indicador 3.2 Inclua as disparidades indicadas, mesmo que sejam oferecidas justificativas sobre porque a elas existem. Para um risco de projeto maior, marque Priorizar. Para um risco de projeto menor, marque Monitorar.
Identificação de Riscos do Projeto
☐ Alto Risco Provável ☐ Não se Aplica ☐ Pouco Provável ☐ Mitigação Confiável Disponível ou Já implementada ☐ Escopo de Risco Limitado

<u>Priorização de Riscos do Projeto</u>
 □ Delegar a um Nível Hierárquico Superior □ Priorizar □ Monitorar
Riscos Específicos: Descreva o risco indicado conforme se aplica a este projeto.
Pesquisa/Engajamento: Descreva resumidamente a pesquisa e o envolvimento da Comunidade nesse risco.
Principais Fatores de Identificação de Riscos do Projeto: Descreva os principais fatores usados para classificar o risco como alto ou baixo.
3.8 Maternidade
 Realize uma Identificação de Riscos do Projeto focada no <i>risco básico</i> de que empregos gerados pelo projeto seriam menos acessíveis a mulheres grávidas ou com filhos. Referências cruzadas: Convenção 183 e a Recomendação 191 da OIT⁽³⁴⁾ estabeleceram um padrão mínimo de 14 semanas de licença-maternidade remunerada e proíbem a discriminação com base na gravidez. Ao surgirem dificuldades relacionadas a questões como segurança, desempenho físico, ou responsabilidade de cuidados infantis, deve-se buscar mitigar e adaptar tais elementos para as mulheres grávidas e com filhos, ao invés de justificar menores oportunidades. Para um risco de projeto maior, marque Priorizar. Para um risco de projeto menor, marque Monitorar.
Identificação de Riscos do Projeto
□ Alto Risco Provável□ Não se Aplica
□ Pouco Provável
☐ Mitigação Confiável Disponível ou Já implementada
☐ Escopo de Risco Limitado
Priorização de Riscos do Projeto

 □ Delegar a um Nível Hierárquico Superior □ Priorizar □ Monitorar
Riscos Específicos: Descreva o risco indicado conforme se aplica a este projeto.
Pesquisa/Engajamento: Descreva resumidamente a pesquisa e o envolvimento da Comunidade nesse risco.
Principais Fatores de Identificação de Riscos do Projeto: Descreva os principais fatores usados para classificar o risco como alto ou baixo.
 Realize uma Identificação de Riscos do Projeto focada no <i>risco básico</i> de o projeto exacerbar a descriminação. Referências cruzadas: Este é um indicador abrangente. Presumivelmente, uma ou mais questões específicas levaram a equipe de triagem a marcar isso como um risco contextual, portanto, considere amplamente o contexto para identificar todas as questões de discriminação. Riscos específicos devem ser descritos separadamente para que possam ser efetivamente analisados no acompanhamento. Para um risco de projeto maior, marque Priorizar. Para um risco de projeto menor, marque Monitorar.
Identificação de Riscos do Projeto
□ Alto Risco Provável □ Não se Aplica □ Pouco Provável □ Mitigação Confiável Disponível ou Já implementada □ Escopo de Risco Limitado Priorização de Riscos do Projeto
 □ Delegar a um Nível Hierárquico Superior □ Priorizar □ Monitorar

Riscos Específicos: Descreva o risco indicado conforme se aplica a este projeto.
Pesquisa/Engajamento: Descreva resumidamente a pesquisa e o envolvimento da Comunidade nesse risco.
Principais Fatores de Identificação de Riscos do Projeto: Descreva os principais fatores usados para classificar o risco como alto ou baixo.

Tabela 4 – Direitos Culturais

4.1 Genocídio ou opressão cultural

- Para um novo projeto em que uma Comunidade no Local ou Área do Projeto é visada ou ameaçada, marque Delegar a um Nível Hierárquico Superior.
- Para projetos existentes, ou um novo projeto onde apenas uma Comunidade na Região do Projeto é indicada, realize uma Identificação de Riscos do Projeto ligada ao *risco básico* de o projeto exacerbar ou tolerar a opressão.
- Referências cruzadas:
 - o Pode ser pertinente marcar P se houver defesa de grupos indígenas ou de direitos humanos (boicotes, denúncias etc.).
 - A solidariedade global tem um papel importante na proteção dos direitos indígenas locais, e a cooperação com um regime repressivo pode representar um risco.
- Para um risco de projeto maior, marque Priorizar. Para um risco de projeto menor, marque Monitorar.

☐ Priorizar ☐ Monitorar
Riscos Específicos: Descreva o risco indicado conforme se aplica a este projeto.
<u>Pesquisa/Engajamento</u> : Descreva resumidamente a pesquisa e o envolvimento da Comunidade nesse risco.
Principais Fatores de Identificação de Riscos do Projeto: Descreva os principais fatores usados para classificar o risco como alto ou baixo.
 Se uma Comunidade no Local, Área ou Região do Projeto estiver buscando isolamento voluntário, marque Delegar a um Nível Hierárquico Superior. Caso contrário, realize uma Identificação de Riscos do Projeto ligada ao <i>risco básico</i> de o projeto potencialmente aumentar as pressões para desenvolver, integrar, perturbar ou mudar a cultura da Comunidade, ou ser visto como potencialmente responsável por tais acontecimentos. Referências cruzadas: Um projeto bem-sucedido com uma Comunidade em uma região pode estimular terceiros a aumentar os esforços para entrar em contato com Comunidades voluntariamente isoladas OBSERVAÇÃO: Não questione a legitimidade do desejo das Comunidades de viver isoladamente. Consulte a Tabela 2 Indicadores — 2.2, 2.5, 2.6, 2.7 — relacionados ao aumento da atenção ou pressão de pessoas de fora. Para um risco de projeto maior, marque Priorizar. Para um risco de projeto menor, marque
Identificação de Riscos do Projeto ☐ Alto Risco Provável ☐ Não se Aplica ☐ Pouco Provável ☐ Mitigação Confiável Disponível ou Já implementada ☐ Escopo de Risco Limitado Priorização de Riscos do Projeto

 □ Delegar a um Nível Hierárquico Superior □ Priorizar □ Monitorar
Riscos Específicos: Descreva o risco indicado conforme se aplica a este projeto.
Pesquisa/Engajamento: Descreva resumidamente a pesquisa e o envolvimento da Comunidade nesse risco.
Principais Fatores de Identificação de Riscos do Projeto: Descreva os principais fatores usados para classificar o risco como alto ou baixo.
 4.3 — Locais de importância cultural e bens culturais Caso o projeto use, proteja ou interaja com os bens culturais, marque Priorizar, a menos que haja um plano de salvaguarda aprovado pela Comunidade; nesse caso, marque Monitorar. Se não houver um plano e houver preocupação com a destruição de locais ou propriedades, marque Delegar a um Nível Hierárquico Superior. Realize uma Identificação de Riscos do Projeto relacionada ao <i>risco básico</i> de o projeto afetar negativamente a condição da propriedade ou o uso ou acesso das Comunidades no Local/Área do Projeto aos locais ou propriedades indicados. Referências cruzadas: O risco de que a extensão dos locais ou propriedades possa ser desconhecida, mesmo para as Comunidades. Caso o projeto não tenha envidado esforços, estabelecido salvaguardas ou recebido consentimento explícito da Comunidade, pode ser pertinente marcar E. Para um risco de projeto mais alto, marque Delegar a um Nível Hierárquico Superior. Para um risco de projeto menor, marque Priorizar. Caso haja proteções ativas em vigor, marque Monitorar.
<u>Identificação de Riscos do Projeto</u>
☐ Alto Risco Provável
☐ Não se Aplica ☐ Pouco Provável
☐ Mitigação Confiável Disponível ou Já implementada

☐ Escopo de Risco Limitado
Priorização de Riscos do Projeto
 □ Delegar a um Nível Hierárquico Superior □ Priorizar □ Monitorar
Riscos Específicos: Descreva o risco indicado conforme se aplica a este projeto.
Pesquisa/Engajamento: Descreva resumidamente a pesquisa e o envolvimento da Comunidade nesse risco.
Principais Fatores de Identificação de Riscos do Projeto: Descreva os principais fatores usados para classificar o risco como alto ou baixo.
4.4 Patrimônio cultural imaterial e conhecimento ecológico tradicional
 Caso o projeto use, proteja ou interaja com bens ou conhecimentos, marque Priorizar, a menos que haja um plano de salvaguarda aprovado pela Comunidade. Nesse caso, marque Monitorar. Caso contrário, realize uma Identificação de Riscos do Projeto relacionada ao <i>risco básico</i> de o projeto ter o potencial de afetar negativamente a condição de recursos ou expropriar o valor da propriedade. Referências cruzadas: Consultar literatura sobre legados coloniais de exploração do conhecimento ecológico tradicional

- o As Comunidades podem não caracterizar seu conhecimento ecológico tradicional como propriedade ou afirmar que ele tem valor, mas a obrigação de terceiros de respeitá-lo como propriedade protegida permanece, independentemente.
- o OBSERVAÇÃO: Não questione a legitimidade de quaisquer reivindicações de propriedade.
- o Pode ser pertinente marcar P se a medida em que as Comunidades no local do projeto dependem do conhecimento ecológico tradicional não for clara.
- Para um risco de projeto maior, marque Priorizar. Para um risco de projeto menor, marque Monitorar.

Identificação de Riscos do Projeto
☐ Alto Risco Provável
□ Não se Aplica
□ Pouco Provável
☐ Mitigação Confiável Disponível ou Já implementada
☐ Escopo de Risco Limitado
Priorização de Riscos do Projeto
☐ Delegar a um Nível Hierárquico Superior
□ Priorizar
□ Monitorar
Riscos Específicos: Descreva o risco indicado conforme se aplica a este projeto.
Pesquisa/Engajamento: Descreva resumidamente a pesquisa e o envolvimento da Comunidade nesse risco.
Principais Fatores de Identificação de Riscos do Projeto: Descreva os principais fatores usados para classificar o risco como alto ou baixo.
4.5 Uso de imagens

- Para um projeto existente, caso a organização, empresa ou parceiros tenham usado imagens de Comunidades, lugares ou propriedades no passado sem permissão documentada, ou caso a organização ou empresa deseje usar imagens e ainda não tenha autorização comprovada, marque Priorizar.
- Caso contrário, realize uma Identificação de Riscos do Projeto ligada ao risco básico de o projeto inadvertidamente utilizar imagens sem a devida autorização comprovada.
- Referências cruzadas:
 - o Há sempre o risco de violação aos contratos, ou sua incompreensão, por parte dos parceiros.
 - Os parceiros podem não estar cientes das limitações ao uso de imagens.
 - o Pode ser pertinente marcar P caso a organização ou empresa rotineiramente utilize imagens em atividades de promoção ou desenvolvimento.
- Para um risco de projeto maior, marque Priorizar. Para um risco de projeto menor, marque Monitorar.

Identificação de Riscos do Projeto
☐ Alto Risco Provável
□ Não se Aplica
☐ Pouco Provável
☐ Mitigação Confiável Disponível ou Já implementada
☐ Escopo de Risco Limitado
Priorização de Riscos do Projeto
☐ Delegar a um Nível Hierárquico Superior
□ Priorizar
☐ Monitorar
Riscos Específicos: Descreva o risco indicado conforme se aplica a este projeto.
Pesquisa/Engajamento: Descreva resumidamente a pesquisa e o envolvimento da Comunidade nesse risco.
Principais Fatores de Identificação de Riscos do Projeto: Descreva os principais fatores usados para classificar o risco como alto ou baixo.
4.6 Assimilação forçada e ameaças à cultura

- Realize uma Identificação de Riscos do Projeto focada no *risco básico* de o projeto poder estar diretamente ligado às ameaças (por exemplo, assimilação forçada, destruição, controle debilitante) à cultura da Comunidade.
- Referências cruzadas:
 - o Observe que os direitos culturais das Comunidades podem se estender:
 - ao direito de praticar tradições e costumes culturais
 - ao direito de manter seu patrimônio cultural e conhecimento tradicional
 - ao direito à sua relação espiritual com seus territórios e águas
 - O risco de que o envolvimento dos membros da Comunidade nas atividades do projeto possa desafiar as dinâmicas existentes
 - Observe que mesmo mudanças benéficas podem ter impactos negativos na capacidade de uma Comunidade de manter sua cultura e marcar P pode ser pertinente caso as Comunidades no local ou área do projeto sejam inexperientes no gerenciamento de mudanças.
- Para um risco de projeto maior, marque Priorizar. Para um risco de projeto menor, marque Monitorar.

Identificação de Riscos do Projeto
☐ Alto Risco Provável
□ Não se Aplica
☐ Pouco Provável
☐ Mitigação Confiável Disponível ou Já implementada
☐ Escopo de Risco Limitado
Priorização de Riscos do Projeto
☐ Delegar a um Nível Hierárquico Superior
□ Priorizar
☐ Monitorar
Riscos Específicos: Descreva o risco indicado conforme se aplica a este projeto.
Pesquisa/Engajamento: Descreva resumidamente a pesquisa e o envolvimento da Comunidade nesse risco.
Principais Fatores de Identificação de Riscos do Projeto: Descreva os principais fatores usados para classificar o risco como alto ou baixo.

Tabela 5 – Distribuição de Benefícios

5.1 Experiência comunitária existente

- Realize uma Identificação de Riscos do Projeto ligada ao *risco básico* de o projeto poder exacerbar ou tolerar experiências de exclusão.
- Referências cruzadas:
 - o <u>Observação</u>: Deve-se considerar desfavorecimento percebido, mas não verificado.
 - o O risco de que as estratégias de mitigação possam sofrer resistência ou serem subvertidas pelos detentores de poder existentes.
- Para um risco de projeto maior, marque Priorizar. Para um risco de projeto menor, marque Monitorar.

Identificação de Riscos do Projeto
☐ Alto Risco Provável
□ Não se Aplica
□ Pouco Provável □ Misicação Confissal Diagraphyal ou 15 implements de
☐ Mitigação Confiável Disponível ou Já implementada☐ Escopo de Risco Limitado
Priorização de Riscos do Projeto
☐ Delegar a um Nível Hierárquico Superior ☐ Priorizar
□ Monitorar
<u>Riscos Específicos</u> : Descreva o risco indicado conforme se aplica a este projeto.
Pesquisa/Engajamento: Descreva resumidamente a pesquisa e o envolvimento da
Comunidade nesse risco.
Principais Fatavas de Identificação de Diseas de Projetos Descrava es principais fataras
<u>Principais Fatores de Identificação de Riscos do Projeto:</u> Descreva os principais fatores usados para classificar o risco como alto ou baixo.
5.2 Falta de capacidade comunitária
• Realize uma Identificação de Riscos do Projeto focada no <i>risco básico</i> de existir a
possibilidade de a falta de capacidade da Comunidade levar a:
 Exploração das Comunidades por outras partes Incapacidade da Comunidade de gerenciar discussões internas
 Má gestão injusta dos benefícios
Referências cruzadas:
 Indicadores 8.5, 8.7 e 8.8. O risco de que as estratégias de mitigação possam sofrer resistência ou serem
subvertidas pelos detentores de poder existentes.
• Para um risco de projeto maior, marque Priorizar. Para um risco de projeto menor,
marque Monitorar.
Identificação de Riscos do Projeto
☐ Alto Risco Provável
□ Não se Aplica

☐ Pouco Provável ☐ Mitigação Confiável Disponível ou Já implementada ☐ Escopo de Risco Limitado
Priorização de Riscos do Projeto
 □ Delegar a um Nível Hierárquico Superior □ Priorizar □ Monitorar
Riscos Específicos: Descreva o risco indicado conforme se aplica a este projeto.
Pesquisa/Engajamento: Descreva resumidamente a pesquisa e o envolvimento da Comunidade nesse risco.
Principais Fatores de Identificação de Riscos do Projeto: Descreva os principais fatores usados para classificar o risco como alto ou baixo.
5.3 Corrupção/desvio
 Realize uma Identificação de Riscos do Projeto ligada ao <i>risco básico</i> de o projeto exacerbar ou tolerar corrupção. Referências cruzadas: Considere as despesas do projeto, bem como o pagamento dos benefícios. Pode ser útil consultar literatura sobre corrupção em projetos de desenvolvimento. Para um risco de projeto maior, marque Priorizar. Para um risco de projeto menor, marque Monitorar ou deixe em branco.
Identificação de Riscos do Projeto
 □ Alto Risco Provável □ Não se Aplica □ Pouco Provável □ Mitigação Confiável Disponível ou Já implementada □ Escopo de Risco Limitado
Priorização de Riscos do Projeto
☐ Delegar a um Nível Hierárquico Superior

□ Priorizar □ Monitorar
Riscos Específicos: Descreva o risco indicado conforme se aplica a este projeto.
Pesquisa/Engajamento: Descreva resumidamente a pesquisa e o envolvimento da Comunidade nesse risco.
Principais Fatores de Identificação de Riscos do Projeto: Descreva os principais fatores usados para classificar o risco como alto ou baixo.
5.4 Transparência por pessoas de fora
 Realize uma Identificação de Riscos do Projeto ligada ao <i>risco básico</i> de o projeto potencialmente exacerbar ou tolerar as questões relacionadas à falta de transparência. Referências cruzadas: O risco de que as estratégias de mitigação possam sofrer resistência ou serem subvertidas pelos detentores de poder existentes. As obrigações de confidencialidade podem apresentar obstáculos para alcançar as metas de transparência. Para um risco de projeto maior, marque Priorizar. Para um risco de projeto menor, marque Monitorar.
Identificação de Riscos do Projeto
☐ Alto Risco Provável ☐ Não se Aplica ☐ Pouco Provável ☐ Mitigação Confiável Disponível ou Já implementada ☐ Escopo de Risco Limitado
Priorização de Riscos do Projeto
☐ Delegar a um Nível Hierárquico Superior
☐ Priorizar ☐ Monitorar
Riscos Específicos: Descreva o risco indicado conforme se aplica a este projeto.

 Pesquisa/Engajamento: Descreva resumidamente a pesquisa e o envolvimento da Comunidade nesse risco. Principais Fatores de Identificação de Riscos do Projeto: Descreva os principais fatores usados para classificar o risco como alto ou baixo.
5.5 Forma e cálculo dos benefícios
 Faça uma Identificação de Riscos do Projeto ligada ao <i>risco básico</i> de que a distribuição de benefícios do projeto possa exacerbar ou tolerar a exploração das Comunidades. Referências cruzadas: Pode ser pertinente marcar P caso as Comunidades não tenham sido incluídas nas decisões do projeto sobre benefícios. Existem diferentes formas de benefícios que podem não ser financeiramente sólidos ou aconselháveis. Pode ser apropriado marcar P caso estejam disponíveis. Para um risco de projeto maior, marque Priorizar. Para um risco de projeto menor, marque Monitorar ou deixe em branco.
Identificação de Riscos do Projeto
 □ Alto Risco Provável □ Não se Aplica □ Pouco Provável □ Mitigação Confiável Disponível ou Já implementada □ Escopo de Risco Limitado
Priorização de Riscos do Projeto
 □ Delegar a um Nível Hierárquico Superior □ Priorizar □ Monitorar
Riscos Específicos: Descreva o risco indicado conforme se aplica a este projeto. Pesquisa/Engajamento: Descreva resumidamente a pesquisa e o envolvimento da
Comunidade nesse risco.

Principais Fatores de Identificação de Riscos do Projeto: Descreva os principais fatores usados para classificar o risco como alto ou baixo.
5.6 Divisão dos benefícios dentro das Comunidades
 Realize uma Identificação de Riscos do Projeto focada no <i>risco básico</i> de o projeto produzir benefícios que exacerbem ou tolerem desigualdades percebidas. Referências cruzadas:
 Se os benefícios do projeto puderem incluir oportunidades de emprego ou empreendedorismo na Comunidade, considere especificamente o risco de desigualdade de gênero.
 O risco de que as estratégias de mitigação possam sofrer resistência ou serem subvertidas pelos detentores de poder existentes.
 Para um risco de projeto maior, marque Priorizar. Para um risco de projeto menor, marque Monitorar.
Identificação de Riscos do Projeto
☐ Alto Risco Provável ☐ Não se Aplica ☐ Pouco Provável ☐ Mitigação Confiável Disponível ou Já implementada ☐ Escopo de Risco Limitado
•
Priorização de Riscos do Projeto □ Delegar a um Nível Hierárquico Superior □ Priorizar □ Monitorar
Riscos Específicos: Descreva o risco indicado conforme se aplica a este projeto.
Pesquisa/Engajamento: Descreva resumidamente a pesquisa e o envolvimento da Comunidade nesse risco.

Principais Fatores de Identificação de Riscos do Projeto: Descreva os principais fatores usados para classificar o risco como alto ou baixo.
5.7 Divisão dos benefícios entre as Comunidades
 Realize uma Identificação de Riscos do Projeto focada no <i>risco básico</i> de o projeto produzir benefícios que exacerbem ou tolerem desigualdades percebidas Comunidades: Incluindo todos os Povos Indígenas e Comunidades Locais. Referências cruzadas: As Comunidades podem usar vantagens materiais para perpetuar conflitos com outra Comunidade. O risco de que as estratégias de mitigação possam sofrer resistência ou serem subvertidas pelos detentores de poder existentes. Para um risco de projeto maior, marque Priorizar. Para um risco de projeto menor, marque Monitorar ou deixe em branco.
Identificação de Riscos do Projeto
☐ Alto Risco Provável ☐ Não se Aplica ☐ Pouco Provável ☐ Mitigação Confiável Disponível ou Já implementada ☐ Escopo de Risco Limitado
Priorização de Riscos do Projeto
 □ Delegar a um Nível Hierárquico Superior □ Priorizar □ Monitorar
Riscos Específicos: Descreva o risco indicado conforme se aplica a este projeto.
Pesquisa/Engajamento: Descreva resumidamente a pesquisa e o envolvimento da Comunidade nesse risco.
Principais Fatores de Identificação de Riscos do Projeto: Descreva os principais fatores usados para classificar o risco como alto ou baixo.

5.8 Divisão dos benefícios entre os parceiros do projeto
 Realize uma Identificação de Riscos do Projeto focada no <i>risco básico</i> de a alocação dos benefícios de o projeto poderem ser percebidos como injusta. Referências cruzadas: Marcar P pode ser pertinente caso as preocupações de alocação surjam de qualquer um dos seguintes: a possibilidade de as Comunidades receberem menos de 25% do benefício relevante um plano de alocação que antecipa retornos de lucro líquido para a organização, empresa ou parceiros, ao invés de priorizar a cobertura de custos decisões de alocação que foram formuladas antes das discussões ou negociações do FPIC Para um risco de projeto maior, marque Priorizar. Para um risco de projeto menor, marque Monitorar ou deixe em branco.
Identificação de Riscos do Projeto
 □ Alto Risco Provável □ Não se Aplica □ Pouco Provável □ Mitigação Confiável Disponível ou Já implementada □ Escopo de Risco Limitado
Priorização de Riscos do Projeto
 □ Delegar a um Nível Hierárquico Superior □ Priorizar □ Monitorar
Riscos Específicos: Descreva o risco indicado conforme se aplica a este projeto.
Pesquisa/Engajamento: Descreva resumidamente a pesquisa e o envolvimento da Comunidade nesse risco.

Principais Fatores de Identificação de Riscos do Projeto: Descreva os principais fatores usados para classificar o risco como alto ou baixo.
5.9 Novos parceiros comerciais ou influências
 Realize uma Identificação de Riscos do Projeto ligada a dois riscos principais: o parceiro do projeto está ligado a abusos dos direitos humanos o projeto poderia exacerbar ou tolerar impactos adversos ligados à nova atividade comercial Referências cruzadas: Caso a organização ou empresa tenha processos de triagem para aprovar novas parcerias, algumas dessas orientações podem ser aplicáveis nesse contexto. Os riscos aos direitos humanos associados aos parceiros do projeto são sempre uma preocupação, especialmente se o risco estiver em uma área relacionada ao setor de atuação do parceiro no projeto. A introdução de novas oportunidades comerciais faz parte de alguns projetos mas, em casos de divergência entre os objetivos de lucro e de interesse público, consulte um assessor de direitos humanos conforme necessário para garantir que o risco seja minimizado. A introdução de oportunidades de renda e lucro pode aumentar as tensões dentro da Comunidade e entre as Comunidades. Para um risco de projeto maior, marque Priorizar. Para um risco de projeto menor, marque Monitorar ou deixe em branco.
Identificação de Riscos do Projeto
 □ Alto Risco Provável □ Não se Aplica □ Pouco Provável □ Mitigação Confiável Disponível ou Já implementada □ Escopo de Risco Limitado
Priorização de Riscos do Projeto
☐ Delegar a um Nível Hierárquico Superior ☐ Priorizar ☐ Monitorar
Riscos Específicos: Descreva o risco indicado conforme se aplica a este projeto.

Pesquisa/Engajamento: Descreva resumidamente a pesquisa e o envolvimento da Comunidade nesse risco.
Principais Fatores de Identificação de Riscos do Projeto: Descreva os principais fatores usados para classificar o risco como alto ou baixo.
5.10 Risco de dívida ou resultados financeiros adversos
 Realize uma Identificação de Riscos do Projeto focada no <i>risco básico</i> de o projeto potencialmente causar uma assunção de dívidas pelas Comunidades, ou outras obrigações injustas que impactam o gozo de outros direitos humanos (consulte as referências). Referências cruzadas: Tabela 6 (direitos socioeconômicos) e Tabela 8 (direitos de autodeterminação) Estar livre de dívidas não é um direito estabelecido, mas está relacionado aos direitos de livre escolha e autodeterminação, particularmente por poder levar a impactos sobre outros direitos socioeconômicos. Caso a potencial natureza ou nível de dívida seja algo novo para as Comunidades ou caso existam preocupações com a capacidade da Comunidade de gerenciar a dívida, marque Priorizar. O acesso à financiamentos e empréstimos também pode ser um benefício positivo; consulte um assessor de direitos humanos conforme necessário. Assumir dívidas pode causar preocupações sobre a equidade intergeracional (consulte também o Indicador 5.11). Para um risco de projeto maior, marque Priorizar. Para um risco de projeto menor, marque Monitorar ou deixe em branco.
<u>Identificação de Riscos do Projeto</u>
 □ Alto Risco Provável □ Não se Aplica □ Pouco Provável □ Mitigação Confiável Disponível ou Já implementada □ Escopo de Risco Limitado
Priorização de Riscos do Projeto
☐ Delegar a um Nível Hierárquico Superior ☐ Priorizar

☐ Monitorar
Riscos Específicos: Descreva o risco indicado conforme se aplica a este projeto.
Pesquisa/Engajamento: Descreva resumidamente a pesquisa e o envolvimento da Comunidade nesse risco.
Principais Fatores de Identificação de Riscos do Projeto: Descreva os principais fatores usados para classificar o risco como alto ou baixo.
5.11 Equidade intergeracional
 Realize uma Identificação de Riscos do Projeto sobre o <i>risco básico</i> da possibilidade de o projeto ser visto como fator de exacerbação das questões de equidade intergeracionais Referências cruzadas: As preocupações com a equidade intergeracional surgem de maneiras diversas; consulte um assessor de direitos humanos, conforme necessário. Nem todo benefício criará um risco de direitos intergeracionais, portanto, as equipes podem realizar uma Identificação dos Riscos Básicos Mínimos para ajudá-los a determinar sua existência. Pode ser pertinente marcar P caso um ou mais fatores de análise básicos mínimos sejam evidentes. Para um risco de projeto maior, marque Priorizar. Para um risco de projeto menor, marque Monitorar ou deixe em branco.
Identificação de Riscos do Projeto
☐ Alto Risco Provável ☐ Não se Aplica ☐ Pouco Provável ☐ Mitigação Confiável Disponível ou Já implementada ☐ Escopo de Risco Limitado Priorização de Riscos do Projeto
☐ Delegar a um Nível Hierárquico Superior
☐ Priorizar

□ Monitorar
Riscos Específicos: Descreva o risco indicado conforme se aplica a este projeto.
<u>Pesquisa/Engajamento</u> : Descreva resumidamente a pesquisa e o envolvimento da Comunidade nesse risco.
Principais Fatores de Identificação de Riscos do Projeto: Descreva os principais fatores usados para classificar o risco como alto ou baixo.
5.12 Justiça climática
 Realize uma Identificação de Riscos do Projeto focado em dois <i>riscos básicos</i>: de que o projeto poderia exacerbar ou tolerar a situação de perdas e danos climáticos de o projeto poderia trazer benefícios para um poderoso participante da economia de carbono que superasse o benefício recebido pela Comunidade. Referências cruzadas: O risco de que os benefícios climáticos do projeto possam ser usados pelos governos como uma desculpa para atrasar a ação. Um projeto que visa "tirar o melhor proveito" da injustiça climática pode ser visto como uma aceitação dessa injustiça. Com relação à desigualdade, o risco pode ser maior quando há um beneficiário específico envolvido, e é ainda maior se:
Identificação de Riscos do Projeto
 □ Alto Risco Provável □ Não se Aplica □ Pouco Provável

☐ Mitigação Confiável Disponível ou Já implementada ☐ Escopo de Risco Limitado
Priorização de Riscos do Projeto
 □ Delegar a um Nível Hierárquico Superior □ Priorizar □ Monitorar
Riscos Específicos: Descreva o risco indicado conforme se aplica a este projeto.
Pesquisa/Engajamento: Descreva resumidamente a pesquisa e o envolvimento da Comunidade nesse risco.
Principais Fatores de Identificação de Riscos do Projeto: Descreva os principais fatores usados para classificar o risco como alto ou baixo.

Tabela 6 – Direitos Socioeconômicos

6.1 Insegurança alimentar

- Realize a Identificação de Riscos Básicos Mínimos para determinar se os direitos alimentares estão ameaçados e, em caso afirmativo, realize uma Identificação de Riscos do Projeto focados no *risco básico* de o projeto exacerbar ou tolerar a insegurança alimentar.
- Referências cruzadas:
 - Orientação específica sobre o direito à alimentação na Identificação de Riscos Básicos Mínimos.
 - Os impactos do projeto no direito à alimentação podem ser improváveis devido à natureza do trabalho da organização ou empresa, mas os riscos indiretos devem ser abordados.
 - Se houver previsão do projeto para melhorar o acesso aos alimentos, considere o risco de desigualdades inter e intracomunitárias. Consulte também os Indicadores 1.5, 1.8, 5.6 e 5.7.
 - Existe a possibilidade de riscos indiretos. Por exemplo, o projeto, ou o apoio dos doadores ao projeto, pode interferir nos esforços governamentais para lidar com a insegurança alimentar daquela área.
 - Considere Outras Ferramentas aplicáveis, incluindo ajudar as Comunidades a se afastarem das abordagens e práticas de subsistência.

 Para um risco de projeto maior, marque Priorizar. Para um risco de projeto menor, ou se nenhum risco básico mínimo for encontrado, marque Monitorar.
Identificação de Riscos do Projeto
☐ Alto Risco Provável
☐ Não se Aplica ☐ Pouco Provável
☐ Mitigação Confiável Disponível ou Já implementada
☐ Escopo de Risco Limitado
Priorização de Riscos do Projeto
☐ Delegar a um Nível Hierárquico Superior
□ Priorizar
☐ Monitorar
Riscos Específicos: Descreva o risco indicado conforme se aplica a este projeto.
Pesquisa/Engajamento: Descreva resumidamente a pesquisa e o envolvimento da Comunidade nesse risco.
Principais Fatores de Identificação de Riscos do Projeto: Descreva os principais fatores usados para classificar o risco como alto ou baixo.
6.2 Insegurança hídrica
 Realize a Identificação de Riscos Básicos Mínimos focado na possibilidade de os direitos hídricos estarem ameaçados e, em caso afirmativo, realize uma Identificação de Riscos do Projeto focado no <i>Risco Básico</i> de o projeto exacerbar ou tolerar a insegurança hídrica.
Referências cruzadas:
 Orientação específica sobre o direito à água na Identificação de Riscos Básicos Mínimos.
 Os impactos do projeto sobre o direito à água podem ser improváveis devido
à natureza do trabalho da organização ou empresa, mas os riscos indiretos devem ser abordados.
 Caso haja previsão do projeto para melhorar o acesso à água doce, considere o risco de desigualdades Inter e intracomunitárias. Consulte também os Indicadores 1.5. 1.8. 5.6 e 5.7

Existe a possibilidade de riscos indiretos. Por exemplo, o projeto, ou o apoio dos doadores ao projeto, pode interferir nos esforços governamentais para fornecer acesso e melhorar a qualidade da água doce.

Para um risco de projeto maior, marque Priorizar. Para um risco de projeto menor, ou se nenhum risco básico mínimo for encontrado, marque Monitorar.

<u>Identificação de Riscos do Projeto</u>
□ Alto Risco Provável
□ Não se Aplica
□ Pouco Provável
☐ Mitigação Confiável Disponível ou Já implementada
☐ Escopo de Risco Limitado
Priorização de Riscos do Projeto
☐ Delegar a um Nível Hierárquico Superior
□ Priorizar
□ Monitorar
Riscos Específicos: Descreva o risco indicado conforme se aplica a este projeto.
Pesquisa/Engajamento: Descreva resumidamente a pesquisa e o envolvimento da Comunidade nesse risco.
Principais Fatores de Identificação de Riscos do Projeto: Descreva os principais fatores usados para classificar o risco como alto ou baixo.
6.3 Qualidade da água

- Realize uma Identificação de Riscos do Projeto focando no risco básico envolvendo a possibilidade de o projeto afetar negativamente a qualidade da água na região.
- Referências cruzadas:
 - Garantir que quaisquer impactos na qualidade da água não ameacem impactar o direito à água
 - o Orientação específica sobre o direito à água na Identificação de Riscos Básicos Mínimos.
 - Confira também: Abordagem Baseada em Direitos Humanos e Recursos Hídricos (36)

 Para um risco de projeto maior, marque Priorizar. Para um risco de projeto menor, marque Monitorar.
Identificação de Riscos do Projeto
☐ Alto Risco Provável
□ Não se Aplica
□ Pouco Provável
☐ Mitigação Confiável Disponível ou Já implementada ☐ Escopo de Risco Limitado
Liscopo de Risco Emitado
Priorização de Riscos do Projeto
☐ Delegar a um Nível Hierárquico Superior
□ Priorizar
□ Monitorar
Riscos Específicos: Descreva o risco indicado conforme se aplica a este projeto.
Pesquisa/Engajamento: Descreva resumidamente a pesquisa e o envolvimento da Comunidade nesse risco.
Principais Fatores de Identificação de Riscos do Projeto: Descreva os principais fatores usados para classificar o risco como alto ou baixo.
6.4 Insegurança habitacional
• Caso o projeto envolva reassentamento, incluindo reassentamento voluntário,
marque Priorizar.
• Realize a Identificação de Riscos Básicos Mínimos focado na possibilidade de os direitos habitacionais estarem ameaçados e, em caso afirmativo, realize uma
Identificação de Riscos do Projeto focado no risco básico de o projeto exacerbar ou
tolerar a insegurança habitacional. • Referências cruzadas:
 Orientação específica sobre o direito à habitação na Identificação de Riscos
Básicos Mínimos.
 Os impactos do projeto sobre o direito à habitação podem ser improváveis devido à natureza do trabalho da organização ou empresa, mas os riscos indiretos devem ser abordados.

- Caso exista previsão no projeto de melhorar o acesso aos alimentos, considere o risco de desigualdades inter e intracomunitárias. Consulte também os Indicadores 1.5, 1.8, 5.6 e 5.7.
- Para um risco de projeto maior, marque Priorizar. Para um risco de projeto menor, ou se nenhum risco básico mínimo for encontrado, marque Monitorar.

Identificação de Riscos do Projeto
☐ Alto Risco Provável
□ Não se Aplica
□ Pouco Provável
☐ Mitigação Confiável Disponível ou Já implementada
☐ Escopo de Risco Limitado
Priorização de Riscos do Projeto
☐ Delegar a um Nível Hierárquico Superior
□ Priorizar
☐ Monitorar
Riscos Específicos: Descreva o risco indicado conforme se aplica a este projeto.
Pesquisa/Engajamento: Descreva resumidamente a pesquisa e o envolvimento da Comunidade nesse risco.
<u>Principais Fatores de Identificação de Riscos do Projeto:</u> Descreva os principais fatores usados para classificar o risco como alto ou baixo.
6.5 Atendimento médico

- Realize a Identificação de Riscos Básicos Mínimos para determinar se os direitos à atendimento médico estão ameaçados e, em caso afirmativo, realize uma Identificação de Riscos do Projeto focados no risco básico de o projeto exacerbar ou tolerar a deterioração desse atendimento.
- Referências cruzadas:
 - Orientação específica sobre o direito à cuidados médicos na Identificação de Riscos Básicos Mínimos.

- Os impactos do projeto sobre o direito à cuidados médicos podem ser improváveis devido à natureza do trabalho da organização ou empresa, mas os riscos indiretos devem ser abordados.
- Caso exista previsão no projeto de melhorar o acesso à cuidados médicos, considere o risco de desigualdades inter e intracomunitárias. Consulte também os Indicadores 1.5, 1.8, 5.6 e 5.7.
- Para um risco de projeto maior, marque Priorizar. Para um risco de projeto menor, ou se nenhum risco básico mínimo for encontrado, marque Monitorar.

Identificação de Riscos do Projeto
☐ Alto Risco Provável
□ Não se Aplica
☐ Pouco Provável
☐ Mitigação Confiável Disponível ou Já implementada
☐ Escopo de Risco Limitado
Priorização de Riscos do Projeto
☐ Delegar a um Nível Hierárquico Superior
☐ Priorizar
☐ Monitorar
Riscos Específicos: Descreva o risco indicado conforme se aplica a este projeto.
<u>Pesquisa/Engajamento</u> : Descreva resumidamente a pesquisa e o envolvimento da Comunidade nesse risco.
Principais Fatores de Identificação de Riscos do Projeto: Descreva os principais fatores usados para classificar o risco como alto ou baixo.
6.6 Insegurança educacional
 Realize a Identificação de Riscos Básicos Mínimos para determinar se os direitos educacionais estão ameaçados e, em caso afirmativo, realize uma Identificação de Riscos do Projeto focados no <i>risco básico</i> de o projeto exacerbar ou tolerar a insegurança educacional. Referências cruzadas:

- Orientação específica sobre o direito à educação na Identificação de Riscos Básicos Mínimos.
- Os impactos do projeto sobre o direito à educação podem ser improváveis devido à natureza do trabalho da organização ou empresa, mas os riscos indiretos devem ser abordados.
- Caso exista previsão no projeto de melhorar o acesso à educação, considere o risco de desigualdades inter e intracomunitárias. Consulte também os Indicadores 1.5, 1.8, 5.6 e 5.7.
- Para um risco de projeto maior, marque Priorizar. Para um risco de projeto menor, ou se nenhum risco básico mínimo for encontrado, marque Monitorar.

Identificação de Riscos do Projeto
☐ Alto Risco Provável
□ Não se Aplica
□ Pouco Provável
☐ Mitigação Confiável Disponível ou Já implementada
☐ Escopo de Risco Limitado
Priorização de Riscos do Projeto
☐ Delegar a um Nível Hierárquico Superior
□ Priorizar
☐ Monitorar
Riscos Específicos: Descreva o risco indicado conforme se aplica a este projeto.
Pesquisa/Engajamento: Descreva resumidamente a pesquisa e o envolvimento da Comunidade nesse risco.
Principais Fatores de Identificação de Riscos do Projeto: Descreva os principais fatores usados para classificar o risco como alto ou baixo.
6.7 Insegurança de renda
Realize uma Identificação de Riscos do Projeto baseada no <i>risco básico</i> de o projeto cousar uma quada dráctica na renda que amaga a direito a um padrão da vida

adequado.

Referências cruzadas:

- Orientação específica sobre o direito à salários dignos na Identificação de Riscos Básicos Mínimos.
- O risco de resultados negativos é inerente a qualquer atividade econômica.
 As equipes precisarão usar o bom senso para identificar o risco básico à luz de sua compreensão do contexto local e expectativas em torno dele.
- Se houver previsão do projeto para melhorar o acesso aos alimentos, considere o risco de desigualdades inter e intracomunitárias. Consulte também os Indicadores 1.5, 1.8, 5.6 e 5.7.
- Para um risco de projeto maior, marque Priorizar. Para um risco de projeto menor, marque Monitorar ou deixe em branco.

Identificação de Riscos do Projeto
 □ Alto Risco Provável □ Não se Aplica □ Pouco Provável □ Mitigação Confiável Disponível ou Já implementada □ Escopo de Risco Limitado
Priorização de Riscos do Projeto
 □ Delegar a um Nível Hierárquico Superior □ Priorizar □ Monitorar
Riscos Específicos: Descreva o risco indicado conforme se aplica a este projeto.
Pesquisa/Engajamento: Descreva resumidamente a pesquisa e o envolvimento da Comunidade nesse risco.
Principais Fatores de Identificação de Riscos do Projeto: Descreva os principais fatores usados para classificar o risco como alto ou baixo.
6.8 Acesso a serviços e utilidades
 Realize uma Identificação de Riscos do Projeto focado no risco básico de o projeto afetar o acesso das Comunidades a utilidades.

• Referências cruzadas:

- o Orientação específica sobre o direito à alimentação na Identificação de Riscos Básicos Mínimos.
- Caso haja previsão do projeto para melhorar o acesso à serviços/utilidades, considere o risco de desigualdades inter e intracomunitárias. Consulte também os Indicadores 1.5, 1.8, 5.6 e 5.7.
- Para um risco de projeto maior, marque Priorizar. Para um risco de projeto menor, ou se nenhum risco básico mínimo for encontrado, marque Monitorar.

<u>Identificação de Riscos do Projeto</u>
☐ Alto Risco Provável ☐ Não se Aplica ☐ Pouco Provável ☐ Mitigação Confiável Disponível ou Já implementada ☐ Escopo de Risco Limitado Priorização de Riscos do Projeto
 □ Delegar a um Nível Hierárquico Superior □ Priorizar □ Monitorar
Riscos Específicos: Descreva o risco indicado conforme se aplica a este projeto.
Pesquisa/Engajamento: Descreva resumidamente a pesquisa e o envolvimento da Comunidade nesse risco.
Principais Fatores de Identificação de Riscos do Projeto: Descreva os principais fatores usados para classificar o risco como alto ou baixo.
6.9 Planejamento de desenvolvimento

- Realize uma Identificação de Riscos de o Projeto focado no *risco básico* do projeto exacerbar ou ser conivente com a falta de poder do FPIC ou os direitos concedidos por ele.
- Referências cruzadas:
 - o Os projetos geralmente tentam aproveitar ao máximo sistemas difíceis ou injustos durante o planejamento. Em muitos casos, essa pode ser a opção menos prejudicial, mas em casos extremos, pode ser categorizada como um endosso a um sistema injusto. Por exemplo, considere a seguinte situação: um governo, em determinado momento, "regularizou" um território indígena

cujos membros comunitários se opuseram aos planos do governo de apoiar a entrada de agricultores não indígenas, que adotaram práticas agrícolas desnecessariamente destrutivas e com alta emissão de carbono. Anos depois, uma equipe de projeto considera implementar um projeto com agricultores que reduziria drasticamente os impactos ambientais negativos e as emissões de carbono. Embora os impactos diretos do projeto sejam desejáveis, ele também corre o risco de legitimar uma violação anterior.

• Para um risco de projeto maior, marque Priorizar. Para um risco de projeto menor, marque Monitorar ou deixe em branco.

<u>Identificação de Riscos do Projeto</u>
☐ Alto Risco Provável
□ Não se Aplica
☐ Pouco Provável
☐ Mitigação Confiável Disponível ou Já implementada
☐ Escopo de Risco Limitado
Priorização de Riscos do Projeto
☐ Delegar a um Nível Hierárquico Superior
□ Priorizar
☐ Monitorar
Riscos Específicos: Descreva o risco indicado conforme se aplica a este projeto.
<u>Pesquisa/Engajamento</u> : Descreva resumidamente a pesquisa e o envolvimento da Comunidade nesse risco.
Principais Fatores de Identificação de Riscos do Projeto: Descreva os principais fatores usados para classificar o risco como alto ou baixo.
6.10 Ambiente saudável — atividades tóxicas e perigosas
 Realize a Identificação de Riscos Básicos Mínimos focando na possível ameaça a um ambiente saudável e, em caso afirmativo, realize uma Identificação de Riscos do Projeto focados no <i>risco básico</i> de o projeto exacerbar ou tolerar o desrespeito às normas ambientais. Referências cruzadas:

- Caso a equipe não tenha informações sobre as normas relevantes, retorne à
 Triagem de Risco Contextual e marque o indicador para a lista Pesquisar.
- Caso o projeto se proponha a abordar questões envolvendo exposição, considere:
 - As atividades do projeto podem entrar em conflito com um interesse comercial local que pode criar novos impactos
 - A insistência no projeto pode atrasar ou prejudicar abordagens alternativas.
- Para um risco de projeto maior, marque Priorizar. Para um risco de projeto menor, ou se nenhum risco básico mínimo for encontrado, marque Monitorar.

Identificação de Riscos do Projeto
☐ Alto Risco Provável
□ Não se Aplica
☐ Pouco Provável
☐ Mitigação Confiável Disponível ou Já implementada
☐ Escopo de Risco Limitado
Priorização de Riscos do Projeto
☐ Delegar a um Nível Hierárquico Superior
□ Priorizar
☐ Monitorar
Riscos Específicos: Descreva o risco indicado conforme se aplica a este projeto. Pesquisa/Engajamento: Descreva resumidamente a pesquisa e o envolvimento da Comunidade nesse risco.
Principais Fatores de Identificação de Riscos do Projeto: Descreva os principais fatores usados para classificar o risco como alto ou baixo.
6.11 Ambiente saudável — impacto desproporcional
 Realize a Identificação de Riscos Básicos Mínimos para determinar se uma violação básica mínima está ameaçada e, em caso afirmativo, realize uma Identificação de Riscos do Projeto focada no <i>risco básico</i> de o projeto exacerbar ou tolerar danos

ambientais ou uma dinâmica de grupo desigual, como lidar com um dano a uma

Comunidade mais privilegiada, ignorando os danos a uma Comunidade menos privilegiada.

- Referências cruzadas:
 - As equipes do projeto estão atentas aos danos ambientais direcionados a grupos vulneráveis, e uma das dificuldades que o risco apresenta é que, ao fornecer benefícios a uma Comunidade, uma questão de equidade pode surgir em torno do tratamento de um grupo diferente.
 - Considere Comunidades em situação semelhante com queixas além do escopo de um mapeamento de partes interessadas. Pode ser pertinente marcar P se o escopo não estiver claro ou se houver informações ausentes.
- Para um risco de projeto maior, marque Priorizar. Para um risco de projeto menor, ou se nenhum risco básico mínimo for encontrado, marque Monitorar.

<u>Identificação de Riscos do Projeto</u>
☐ Alto Risco Provável
□ Não se Aplica
□ Pouco Provável
☐ Mitigação Confiável Disponível ou Já implementada
☐ Escopo de Risco Limitado
Priorização de Riscos do Projeto
☐ Delegar a um Nível Hierárquico Superior
□ Priorizar
☐ Monitorar
Riscos Específicos: Descreva o risco indicado conforme se aplica a este projeto.
<u>Pesquisa/Engajamento</u> : Descreva resumidamente a pesquisa e o envolvimento da Comunidade nesse risco.
<u>Principais Fatores de Identificação de Riscos do Projeto:</u> Descreva os principais fatores usados para classificar o risco como alto ou baixo.
6.12 Ambiente saudável — servicos ecossistêmicos

- 5.12 Ambiente saudavel serviços ecossistemicos
 - Realize uma Identificação de Riscos do Projeto focando no *risco básico* de o projeto ser visto como um fator de aumento da degradação do ecossistema.
 - Referências cruzadas:
 - As equipes do projeto estão atentas aos danos ambientais direcionados a grupos vulneráveis, e uma das dificuldades que o risco apresenta é que, ao

- fornecer serviços ecossistêmicos a uma Comunidade, sua segurança e seus meios de subsistência estão interligados de maneiras que podem causar danos.
- Caso um projeto se proponha a abordar a degradação ambiental, considere que a persistência no projeto pode atrasar ou prejudicar as abordagens alternativas de uma Comunidade.
- Para um risco de projeto maior, marque Priorizar. Para um risco de projeto menor, marque Monitorar ou deixe em branco.

Identificação de Riscos do Projeto
☐ Alto Risco Provável
□ Não se Aplica
□ Pouco Provável
☐ Mitigação Confiável Disponível ou Já implementada
☐ Escopo de Risco Limitado
Priorização de Riscos do Projeto
☐ Delegar a um Nível Hierárquico Superior
□ Priorizar
☐ Monitorar
Riscos Específicos: Descreva o risco indicado conforme se aplica a este projeto.
<u>Pesquisa/Engajamento</u> : Descreva resumidamente a pesquisa e o envolvimento da Comunidade nesse risco.
Principais Fatores de Identificação de Riscos do Projeto: Descreva os principais fatores usados para classificar o risco como alto ou baixo.
Tabela 7 - Riscos de direitos trabalhistas e meios de subsistência

7.1 Escravidão/tráfico/trabalho forçado

- Se as alegações de escravidão ou tráfico estiverem relacionadas ao projeto, marque Delegar a um Nível Hierárquico Superior.
- Se o projeto depender de mão de obra contratada de fora dos IPLCs, marque Priorizar.

- Caso contrário, faça uma Identificação de Risco do Projeto sobre o *risco básico* de que o projeto possa agravar o problema.
- Referência cruzada:
 - Risco de que os ativos ou benefícios do projeto possam ser usados para apoiar condutas proibidas ou envolver maus atores.
- Para um Risco de Projeto maior, marque Delegar a um Nível Hierárquico Superior. Para um Risco de Projeto menor, marque Priorizar ou Monitorar.

Identificação de Riscos do Projeto
☐ Alto Risco Provável
□ Não se Aplica
□ Pouco Provável
☐ Mitigação Confiável Disponível ou Já implementada
☐ Escopo de Risco Limitado
Priorização de Riscos do Projeto
☐ Delegar a um Nível Hierárquico Superior
□ Priorizar
☐ Monitorar
Riscos específicos: Descreva o risco indicado conforme se aplica a este projeto.
Pesquisa/Engajamento: Descreva resumidamente a pesquisa e o envolvimento da Comunidade nesse risco.
Principais Fatores de Identificação de Riscos do Projeto: Descreva os principais fatores usados para classificar o risco como alto ou baixo.
7.2 Trabalha infantil

7.2 Trabalho infantil

- Se o projeto envolver trabalho infantil fora do contexto familiar, marque Delegar a um Nível Hierárquico Superior. Se houver incerteza sobre a natureza dos relacionamentos, consulte o consultor de direitos humanos.
- Se a situação de trabalho infantil for supostamente ilegal ou envolver as "piores formas de trabalho infantil", conforme definido pela OIT, faça uma Identificação de Risco do Projeto sobre o *risco básico* de que o projeto possa agravar a situação.
- Referência Cruzada:
 - o Risco de que o projeto possa afetar negativamente a segurança econômica da família, fazendo com que as crianças que estavam na escola sejam colocadas para trabalhar.
 - Riscos específicos no Indicador 1.1

 Para um Risco de Projeto maior, marque Delegar a um Nível Hierárquico Superior. Se o Risco do Projeto for menor, marque Priorizar. Se os únicos possíveis vínculos com o trabalho infantil estiverem dentro de um ambiente familiar e nenhum dos sinais acima for levantado, as equipes poderão marcar a opção Monitorar.
Identificação de Riscos do Projeto
☐ Alto Risco Provável
□ Não se Aplica
☐ Pouco Provável
☐ Mitigação Confiável Disponível ou Já implementada
☐ Escopo de Risco Limitado
Priorização de Riscos do Projeto
□ Delegar a um Nível Hierárquico Superior
☐ Priorizar
☐ Monitorar
L Montorui
Riscos específicos: Descreva o risco indicado conforme se aplica a este projeto.
Pesquisa/Engajamento: Descreva resumidamente a pesquisa e o envolvimento da Comunidade nesse risco.
:: Descreva os principais fatores usados para classificar o risco como alto ou baixo.
7.3 Condições de trabalho (associação)
 Para um novo projeto que criaria empregos que afetariam mais de 10 pessoas, marque Priorizar.
 Para um projeto existente, faça uma Identificação de Risco do Projeto sobre o risco básico que o projeto poderia exacerbar ou tolerar violações.
Referência cruzada: Pisco do que o projeto possa ser usado pero apojer condutas projbidas ou
 Risco de que o projeto possa ser usado para apoiar condutas proibidas ou apoiar financeiramente maus atores e empregadores, violando o direito de associação.
 Para um Risco de Projeto maior, marque Priorizar. Para um Risco de Projeto
menor, marque Monitorar.
Identificação de Riscos do Projeto

☐ Alto Risco Provável
□ Não se Aplica
□ Pouco Provável
☐ Mitigação Confiável Disponível ou Já implementada
☐ Escopo de Risco Limitado
Priorização de Riscos do Projeto
☐ Delegar a um Nível Hierárquico Superior
□ Priorizar
☐ Monitorar
Riscos específicos: Descreva o risco indicado conforme se aplica a este projeto.
Pesquisa/Engajamento: Descreva resumidamente a pesquisa e o envolvimento da
Comunidade nesse risco.
: Descreva os principais fatores usados para classificar o risco como alto ou baixo.
Descreva os principais fatores usados para classificar o fisco como alto ou baixo.
7.4 Condições de trabalho (meios de subsistência tradicionais)
• Faça uma Identificação de Risco do Projeto sobre o <i>risco básico</i> de que o projeto
possa exacerbar ou tolerar riscos à saúde e à segurança. • Referência cruzada:
 Se o projeto estiver pronto para gerar empregos, considere a possibilidade
de a Comunidade não adotar precauções se as Comunidades estiverem
dispostas a aceitar condições perigosas.
 Se o projeto incluir um processo de FPIC que aborde essas preocupações,
marcar Monitorar talvez seja o mais adequado.
Para um Risco de Projeto maior, marque Priorizar. Para um Risco de Projeto
menor, marque Monitorar.
Identificação de Riscos do Projeto
☐ Alto Risco Provável
□ Não se Aplica
□ Pouco Provável
☐ Mitigação Confiável Disponível ou Já implementada
☐ Escopo de Risco Limitado

Priorização de Riscos do Projeto ☐ Delegar a um Nível Hierárquico Superior ☐ Priorizar ☐ Monitorar
Riscos específicos: Descreva o risco indicado conforme se aplica a este projeto.
Pesquisa/Engajamento: Descreva resumidamente a pesquisa e o envolvimento da Comunidade nesse risco.
Descreva os principais fatores usados para classificar o risco como alto ou baixo.
7.5 Condições de trabalho (emprego)
 Faça uma Identificação de Risco do Projeto sobre o <i>risco básico</i> de que o projeto possa exacerbar as más condições de trabalho, inclusive por meio do fornecimento de materiais ou serviços de empregadores implicados em más condições de trabalho, ou por meio do fornecimento de outro tipo de apoio a eles. Referência cruzada: Considere se as obrigações de aplicação da lei (e.g., alocações de pastagem) impõem uma função policial. Considere se o projeto envolverá contato entre humanos e animais selvagens. Considere se o projeto adotará práticas abusivas sob a justificativa das condições locais prevalecentes. Para um Risco de Projeto maior, marque Priorizar. Para um Risco de Projeto menor, marque Monitorar.
Identificação de Riscos do Projeto
☐ Alto Risco Provável
□ Não se Aplica □ Pouco Provável
☐ Mitigação Confiável Disponível ou Já implementada
☐ Escopo de Risco Limitado
Priorização de Riscos do Projeto ☐ Delegar a um Nível Hierárquico Superior ☐ Priorizar

☐ Monitorar
Riscos específicos: Descreva o risco indicado conforme se aplica a este projeto.
Pesquisa/Engajamento: Descreva resumidamente a pesquisa e o envolvimento da Comunidade nesse risco.
Principais Fatores de Identificação de Riscos do Projeto: Descreva os principais fatores usados para classificar o risco como alto ou baixo.
7.6 Desemprego
 Faça uma Identificação de Risco do Projeto sobre o <i>risco básico</i> de que o projeto possa aumentar o desemprego. Referência cruzada: Risco de que, se o projeto criar expectativas sobre novas oportunidades de emprego e depois não as concretizar, os membros da comunidade poderão se sentir ainda mais insatisfeitos com sua situação de emprego. Se o projeto incluir um processo de FPIC e o potencial para tal interferência for avaliado, não há problema em deixar esse indicador desmarcado. Para um Risco de Projeto maior, marque Priorizar. Para um Risco de Projeto menor, marque Monitorar ou deixe sem marcar.
Identificação de Riscos do Projeto
☐ Alto Risco Provável
□ Não se Aplica
□ Pouco Provável □ Mitigação Confideral Diagonável ou 16 implemente de
 ☐ Mitigação Confiável Disponível ou Já implementada ☐ Escopo de Risco Limitado
Liscopo de Risco Emiliado
Priorização de Riscos do Projeto
☐ Delegar a um Nível Hierárquico Superior
☐ Priorizar ☐ Monitorar
Li Wollitorai

Riscos específicos: Descreva o risco indicado conforme se aplica a este projeto.
Pesquisa/Engajamento: Descreva resumidamente a pesquisa e o envolvimento da Comunidade nesse risco. Principais Fatores de Identificação de Riscos do Projeto: Descreva os principais fatores usados para classificar o risco como alto ou baixo.
7.7 Discriminação e assédio no trabalho
 Se o projeto for criar empregos, faça uma Identificação de Risco do Projeto sobre o <i>risco básico</i> de que o projeto possa exacerbar ou tolerar preocupações com discriminação ou assédio. Referência cruzada: Riscos específicos no Indicador 1.8, 1.9 e 3.9. Para um Risco de Projeto maior, marque Priorizar. Para um Risco de Projeto menor, marque Monitorar.
Identificação de Riscos do Projeto
☐ Alto Risco Provável
□ Não se Aplica
□ Pouco Provável □ Mitima ão Confidual Diamonável ou 14 immlements do
☐ Mitigação Confiável Disponível ou Já implementada ☐ Escopo de Risco Limitado
Priorização de Riscos do Projeto ☐ Delegar a um Nível Hierárquico Superior ☐ Priorizar ☐ Monitorar
Riscos específicos: Descreva o risco indicado conforme se aplica a este projeto.
Pesquisa/Engajamento: Descreva resumidamente a pesquisa e o envolvimento da Comunidade nesse risco.

Principais Fatores de Identificação de Riscos do Projeto: Descreva os principais fatores
usados para classificar o risco como alto ou baixo.
7.8 Interferência nos meios de subsistência tradicionais
 Faça uma Identificação de Risco do Projeto sobre o <i>risco básico</i> de que o projeto possa exacerbar a interferência nos meios de subsistência tradicionais. Referência cruzada:
 As mudanças indicadas podem aumentar os riscos aos direitos socioeconômicos (consulte a Tabela 6).
o Se o projeto incluir um processo de FPIC e o potencial para essa
interferência for avaliado, talvez não seja necessária nenhuma marca.
• Para um Risco de Projeto maior, marque Priorizar. Para um Risco de Projeto menor, marque Monitorar.
Identificação de Riscos do Projeto
□ Alto Risco Provável
□ Não se Aplica
☐ Pouco Provável
☐ Mitigação Confiável Disponível ou Já implementada
☐ Escopo de Risco Limitado
Priorização de Riscos do Projeto
☐ Delegar a um Nível Hierárquico Superior
□ Priorizar
☐ Monitorar
Riscos específicos: Descreva o risco indicado conforme se aplica a este projeto.
Pesquisa/Engajamento: Descreva resumidamente a pesquisa e o envolvimento da
Comunidade nesse risco.
Principais Fatores de Identificação de Riscos do Projeto: Descreva os principais fatores
usados para classificar o risco como alto ou baixo.

Tabela 8 - Autodeterminação, participação e FPIC
8.1 Livre participação
 Consulte o Guia de Direitos Humanos⁽²⁾ para obter uma perspectiva sobre o elemento "livre" no FPIC. Se houver alegações de que os governos estão usando ameaças para induzir os membros da comunidade a consentirem com o projeto, marque Delegar a um Nível Hierárquico Superior. Caso contrário, faça uma Identificação de Risco do Projeto sobre o <i>risco básico</i> de que o projeto possa buscar participação por meio da ameaça de consequências adversas. Referência cruzada: Quando a equipe do projeto acredita que um projeto é extremamente importante para que a comunidade aborde os desafios que enfrenta, essas opiniões devem ser apresentadas de modo a evitar a criação de pressão ou coerção indevidas. Os possíveis resultados menos favoráveis associados à não realização do projeto devem ser discutidos com sensibilidade. Devem ser apresentadas às comunidades opções para diferentes cursos de ação com opções, riscos, benefícios e consequências. Caso contrário, marcar Priorizar pode ser apropriado. Considere a oposição à participação. Quando a oposição é bastante engajada, marcar Priorizar pode ser apropriado. Para um Risco de Projeto maior, marque Priorizar. Para um Risco de Projeto menor, marque Monitorar.
Identificação de Riscos do Projeto
☐ Alto Risco Provável
☐ Não se Aplica ☐ Pouco Provável
☐ Mitigação Confiável Disponível ou Já implementada
☐ Escopo de Risco Limitado
Priorização de Riscos do Projeto
☐ Delegar a um Nível Hierárquico Superior
□ Priorizar
☐ Monitorar
Riscos específicos: Descreva o risco indicado conforme se aplica a este projeto.

Pesquisa/Engajamento: Descreva resumidamente a pesquisa e o envolvimento da Comunidade nesse risco. Principais Fatores de Identificação de Riscos do Projeto: Descreva os principais fatores usados para classificar o risco como alto ou baixo.
 8.2 Liderança comunitária e/ou cogestão Se as atividades do projeto são consideradas dentro da capacidade ou habilidades atuais dos IPLCs, marque Priorizar. Se as atividades do projeto estiverem dentro da capacidade das comunidades com algum desenvolvimento, faça uma Identificação de Risco do Projeto sobre o <i>risco básico</i> de que o projeto possa prejudicar o compromisso da empresa ou do negócio com a autoidentificação. <i>risco básico</i> Referência cruzada: Os modelos de liderança comunitária devem ser explicitamente considerados pela equipe do projeto. Caso contrário, marcar Priorizar pode ser apropriado. Para um Risco de Projeto maior, marque Priorizar. Para um Risco de Projeto menor, marque Monitorar.
Identificação de Riscos do Projeto □ Alto Risco Provável □ Pouco Provável □ Mitigação Confiável Disponível ou Já implementada □ Escopo de Risco Limitado Priorização de Riscos do Projeto □ Delegar a um Nível Hierárquico Superior □ Priorizar □ Monitorar Riscos específicos: Descreva o risco indicado conforme se aplica a este projeto.

Pesquisa/Engajamento: Descreva resumidamente a pesquisa e o envolvimento da Comunidade nesse risco.
Principais Fatores de Identificação de Riscos do Projeto: Descreva os principais fatores usados para classificar o risco como alto ou baixo.
 8.3 Iniciação e elaboração de projetos Faça uma Identificação de Risco do Projeto sobre o <i>risco básico</i> de que o projeto possa ser considerado como tendo sido desenvolvido antes da participação das Comunidades. Referência cruzada: Analise o Guia de Direitos Humanos⁽²⁾ para obter uma perspectiva sobre o elemento "prévio" do CLPI. As decisões iniciais, mesmo quando rotuladas como "provisórias", podem ser percebidas como uma decisão tardia para abordagens alternativas no estágio em que as comunidades foram consultadas. Se não houve discussões com as Comunidades sobre suas prioridades, marcar Priorizar pode ser apropriado. Se o Risco de Projeto for maior, marque Priorizar. Para um Risco de Projeto menor ou se o projeto for um estudo de viabilidade com envolvimento da comunidade planejado, marque Monitorar.
Identificação de Riscos do Projeto

Pesquisa/Engajamento: Descreva resumidamente a pesquisa e o envolvimento da Comunidade nesse risco.
Principais Fatores de Identificação de Risco do Projeto: Descreva os principais fatores usados para classificar o risco como alto ou baixo.
8.4 Estruturas de governança comunitárias
 Se a equipe do projeto determinar que não há estruturas ou instituições aplicáveis, marque Priorizar, a menos que essas opiniões tenham sido examinadas por vários membros da Comunidade. Se as opiniões tiverem sido examinadas ou se as fases de planejamento forem preliminares com a intenção de envolver as instituições comunitárias posteriormente, marque Monitorar. Caso contrário, marque Priorizar.
Identificação de Riscos do Projeto
☐ Alto Risco Provável
□ Não se Aplica
□ Pouco Provável
☐ Mitigação Confiável Disponível ou Já implementada
☐ Escopo de Risco Limitado
Priorização de Riscos do Projeto
☐ Delegar a um Nível Hierárquico Superior
☐ Priorizar
☐ Monitorar
Riscos Específicos: Descreva o risco indicado conforme se aplica a este projeto.
Pesquisa/Engajamento: Descreva resumidamente a pesquisa e o envolvimento da Comunidade nesse risco.
Principais Fatores de Identificação de Riscos do Projeto: Descreva os principais fatores usados para classificar o risco como alto ou baixo.

8.5 Conhecimento e experiência da comunidade
 Analise o Guia de Direitos Humanos (2) para obter uma perspectiva sobre o elemento "informado" do CLPI. Faça uma Identificação de Risco do Projeto sobre o <i>risco básico</i> de que a empresa ou negócio precise superar alguma inexperiência comunitária para garantir um processo de FPIC completo. Referência Cruzada: Observação: Informado é uma obrigação de resultado, o que significa que as Comunidades devem chegar a um estado informado sobre todas as questões-chave, e não apenas receber informações que poderiam estar informadas <i>se</i> revisassem as informações. Se a equipe do projeto tiver desenvolvido um Plano de Consulta conforme descrito no Guia de Direitos Humanos, marque a opção Monitorar. Se não houver planos para realizar uma Avaliação de Impacto Social independente, marcar Priorizar pode ser apropriado. Para um Risco de Projeto maior, marque Priorizar. Para um Risco de Projeto menor, marque Monitorar.
Identificação de Riscos do Projeto
☐ Alto Risco Provável
☐ Não se Aplica ☐ Pouco Provável
☐ Mitigação Confiável Disponível ou Já implementada
☐ Escopo de Risco Limitado
Priorização de Riscos do Projeto □ Delegar a um Nível Hierárquico Superior □ Priorizar □ Monitorar
Riscos Específicos: Descreva o risco indicado conforme se aplica a este projeto.
Pesquisa/Engajamento: Descreva resumidamente a pesquisa e o envolvimento da
Comunidade nesse risco.

Principais Fatores de Identificação de Riscos do projeto: Descreva os principais fatores usados para classificar o risco como alto ou baixo.
8.6 Poder de negociação da comunidade
 Faça uma Identificação de Risco do Projeto sobre o <i>risco básico</i> de que o projeto possa tirar proveito da falta de poder de negociação das Comunidades e influenciar os resultados. Referência Cruzada:
 Observação: A falta de poder de negociação pode se manifestar mesmo quando as comunidades têm forte poder de veto (consulte o Indicador 8.15) e o cumprimento desse direito seja complexo.
 As equipes podem realizar uma Identificação dos Riscos Básicos Mínimos para ajudar a decidir se a falta de poder de negociação gera preocupações com os direitos humanos. Se as preocupações forem evidentes, marque a opção Priorizar.
Para um Risco de Projeto maior, marque Priorizar. Para um Risco de Projeto menor, marque Monitorar.
Identificação de Riscos do Projeto
☐ Alto Risco Provável
□ Não se Aplica
□ Pouco Provável
☐ Mitigação Confiável Disponível ou Já implementada
☐ Escopo de Risco Limitado
Priorização de Riscos do Projeto
☐ Delegar a um Nível Hierárquico Superior
□ Priorizar
☐ Monitorar
Riscos Específicos: Descreva o risco indicado conforme se aplica a este projeto.
Pesquisa/Engajamento: Descreva resumidamente a pesquisa e o envolvimento da Comunidade nesse risco.
Principais Fatores de Identificação de Riscos do Projeto: Descreva os principais fatores usados para classificar o risco como alto ou baixo.

8.7 Conhecimento e experiência em organização ou empresas
 Faça uma Identificação de Risco do Projeto sobre o <i>risco básico</i> de que o projeto possa ser visto como irresponsável ou imprudente devido à falta de experiência da organização ou da empresa. Referência Cruzada: Ao adentrar em novas áreas de desafio, a equipe do projeto pode se proteger contra qualquer aparência de imprudência por meio de pesquisa, preparação, orçamento e colaboração suficientes. É importante obter o consentimento para qualquer atividade experimental. Nenhum risco é levantado desde que a Comunidade tenha sido informada dos riscos e consentido com eles. A falta de experiência, por si só, não impede necessariamente que o trabalho seja feito. Se a falta de experiência da organização ou da empresa tiver sido compartilhada com as Comunidades e as possíveis consequências tiverem sido previstas, as equipes poderão marcar a opção Monitorar. Para um Risco de Projeto maior, marque Priorizar. Para um Risco de Projeto menor, marque Monitorar.
Identificação de Riscos do Projeto
☐ Alto Risco Provável
□ Não se Aplica □ Pouco Provável
☐ Mitigação Confiável Disponível ou Já implementada
☐ Escopo de Risco Limitado
Priorização de Riscos do Projeto □ Delegar a um Nível Hierárquico Superior □ Priorizar □ Monitorar
Riscos Específicos: Descreva o risco indicado conforme se aplica a este projeto.
Pesquisa/Engajamento: Descreva resumidamente a pesquisa e o envolvimento da Comunidade nesse risco.

<u>Principais Fatores de Identificação de Riscos do Projeto:</u> Descreva os principais fatores usados para classificar o risco como alto ou baixo.

8.8 Capacidade da comunidade - idioma, local, tempo, recursos
 Faça uma Identificação de Risco do Projeto sobre o <i>risco básico</i> de que o projeto possa ser visto como alheio às realidades sociais e econômicas enfrentadas pelas Comunidades. Referência Cruzada: o O FPIC e a tomada de decisões devem ocorrer no idioma local, em momentos culturalmente apropriados, para que o FPIC não se torne inadequado. (Consulte o Guia de Direitos Humanos, Módulo 2⁽⁸⁾) As Comunidades podem considerar injustas as solicitações de participação não compensada. Se a equipe do projeto tiver desenvolvido um Plano de Consulta conforme descrito no Guia de Direitos Humanos, marque a opção Monitorar. Para um Risco de Projeto maior, marque Priorizar. Para um Risco de Projeto menor, marque Monitorar.
Identificação de Riscos do Projeto
☐ Alto Risco Provável
□ Não se Aplica □ Pouco Provável
☐ Mitigação Confiável Disponível ou Já implementada
☐ Escopo de Risco Limitado
Priorização de Riscos do Projeto □ Delegar a um Nível Hierárquico Superior □ Priorizar □ Monitorar
Riscos Específicos: Descreva o risco indicado conforme se aplica a este projeto.
Pesquisa/Engajamento: Descreva resumidamente a pesquisa e o envolvimento da Comunidade nesse risco.
Principais Fatores de Identificação de Riscos do Projeto: Descreva os principais fatores usados para classificar o risco como alto ou baixo.

0 0 4	. 1 1	1 . ~	1	presa - idioma,	1 1 ,		
$\mathbf{x} \mathbf{u} \mathbf{\Delta}$	canacidade	da organizaca	A All da Ami	nreca - idioma	Incal to	mno recure	C
0.7Λ	Capacidade	ua organizaça	o ou ua ciii	presa - iuioilia,	iocai, u	Jiipo, iccuis	oo

- Faça uma Identificação de Risco do Projeto sobre o *risco básico* de que a alocação de recursos do projeto possa fazer com que os processos de FPIC sejam vistos como inadequados ou apressados.
- Referência Cruzada:
 - Os padrões da organização ou empresa sobre essas questões processuais e orçamentárias. A organização ou empresa deve ter como objetivo aumentar o investimento de tempo e recursos sempre que possível para garantir o respeito aos direitos e aumentar o aprendizado.
 - Se os orçamentos não forem grandes o suficiente para abordar os aspectos do projeto relacionados à participação, a organização ou empresa deverá abordar o problema e alterar seu orçamento e/ou escopo para incluir atividades adequadas relacionadas à participação.
- Para um Risco de Projeto maior, marque Priorizar. Para um Risco de Projeto menor, marque Monitorar.

menor, marque iviolitorar.
Identificação de Riscos do Projeto
☐ Alto Risco Provável
□ Não se Aplica
□ Pouco Provável
☐ Mitigação Confiável Disponível ou Já implementada
☐ Escopo de Risco Limitado
Priorização de Riscos do Projeto
☐ Delegar a um Nível Hierárquico Superior
□ Priorizar
☐ Monitorar
Riscos Específicos: Descreva o risco indicado conforme se aplica a este projeto.
Pesquisa/Engajamento: Descreva resumidamente a pesquisa e o envolvimento da Comunidade nesse risco.
Principais Fatores de Identificação de Riscos do Projeto: Descreva os principais fatores usados para classificar o risco como alto ou baixo.

8.10 Inclusão — Escopo completo das partes

- Faça uma Identificação de Risco do Projeto sobre o *risco básico* de que o projeto possa perpetuar visões excludentes.
- Referência Cruzada:
 - Os riscos de desigualdade de gênero também são analisados na Tabela 3, especialmente nos Indicadores 3.2, 3.3 e 3.9. Esse indicador concentra-se em questões de igualdade de gênero e identidade vulnerável dentro do próprio processo de desenvolvimento do projeto. Como esse processo geralmente está mais sob o controle da organização ou da empresa, elas devem procurar atender aos mais altos padrões de inclusão.
 - o O Guia de Gênero da TNC⁽²²⁾ pode ser referenciada como um *benchmark* que pode ser aplicada a outras identidades vulneráveis.
 - o Os elementos a seguir foram extraídos do Apêndice G do *TNC's Gender Guidance* (Guia de Gênero da TNC). Se eles não foram considerados durante a elaboração do projeto, pode ser apropriado marcar Priorizar:
 - Retenção de peritos/especialistas
 - Eventuais reuniões separadas
 - Treinamentos personalizados de aprendizagem e liderança
 - Esforços para fortalecer grupos de mulheres e de identitários
 - Protocolos personalizados de compartilhamento de informações
 - Quaisquer problemas exclusivos de planejamento e acessibilidade
 - Apoio financeiro direcionado
 - Análise das causas raiz da exclusão ou discriminação
- Para um Risco de Projeto maior, marque Priorizar. Para um Risco de Projeto menor, marque Monitorar.

Identificação de Riscos do Projeto
☐ Alto Risco Provável
□ Não se Aplica
☐ Pouco Provável
☐ Mitigação Confiável Disponível ou Já implementada
☐ Escopo de Risco Limitado
Priorização de Riscos do Projeto
☐ Delegar a um Nível Hierárquico Superior
☐ Priorizar
☐ Monitorar
Riscos Específicos: Descreva o risco indicado conforme se aplica a este projeto.
Pesquisa/Engajamento: Descreva resumidamente a pesquisa e o envolvimento da
Comunidade nesse risco.

Principais Fatores de Identificação de Riscos do Projeto: Descreva os principais fatores usados para classificar o risco como alto ou baixo.		
8.11 Inclusão - grupos vulneráveis		
 Faça uma Identificação de Risco do Projeto sobre o <i>risco básico</i> de que o projeto 		
possa perpetuar visões excludentes. • Referência cruzada:		
 As normas de direitos humanos são mais fortes quando funcionam para proteger grupos vulneráveis, mas uma abrangência mais ampla de discriminação ainda pode gerar problemas de direitos humanos. A exclusão também pode conduzir ao aumento das tensões ou à percepção de injustiça, o que pode criar mais riscos de violência ou assédio. 		
o Risco de opções mais limitadas se a Comunidade for a única a exigir a exclusão.		
 Para um Risco de Projeto maior, marque Priorizar. Para um Risco de Projeto menor, marque Monitorar. 		
<u>Identificação de Riscos do Projeto</u> ☐ Alto Risco Proyável		
☐ Não se Aplica		
□ Pouco Provável		
☐ Mitigação Confiável Disponível ou Já implementada		
☐ Escopo de Risco Limitado		
Priorização de Riscos do Projeto		
☐ Delegar a um Nível Hierárquico Superior		
☐ Priorizar		
☐ Monitorar		
Riscos Específicos: Descreva o risco indicado conforme se aplica a este projeto.		
Pesquisa/Engajamento: Descreva resumidamente a pesquisa e o envolvimento da Comunidade nesse risco.		

8.13 Acesso à informação

- Faça uma Identificação de Risco do Projeto sobre o *risco básico* de que as restrições de acesso às informações possam prejudicar o compromisso da organização ou da empresa com a responsabilidade e a transparência.
- Referência cruzada:
 - As leis de direitos humanos sobre acesso a informações são extensas. As informações do projeto devem ser mantidas no mesmo padrão que as informações públicas mantidas por órgãos governamentais, e os direitos de acesso são acionados quando as informações são necessárias para proteger os direitos dos vulneráveis. Tanto o direito à liberdade de expressão quanto o direito à opinião dependem do acesso às informações fundamentais.
 - Algumas circunstâncias requerem acesso restrito, inclusive para respeitar a confidencialidade de outras partes (consulte o Indicador 8.14) relacionadas à segurança. Se os esforços para equilibrar prioridades conflitantes em torno de informações e confidencialidade puderem ser percebidos como violações de direitos, marcar Priorizar pode ser apropriado.
 - Caso as informações tenham de ser ocultadas das Comunidades com base em acordos de confidencialidade com terceiros, marcar Priorizar pode ser apropriado. Se as opções de mitigação, como acordos de não divulgação ou omissão, não foram consideradas pelas partes relevantes, marque Priorizar. No entanto, se as comunidades foram notificadas da existência de tais informações, e se lhes foi dito o motivo da omissão e se não houver objeções por parte da comunidade, as equipes poderão marcar Monitorar.
- Para um Risco de Projeto maior, marque Priorizar. Para um Risco de Projeto menor, marque Monitorar.

<u>Identificação de Riscos do Projeto</u>		
☐ Alto Risco Provável		
□ Não se Aplica		
□ Pouco Provável		
☐ Mitigação Confiável Disponível ou Já implementada		
☐ Escopo de Risco Limitado		
Priorização de Riscos do Projeto		
☐ Delegar a um Nível Hierárquico Superior		
☐ Priorizar		
☐ Monitorar		
Riscos Específicos: Descreva o risco indicado conforme se aplica a este projeto.		

Pesquisa/Engajamento: Descreva resumidamente a pesquisa e o envolvimento da Comunidade nesse risco.
Principais Fatores de Identificação de Riscos do Projeto: Descreva os principais fatores usados para classificar o risco como alto ou baixo.
8.14 Confidencialidade das informações da Comunidade
 Faça uma Identificação de Risco do Projeto sobre o <i>risco básico</i> de que a falta de procedimentos possa fazer com que informações confidenciais da Comunidade sejam divulgadas ou usadas sem permissão. Referência cruzada: Algumas informações devem ser mantidas em sigilo para proteger os
direitos humanos, especialmente para os detentores de direitos vulneráveis. A confidencialidade se cruza com o consentimento e a autodeterminação, e muitas comunidades sofreram violações de seus direitos ao terem o acesso às informações negado erroneamente.
 Os princípios do FPIC podem ser aplicados para garantir que essa constelação de direitos seja respeitada: Informe as comunidades sobre como as diferentes informações serão tratadas. Convide as comunidades a desenvolver protocolos de informação
que atendam às suas necessidades. Desenvolva protocolos de resposta em remediação antes de uma potencial violação.
 Se houver qualquer indicação de que as comunidades consideram alguma parte das informações que estão fornecendo como confidencial, e ainda não houver um plano para abordar essa questão, marque Priorizar.
 Para um Risco de Projeto maior, marque Priorizar. Para um Risco de Projeto menor, marque Monitorar.
Identificação de Riscos do Projeto
☐ Alto Risco Provável
□ Não se Aplica □ Pouco Provável
☐ Mitigação Confiável Disponível ou Já implementada
☐ Escopo de Risco Limitado
Priorização de Riscos do Projeto
☐ Delegar a um Nível Hierárquico Superior

☐ Priorizar ☐ Monitorar
Riscos Específicos: Descreva o risco indicado conforme se aplica a este projeto.
Pesquisa/Engajamento: Descreva resumidamente a pesquisa e o envolvimento da Comunidade nesse risco.
Comunidade nesse risco.
Principais Fatores de Identificação de Riscos do Projeto: Descreva os principais fatores
usados para classificar o risco como alto ou baixo.

8.15 Direito de Recusar o Consentimento

- Faça uma Identificação de Risco do Projeto sobre o *risco básico* de que a falta de clareza sobre o Direito de Recusar o Consentimento pode levar a:
 - o Comunidades não fazerem valer plenamente seus direitos.
 - Processos ou parceiros do projeto atuando para minar os compromissos da organização ou empresa com o Direito de Recusar o Consentimento.
- Referência cruzada:
 - Este indicador decorre do compromisso com a livre participação, conforme discutido no Indicador 8.1, Livre participação. Se a organização ou empresa estiver comprometida tanto com o direito de recusar o consentimento quanto com o direito de consulta, as jurisdições locais e as leis internacionais de direitos humanos poderão ser consultadas.
 - o Para Comunidades menos desenvolvidas, não se baseie apenas em arcabouços jurídicos para comunicar e discutir esses direitos. Comunidades historicamente marginalizadas podem precisar de um envolvimento significativo para se convencerem de que têm o direito de dizer não. Se terceiros, como órgãos governamentais, estiverem envolvidos, o direito de recusar o consentimento pode ser comprometido na prática, mesmo que o direito exista no papel.
 - Condições econômicas ou sociais também podem influenciar a decisão, de modo que ela não possa ser considerada "livre". Conforme discutido no Indicador 8.1, quando a organização ou empresa acredita que um projeto é vital para que a Comunidade aborde os desafios que enfrenta, essas opiniões ainda devem ser apresentadas de modo a não pressionar ou coagir.
- Para um Risco de Projeto maior, marque Delegar a um Nível Hierárquico Superior.
 Para um Risco de Projeto menor, marque Priorizar ou Monitorar.

Identificação de Riscos do Projeto
☐ Alto Risco Provável
□ Não se Aplica
☐ Pouco Provável
☐ Mitigação Confiável Disponível ou Já implementada
☐ Escopo de Risco Limitado
Priorização de Riscos do Projeto
☐ Delegar a um Nível Hierárquico Superior
☐ Priorizar
☐ Monitorar
Riscos Específicos: Descreva o risco indicado conforme se aplica a este projeto.
Pesquisa/Engajamento: Descreva resumidamente a pesquisa e o envolvimento da
Comunidade nesse risco.
Principais Fatores de Identificação de Riscos do Projeto: Descreva os principais fatores
usados para classificar o risco como alto ou baixo.
SEÇÃO 6. Tabelas de resultados

TABELAS DE RESULTADOS

Visão Geral

As informações resumidas são extraídas do processo de triagem e codificadas nas listas Pesquisar, Delegar a um Nível Hierárquico Superior, Priorizar e Monitorar. Essas tabelas de resultados foram criadas para ajudar a organizar ações e recomendações a serem seguidas pelas equipes.

É possível que haja sobreposição de itens nessas listas. Espera-se que as equipes de projeto usem seu discernimento para definir prioridades e programar análises e verificações em vários estágios da elaboração e implementação do projeto. Esse procedimento garante transparência e responsabilidade e, ao mesmo tempo, prioriza a experiência da gestão local das Comunidades.

Depois que as equipes analisarem e concluírem os lembretes de acompanhamento de cada tabela de resultados, um relatório será gerado resumindo todos os resultados do processo de triagem.

Lista Pesquisar

Tabela R – Lista Pesquisar. Questões da triagem de risco contextual que exigem mais pesquisas e envolvimento da comunidade para concluir o processo de triagem. Veja mais orientações no Panorama.

Nas tabelas da tela de risco contextual:

- Registrar o risco indicado
- Registrar qualquer engajamento da Comunidade sobre o risco até o momento
- Registrar mais opções de pesquisa
- Elaborar plano de acompanhamento sobre como as informações necessárias serão coletadas e quem será responsável por esse processo.

Número e título do risco indicado	 Engajamento da Comunidade Mais opções de pesquisa Plano de acompanhamento
	1

Lista Delegar a um Nível Hierárquico Superior

Tabela E – Lista Delegar a um Nível Hierárquico Superior. O risco de violações graves significa que as equipes devem adiar o início ou a expansão de um projeto até que as questões sejam analisadas pela liderança da unidade de negócios e pelo Diretor de Direitos Humanos da organização ou empresa. Veja mais orientações na Panorama.

Nas tabelas de Triagem de Risco de Projeto:

- Registrar o risco indicado
- Registrar qualquer risco específico e mais restrito
- Registrar qualquer envolvimento da Comunidade até o momento
- Incluir fatores relevantes de Identificação de Risco do Projeto (*e.g.*, *probabilidade*, *mitigação*, *escopo*).
- Registrar planos de acompanhamento

Número e título do risco indicado	 Risco de projeto específico, restrito Engajamento da Comunidade Fatores de Identificação de Risco do Projeto Plano de acompanhamento

Lista Priorizar

Tabela A – Lista Priorizar. Os riscos nessa categoria podem merecer uma análise do Engajamento do Titular dos Direitos ou a supervisão das Comunidades. Veja mais orientações no Panorama.

Nas tabelas de Triagem de Risco de Projeto:

• Registrar o risco indicado

Registrar qualquer risco mais específico e mais restrito
 Registrar qualquer envolvimento da Comunidade até o momento
 Usando a Identificação de Risco do Projeto, enumerar os motivos pelos quais o risco foi classificado como alto ou baixo.
 Registrar plano de acompanhamento.
 Número e título do risco indicado
 Risco de projeto específico, restrito
 Engajamento da Comunidade
 Fatores de Identificação de Risco do Projeto
 Plano de acompanhamento

Lista Monitorar

Para quaisquer outras questões e à medida que avançam no trabalho do projeto, as equipes devem lembrar que a Lista Monitorar é onde devem ser incluídos tópicos a serem submetidos à revisão anual.

Dois tipos de entradas são relevantes:

- Riscos identificados na Triagem de Riscos Contextuais que foram considerados de baixo risco. As situações podem mudar, assim como a nossa compreensão delas. Os riscos contextuais baixos devem ser levados em consideração e reavaliados a cada seis a doze meses.
- Considerações de Equidade e Bem-estar que não apresentavam risco de violação de direitos fundamentais mínimos. Esta Lista Monitorar ajuda as equipes a manterem essas importantes questões em mente ao avaliarem os impactos sociais e econômicos de seus projetos.

Tabela W - Lista Monitorar. Riscos de menor prioridade que devem ser analisados pelas Comunidades, considerados durante a implementação e revisados regularmente. Veja mais orientações em Visão Geral.

Nas tabelas de triagem de riscos do projeto:

- Registrar o risco indicado
- Registrar qualquer risco mais específico e mais restrito
- Registrar qualquer engajamento da comunidade até o momento
- Usar a Identificação de Risco do Projeto, enumerar os motivos pelos quais o risco foi classificado como alto ou baixo
- Registrar opções adicionais de pesquisa

Registrar impressões preliminares sobre Outras Ferramentas que possam ser úteis, bem como a forma como a equipe pretende monitorar os problemas, incluindo responsabilidades.

Número e Título do Risco	Risco específico, estrito
Indicado	 Engajamento da comunidade
	 Fatores de Identificação de Risco do projeto
	 Plano de acompanhamento

SEÇÃO 7. Arcabouços de Análise de Riscos e outras Dicas de Ferramentas

ARCABOUÇOS DE ANÁLISE DE RISCOS

Identificação de Riscos do Projeto

O modelo de Identificação de Riscos do Projeto ajuda na tomada de decisões das equipes, fazendo com que avaliem se a natureza e a extensão de um determinado risco são tais que ele possa ser considerado um aspecto gerenciável ou usual do trabalho naquele ambiente. Esses riscos são colocados na Lista Monitorar, enquanto os riscos que não podem ser classificados como normais são colocados na Lista Priorizar ou na Lista Delegar a um Nível Hierárquico Superior.

A Identificação de Riscos do Projeto examina primeiramente as relações entre um projeto e os possíveis impactos sobre os direitos humanos, que abrangem um espectro de vínculos que vão desde a causação direta, exacerbação, até a tolerância aos impactos sobre os direitos humanos. As equipes são responsáveis por examinar toda a gama do espectro, e as ações futuras serão priorizadas pelo arcabouço da Ferramenta de Triagem de Direitos Humanos. Será solicitado às equipes que apliquem o modelo para cada risco individual submetido à Triagem de Riscos de Projeto.

*OBSERVAÇÃO: É importante considerar a situação também de um ponto de vista externo e sinalizar situações em que outros possam perceber a existência de um risco, mesmo que a equipe interna esteja totalmente convencida de que não há risco.

As equipes podem usar o mnemônico NAURMAL para lembrar dos elementos do modelo:

Os chamados riscos normais são:

- NA Not Applicable to the Project (Não se Aplica)
- U Unlikely to Occur (Pouco Provável)
- **RM** <u>R</u>eliable <u>M</u>itigation Strategies Exist and Are (Mitigação Confiável Disponível ou Já Implementada)
- **A A**vailable (Disponível)
- L Limited Scope of Risk (Escopo de Risco Limitado)

Para aprofundar sobre cada elemento:

Não se Aplica. Às vezes, os riscos não se aplicam por motivos categóricos. Por exemplo, em dada região, há assassinatos generalizados de uma minoria perseguida, mas nenhum membro da minoria ou seus antagonistas residem na localidade onde a organização ou empresa atuará.

OBSERVAÇÃO: O trabalho do projeto pode mudar as dinâmicas existentes. Por exemplo, se o projeto trouxer recursos para a região, essa minoria hipotética ou os antagonistas poderão se deslocar para lá.

As equipes devem ter cuidado ao determinar que um risco não é aplicável porque o projeto não é a causa do risco. A *Due Diligence* em Direitos Humanos requer uma análise mais ampla: não apenas se o projeto causou o risco, mas também se ele poderia contribuir para o risco ou estar

diretamente ligado a ele, como no cenário hipotético da organização ou empresa que trabalha com um empreiteiro que se recusa a lidar com condições de trabalho inseguras. As relações entre um projeto e os potenciais impactos sobre os direitos humanos abrangem um espectro de vínculos que vão desde a causação direta, passando pela exacerbação, até a tolerância dos impactos sobre os direitos humanos. As equipes são responsáveis por examinar toda a variedade do espectro e daí as ações futuras serão priorizadas pela estrutura da Ferramenta de Triagem de Direitos Humanos. O Guia Prático da IBA (p. 20-21) (37) aborda esses conceitos em mais detalhes.

Quando uma organização ou empresa está **vinculada** a um impacto, ela tem a obrigação de usar qualquer recurso que tenha para mitigar os danos, proporcionalmente ao grau de sua vinculação. No entanto, mesmo quando o vínculo é distante, se a organização ou empresa puder exercer influência para fazer uma diferença, pode haver uma obrigação de fazê-lo.

• Improvável. Esse elemento requer que as equipes pensem de forma criativa sobre como os eventos podem se desenrolar no futuro. Para tal, as equipes devem ter uma boa compreensão dos ambientes de trabalho em outros lugares e também de pressões e incentivos subjacentes. As equipes tomam decisões arbitrárias e as validam junto às Comunidades em uma fase posterior.

<u>Exemplo:</u> Uma equipe fez fotos e vídeos do local do projeto, em que aparecem membros da comunidade, e obteve permissão dos líderes comunitários e indivíduos para usar as imagens: pode-se imaginar ser improvável que o projeto tenha impacto sobre os direitos culturais devido ao uso das imagens.

- Mitigação confiável Já Implementada ou prontamente disponível.
- o Para ser confiável, uma estratégia não pode ser especulativa, mas uma opção realista, econômica e pronta para ser implementada. Ela também deve:
 - o Basear-se em métodos implementados em outros projetos com bons resultados, ou
 - o Ter sido aprovada ou avaliada pela Comunidade sem grandes objeções.
- o Se a estratégia de mitigação já estiver implementada, ela tem que ter produzido bons resultados em cenários de projetos anteriores.
- o Para estar disponível, uma estratégia não pode ser especulativa, tem que ser uma opção atual realista, econômica e pronta para ser implementada.

Exemplo: As comunidades com níveis mais baixos de alfabetização talvez não consigam participar de forma significativa se as informações forem compartilhadas em formato escrito. As equipes poderiam disponibilizar recursos para compartilhar informações usando gráficos ou vídeos, como estratégia para mitigar esse risco.

* Limitado. As equipes precisam ter cuidado com esse elemento. Em poucas palavras, esse elemento avalia se o risco é de menor importância em função de fatores de gravidade (quão

traumático ou inaceitável é o dano), escopo (número de pessoas envolvidas) e possibilidade de reparação (quão fácil seria remediar o dano). Esta Nota Explicativa³⁸ esclarece melhor esses conceitos.

Esses fatores são subjetivos. Mesmo que o risco afete apenas algumas pessoas, ele não parecerá limitado a elas. E muitas vezes haverá discordância sobre a possibilidade de reparação, especialmente por parte das comunidades que querem ver os riscos evitados, não causados e depois remediados. Portanto, as equipes só devem contar com esse fator em casos bem definidos.

Exemplo: O risco de destruição de um cemitério indígena pode ser visto como um dano grave aos direitos culturais que não pode ser desfeito. Por outro lado, a construção que leva à sedimentação de uma parte do leito de um rio ancestral sagrado pode ser considerada como um risco mais limitado porque o impacto é menos grave, tem um efeito limitado sobre os usuários a jusante e pode ser remediado. No entanto, uma comunidade pode achar que o dano ao leito de um rio ancestral sagrado é um dano que nunca poderá ser desfeito e que técnicas intensivas de remediação, como a dragagem, poderiam apenas exacerbar o dano.

Essas determinações dependem principalmente de julgamentos subjetivos, portanto, pode ser útil posicionar o risco em uma escala contínua de alto a baixo. Os riscos altos não atenderiam aos critérios de NAURMAL, enquanto os riscos baixos atenderiam. As equipes podem usar esse contínuo para pontuar os riscos a serem colocados em cada uma das Listas — Delegar a um Nível Hierárquico Superior, Priorizar e Monitorar.

Identificação de Riscos Básicos Mínimos

Use a Identificação de Risco Básico Mínimo quando assim for orientado pelas perguntas do responsável pela identificação de risco do projeto.

Os projetos de conservação ou desenvolvimento comunitário provavelmente resultarão em mudanças e impactos nas comunidades que atendem.

É importante entender que algum grau de impacto será inevitável, especialmente ao considerar os possíveis impactos nos direitos socioeconômicos, como acesso a alimentos e água, nível de renda e assim por diante.

Esses direitos são juridicamente vinculantes, mas também não são normalmente considerados justificáveis, ou seja, sujeitos a decisão por um tribunal. Em vez disso, entende-se que os direitos expressam a obrigação de realização progressiva, em que os Estados são obrigados a:

- Respeitar o acesso existente
- Proteger contra interferência de terceiros
- Garantir o direito relativo a planos de ação concretos e não discriminatórios, com o passar do tempo.

Algumas violações dos direitos socioeconômicos são tão graves ou entrelaçadas com outras violações dos direitos humanos que *são* consideradas justificáveis. Para descobrir quais são esses riscos, é necessário partir do conceito de **Básico Mínimo**, que se refere ao nível básico de um direito a que todos os seres humanos têm direito.

Ao considerar essas violações, o foco está na conduta que levou à violação (por exemplo: a violação foi motivada por um propósito ilegal?) e não no grau da violação, na adequabilidade do direito isoladamente ou na condição do direito. A lei de direitos humanos geralmente considera uma violação mínima quando os seguintes fatores estão envolvidos:

- a) discriminação ilegal no respeito, proteção ou atendimento do direito
- b) ações ou medidas retrógradas que pioram as condições básicas do direito
- c) falha em buscar estratégias de mitigação disponíveis que aliviariam a insegurança, mesmo que parcialmente
- d) a existência de inadequabilidade grave e persistente, afetando principalmente as crianças

Se o dano for causado por discriminação ilegal, as violações podem se tornar arraigadas e, portanto, mais difíceis de serem abordadas. Além disso, as alegações dos Estados de que não possuem meios para lidar com os impactos dos direitos socioeconômicos não os isenta da responsabilidade de desenvolver tais medidas.

O conceito de adequabilidade mínima é complicado. A análise do "básico mínimo" reconhece essa limitação, mas também presume que há um nível mínimo de gozo de direitos que todas as pessoas precisam ter para viver com o mínimo de dignidade. A avaliação de risco do projeto examina os riscos do básico mínimo porque uma consequência não intencional no contexto deste tipo de risco leva à possibilidade de danos ainda mais graves. Por exemplo, se uma comunidade depende de uma determinada fonte de alimentos e passa fome quando a colheita não prospera, qualquer projeto que comprometa a viabilidade daquela fonte de alimentos pode implicar num estado persistente de fome e aumentar o risco básico mínimo do projeto.

Alguns indicadores de adequabilidade referente a seis direitos socioeconômicos estão descritos abaixo.

As autoridades de direitos humanos deixaram claro que a alegação dos Estados sobre a falta de recursos para proteger esses direitos deve distinguir entre incapacidade e falta de vontade, e somente será legítima quando um Estado puder demonstrar que buscou, sem sucesso, obter apoio internacional. Muitos desses indicadores de adequabilidade também estão relacionados ao direito básico à vida.

Alimentação. "Alimentos em quantidade e qualidade suficientes para suprir as necessidades dietéticas de um indivíduo, que sejam isentos de substâncias nocivas, e aceitáveis dentro de determinada cultura." O direito de "estar protegido contra a fome" é enfatizado no artigo 11 do ICESCR — International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights (Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais).

Água. A água limpa para atender às necessidades de "beber, saneamento pessoal, lavagem de roupas, preparação de alimentos, higiene pessoal e doméstica" é necessária para prevenir doenças. O direito à água é um componente do padrão de vida adequado, de acordo com o artigo 11 do ICESCR.

Moradia. Abrigo "que ofereça aos habitantes espaço adequado e proteção contra frio, umidade, calor, chuva, vento ou outras ameaças à saúde, perigos estruturais e vetores de doenças. A segurança física dos ocupantes também deve ser garantida". O direito à moradia é um componente do padrão de vida adequado previsto no artigo 11 do ICESCR.

Assistência médica. O direito ao "mais elevado nível de saúde possível" está previsto no artigo 12 do ICESCR. O direito inclui a liberdade de controlar o próprio corpo, inclusive a liberdade sexual e reprodutiva, o direito de não ser submetido a tratamentos e experiências médicas não consensuais, bem como um componente de proteção ("o direito a um sistema de proteção à saúde que proporcione igualdade de oportunidades"). O componente de proteção inclui o direito de acesso a "medicamentos essenciais", especialmente vacinas para crianças. A análise deve se concentrar nas falhas do sistema de saúde que "provavelmente resultarão em lesões corporais, morbidade desnecessária e mortalidade evitável".

Educação. O direito à educação está previsto no artigo 13 do ICESCR e nos artigos 28-29 da Convenção sobre os Direitos da Criança (CRC). A educação está ligada à dignidade: "o direito básico de uma pessoa de adquirir conhecimento, cultura, valores e habilidades... estão todos interligados e constituem condições para uma vida com dignidade humana". O foco na disponibilidade de educação primária universal e gratuita inclui a ausência de discriminação na área da educação.

Ambiente limpo, saudável e sustentável. Esse é o direito codificado mais recentemente pela maioria das autoridades, incluindo a Assembleia Geral da ONU, o Conselho de Direitos Humanos e os sistemas regionais de direitos humanos europeus, interamericanos e africanos.

A Corte Interamericana, em um caso jurídico contestado, considerou que esse direito é aplicável na natureza de uma obrigação de *Due Diligence*, exigindo que o detentor da obrigação "(i) regule; (ii) supervisione e monitore; (iii) exija e aprove avaliações de impacto ambiental; (iv) estabeleça planos de contingência e (v) mitigue, quando ocorrer dano ambiental".

Até o momento, não há nenhuma orientação específica sobre o básico mínimo do direito ambiental, embora as autoridades sugiram que ele esteja relacionado com os elementos de proibição de discriminação ilegal, retrocesso e falha na busca de mitigação.

Se os danos ambientais afetarem fortemente crianças, grupos vulneráveis, povos indígenas, defensores do meio ambiente ou envolver o uso de substâncias tóxicas, é mais provável que seja considerado como uma violação do básico mínimo.

Os Estados têm uma obrigação clara de atender a esses direitos, mas outras entidades - empresas, ONGs - também têm obrigações. Os Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos (39) exigem que as empresas respeitem a "Carta Internacional de Direitos", que inclui a Declaração Universal de Direitos Humanos (UDHR) e o ICESCR.

As obrigações do Estado geralmente são aplicadas com mais rigor do que as de um agente privado, pois a autoridade do Estado é mais forte e, portanto, ele tem um mandato mais claro para respeitar, proteger e cumprir, conforme descrito acima. A autoridade do agente privado nesses aspectos é entendida como incluindo qualquer recurso prático que ele possa usar para alcançar resultados desejáveis.

Quando a ferramenta de triagem indicar uma Identificação de Risco Básico Mínimo, as equipes devem aplicar os fatores (a) a (d) acima e rever os indicadores de adequabilidade relevantes para determinar a probabilidade de ocorrência de um risco básico mínimo.

As equipes podem conduzir simultaneamente uma Identificação de Riscos do Projeto, pois quando houver riscos básicos mínimos, haverá situações em que o risco ou **não é aplicável**, ou é **improvável**, ou é objeto de **mitigação confiável**, ou **autorizado** ou tem **escopo limitado**.

Ferramenta Auxiliar Para Rastreamento De Risco Contextual

Esses termos são usados, não de forma intercambiável, para calibrar a frequência ou a persistência de incidentes. Cada um deles tem um significado ligeiramente diferente:

- qualquer um: pelo menos um incidente
- múltiplo: dois ou mais incidentes
- frequente: mais de dois incidentes e, de certa forma, dependente da geografia três incidentes em uma comunidade pequena podem ser considerados "frequentes" em vez de apenas "múltiplo"
- generalizado: alta frequência tanto no tempo quanto no escopo geográfico

OBSERVAÇÃO: o uso de "frequente" e "generalizado" com o máximo rigor ajudará as equipes a priorizarem.

SEÇÃO 8. Glossário, Perguntas Frequentes e Outras Ferramentas GLOSSÁRIO

Qualquer, Múltiplo, Frequente e Generalizado

Esses termos são usados, de forma não intercambiável, para calibrar a frequência ou a persistência de incidentes. Cada um deles têm um significado ligeiramente diferente:

- qualquer: pelo menos um incidente
- <u>múltiplo:</u> dois ou mais incidentes
- <u>frequente</u>: mais de dois incidentes e, de certa forma, geograficamente dependente três incidentes em uma comunidade pequena podem ser considerados "frequentes" ao invés de apenas "múltiplo"
- generalizado: alta frequência tanto no tempo quanto no escopo geográfico

OBSERVAÇÃO: O uso de "frequente" e "generalizado" com o máximo rigor ajudará as equipes a priorizarem.

Veja também: generalizado e sistemático

Causa

A aplicação de impacto ou redução da capacidade de um grupo ou pessoa de usufruir de um direito humano por ação direta ou falha em agir.

Exemplo: A empresa XYZ causou impactos adversos na Comunidade ao se recusar a abordar seus padrões de emissões.

Comunidades

Um termo mais amplo do que IPLC, usado para descrever vários grupos de detentores de direitos.

OBSERVAÇÃO: Quando a referência for ao Local do Projeto, à Área ou às Comunidades da Região, trata-se de um subconjunto específico definido no Histórico do Projeto e da Comunidade.

Contribuição

A aplicação de impacto ou redução da capacidade de um grupo ou pessoa de usufruir de um direito humano por ação indireta que facilita o impacto por meio de ações diretas de terceiros.

Exemplo: A Empresa XYZ contribuiu para os impactos adversos na Comunidade ao fornecer, sem conhecimento, benefícios a um grupo de milícias.

Diretamente vinculado

A aplicação de impacto ou a redução da capacidade de um grupo ou pessoa de usufruir de um direito humano por causa de um relacionamento com um terceiro que esteja contribuindo para ou causando um impacto adverso.

Exemplo: Ao financiar seus projetos, a Empresa ABC está diretamente vinculada à Empresa XYZ, as quais causaram e contribuíram para impactos adversos na Comunidade no passado.

Desaparecimento

A prisão forçada ou involuntária, detenção ou privação de liberdade de uma pessoa, por agentes de uma autoridade organizada, seguida de ocultação de seu destino ou paradeiro.

Veja também: Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra o Desaparecimento Forçado — Preâmbulo da Declaração e Artigo 2. (40)

Condutores

As causas, as instituições, as normas sociais, as suposições, os fatores ambientais e outros atores que sustentam um estado de conflito.

Trabalho Forçado

Trabalho coagido por ameaças de violência, apreensão de documentos ou bens, ou dívida/exploração do trabalhador.

Sensível ao Gênero

Descreve qualquer abordagem, estratégia ou estrutura em que o planejamento, a programação e o orçamento contribuam para o avanço da igualdade de gênero e que o cumprimento dos direitos das mulheres tenha prioridade (ONU Mulheres). Esse avanço envolverá a mudança de normas, papéis e acesso a recursos, com base no gênero, como um componente essencial dos resultados do projeto.

Observação: Essa descrição foi adaptada de Eckman, A. 2002 por INSTRAW

Gênero Transformador

Descreve qualquer abordagem, estratégia ou estrutura que inclua a conscientização crítica dos papéis e das normas de gênero entre homens e mulheres, que desafie a distribuição de recursos e a alocação de deveres entre homens e mulheres e promova a posição das mulheres ao mesmo tempo em que aborda as relações de poder entre elas e outras pessoas na comunidade (Grupo de Trabalho de Gênero Interagencial, USAID). Essa abordagem se concentra na desconstrução de normas hierárquicas de gênero, na construção de novos conceitos de masculinidade e feminilidade e, assim, na transformação das relações de poder subjacentes (CGIAR, 2012).

Due Diligence em Direitos Humanos (41)

Esta definição foi modificada a partir da descrição no site das Nações Unidas.

A realização da *Due Diligence* em Direitos Humanos ajuda a gerenciar proativamente os impactos adversos sobre os direitos humanos. Há quatro componentes principais:

- (a) Identificação de possíveis impactos adversos sobre os direitos humanos que uma empresa causa, contribui ou está diretamente ligada a
- (b) Integrando as descobertas nos processos da empresa e tomando medidas para lidar com esses impactos
- (c) Acompanhar e medir esses processos para entender se estão funcionando
- (d) Comunicar às partes interessadas como os impactos estão sendo tratados, especialmente aos afetados.

As empresas devem identificar e avaliar os riscos internos e transversais:

- Contexto geográfico
- Setor industrial
- Relações comerciais
- Suas atividades internas (na sede e quaisquer subsidiárias)
- Sua cadeia de valor

O objetivo da *Due Diligence* em Direitos Humanos é evitar impactos adversos sobre as pessoas. Os riscos para as pessoas, e não os riscos para os negócios, são a prioridade. O envolvimento das partes interessadas é importante para esse processo; enfoque particularmente nas partes afetadas, nos defensores dos direitos humanos (que podem estar sob maior risco de ameaça), nos sindicatos e nos organizadores de base.

Essas avaliações devem ser contínuas.

Apropriação de terras

Transação forçada por meios legais ou ilegais, incluindo corrupção, coerção ou recursos legais superiores, em que pessoas externas poderosas assumem o controle da terra de Comunidades que não querem renunciar a ela.

Influência

A capacidade de uma empresa de efetuar mudanças nas práticas ilícitas de outra parte que esteja causando ou contribuindo para um impacto adverso sobre os direitos humanos.

Padrões básicos mínimos

Níveis básicos de direitos socioeconômicos, incluindo direitos a alimentos, água, moradia, assistência médica, educação e outros padrões de vida.

Veja também: Análise de Risco Básico Mínimo

Autoridade organizada

Milícias, gangues, entidades privadas/corporativas ou qualquer outro ator, ou grupo, atuando como uma autoridade estatal de fato com a anuência do governo estadual.

Assassinatos/Perseguições por Motivos Políticos

A perseguição de indivíduos com base em sua afiliação, associação ou identidade, incluindo raça, etnia, sexo, gênero, sexualidade, religião, nacionalidade, migração ou condição social.

Realização Progressiva

Os Estados têm obrigações em relação aos direitos econômicos, sociais e culturais de acordo com os tratados internacionais de direitos humanos. A principal obrigação é trabalhar para a plena realização dos direitos econômicos, sociais e culturais de todas as pessoas (consulte a folha informativa abaixo).

Esses direitos podem ser prejudicados pela falta de recursos disponíveis e só podem ser alcançados em um determinado período. Portanto, a conformidade de um Estado com essa obrigação é considerada juntamente com os recursos, financeiros ou não, disponíveis para ele. Por isso, muitas constituições nacionais permitem a realização progressiva desses direitos.

Veja também: Folha de dados das Perguntas Frequentes sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, p. 13-14⁽¹³⁾

Risco do Projeto

A possibilidade de as atividades de um projeto poderem causar, contribuir para ou estar diretamente ligadas a impactos adversos sobre os direitos humanos, conforme definido primeiramente pelas equipes e revisitado/validado pelas Comunidades durante a *Due Diligence* posterior.

Veja também: Estrutura de Identificação de Riscos do Projeto

Local do projeto, Área, Região, Categoria

Os projetos são considerados com base em seu escopo geográfico, conforme descrito mais detalhadamente na Ferramenta de Histórico do Projeto e da Comunidade deste guia.

 <u>Local do Projeto</u> refere-se a qualquer local específico que já tenha sido identificado para inclusão no escopo do projeto e onde ocorrerão as atividades de implementação do projeto.

- <u>Área do Projeto</u> refere-se ao Local do Projeto e às áreas geográficas próximas. Dentro do escopo dessa área, os grupos se conhecem ou sabem uns dos outros e se comunicam sobre os problemas. Dadas as circunstâncias certas (por exemplo, financiamento, interesse da comunidade), pode haver potencial para expansão do projeto nessa área sem alterar significativamente os objetivos ou a abordagem do projeto.
- Região do Projeto ou Ecorregião inclui automaticamente a Área do Projeto e o Local, além de outras comunidades regionais que enfrentam problemas ou dinâmicas políticas ou ambientais semelhantes.

Autodeterminação

O direito dos Povos Indígenas, consagrado na UNDRIP⁽³⁰⁾, de manter e fortalecer suas instituições políticas, jurídicas, econômicas, sociais e culturais distintas, ao mesmo tempo em que retém seu direito de participar plenamente da vida política, econômica, social e cultural do Estado. Os impactos ilegais sobre a autodeterminação podem incluir qualquer um dos seguintes itens ou todos eles:

- Falta de consulta/consentimento
- Impacto desproporcional
- Discriminação ilegal
- Danos propositais às instituições e práticas indígenas
- Interligação com outras violações de direitos humanos

Importante

Significativo, importante ou proeminente, aplicado a um problema com o qual as comunidades e suas organizações parceiras se preocupam e do qual estão conscientemente cientes.

<u>Observação:</u> Esse termo exclui questões com as quais apenas uma ou algumas pessoas estão preocupadas e que não representam o contexto mais amplo.

Discriminação Ilegal

Discriminação injusta que não esteja consoante a legislação nacional e que seja motivada por raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou outra, origem nacional ou social, propriedade, nascimento, capacidade, gênero ou outra condição.

Veja também:

- Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, artigos 2, 26 (28).
 - por exemplo, Comitê para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher, parágrafo 7.2 (3 de abril de 2020) (29)
- Convenção sobre a Eliminação da Discriminação Racial (42)
- Convenção sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher (29)
- Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (43)
- Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes (44)

Identidades Vulneráveis

Grupos que estão ou estiveram sujeitos a legados de opressão e cujos direitos devem ser protegidos com medidas adicionais, incluindo, mas não limitados a: mulheres, jovens, idosos,

pessoas com deficiência, minorias raciais e étnicas, pessoas LGBTQIAP+, refugiados, migrantes, defensores de direitos humanos, pessoas que sofrem com a pobreza e pessoas que têm HIV/Aids ou outras condições crônicas de saúde.

Amplo e Sistemático

Além de generalizado, esse termo se refere a padrões de abuso calculados e perigosos. Considere os seguintes fatores:

- Frequência: massiva, coletiva, repetida com frequência ou dirigida a um grande número de vítimas civis
- Organizado: implementado de forma estratégica ou planejada
- Geograficamente disseminado: orquestrado em várias regiões geográficas
- Temporalmente disseminado: persistente por longos períodos
- Direcionado: as vítimas são escolhidas por pertencerem a uma população específica.

Piores formas de trabalho infantil

Práticas de exploração proibidas contra crianças, incluindo:

- todas as formas de escravidão ou práticas semelhantes à escravidão, tráfico, servidão por dívida ou trabalho forçado
- qualquer uso de crianças em conflitos armados, prostituição infantil ou pornografia
- qualquer uso de crianças para atividades ilícitas, em particular para a produção e o tráfico de drogas
- qualquer trabalho que possa prejudicar a saúde, a segurança ou a moral das crianças

Veja também: Convenção da OIT Nº 182, Convenção sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil ⁽⁴⁸⁾

PERGUNTAS FREQUENTES

Os IPLCs não precisam participar da triagem?

Conforme discutido detalhadamente na Introdução e na Visão Geral, seria oneroso pedir aos IPLCs que realizassem o alto nível de trabalho necessário para verificar as propostas e suposições da equipe do projeto no estágio inicial. No entanto, a validação de nossas suposições com os IPLCs é uma parte importante das etapas posteriores deste trabalho.

Por que as equipes estão fazendo essa análise por conta própria no lugar de contratar um especialista?

Há alguns casos em que a contratação de ajuda especializada pode alcançar os melhores resultados, como no apoio às equipes no processo de Engajamento dos Detentores de Direitos.

Em geral, porém, é preferível que as equipes de campo façam esse trabalho em vez de especialistas externos por vários motivos:

- 1. Confiança. As equipes de campo geralmente têm níveis mais altos de confiança com as Comunidades, o que significa maior acesso a informações de alta qualidade. Os projetos geralmente surgem de relacionamentos existentes com as Comunidades em regiões onde a organização ou empresa tem trabalhado há anos. Se for o contrário, e a organização ou empresa for nova em um ambiente em que um haja um especialista com relações de confiança mais fortes, o especialista externo pode ser a melhor opção.
- 2. Treinamento. A execução da triagem é um bom treinamento para as equipes de campo e seus resultados futuros. Uma equipe que tenha trabalhado em conjunto com os IPLCs para compreender e aplicar conceitos desconhecidos de direitos humanos em contextos complexos estará mais bem preparada para identificar novos problemas à medida que eles surgirem.
- 3. **Eficiência**. Os recursos humanos internos geralmente são mais eficientes do ponto de vista de tempo e dinheiro. Às vezes, é necessária uma análise sofisticada de especialistas, mas, em geral, a familiaridade com o caso é mais importante.

Em que estágio de um projeto devemos aplicar essa Ferramenta? E se o projeto já estiver funcionando há muito tempo?

A Ferramenta pode ser aplicada a qualquer momento.

Para novos projetos:

- Se o projeto não estiver suficientemente desenvolvido, a triagem não terá dados suficientes para identificar bem os problemas.
- Se estiver muito avançado, será difícil fazer alterações.
- O ideal é realizar essa triagem como parte de um Plano de Consulta ⁽⁸⁾ para o FPIC, depois de passar pelo processo de aprendizado inicial e de envolvimento do IPLC.

Para projetos em andamento:

- Essa Ferramenta pode ajudar a identificar possíveis impactos que não eram óbvios no início
- Ela pode se encaixar nos planos de avaliação e monitoramento existentes.
- Essa Ferramenta também pode ser útil como parte dos planos de expansão ou ajuste de projetos existentes.
- Se surgirem preocupações com os direitos humanos no contexto de um projeto em andamento, isso pode ajudar as equipes a responderem ao problema imediato e a tomar medidas para abordar proativamente os riscos aos direitos humanos no futuro.

E se o projeto tiver apenas um pequeno componente NCS? Aplicamos a Ferramenta apenas a esse componente?

Mesmo que o NCS seja apenas uma pequena parte do projeto, vale a pena abordar a Ferramenta para o projeto como um todo, pois é improvável que os principais públicos façam esse tipo de distinção.

Dito isso, a velocidade e a agilidade são importantes na implementação do NCS, e a aplicação da Ferramenta não deve se tornar onerosa. Dessa forma, a Ferramenta foi projetada para ser simplificada e facilmente integrada. Ela também raramente resulta em situação de retenção ou

prazos rígidos; destina-se, em vez disso, a identificar problemas para que as equipes possam avançar na resolução deles juntamente com seus planos de implementação.

Há possíveis consequências negativas na execução dessa triagem?

As equipes que estão preocupadas com o fato de essa triagem destacar problemas com os quais não podem lidar de uma só vez devem se lembrar de que a triagem gera listas priorizadas de problemas nos quais devem se concentrar. A recomendação "Delegar para instância hierárquica superior" para colocar as atividades em espera só se aplica a novos projetos. Para os projetos existentes, a recomendação é uma revisão de nível mais alto, e isso é reservado para riscos de graves abusos de direitos humanos. A maioria dos problemas é colocada na Lista Priorizar ou na Lista Monitorar e convida as equipes a trabalharem rapidamente, respeitando as restrições de capacidade, tempo e recursos. A Ferramenta não recomenda a interrupção de projetos em andamento e a expectativa é que ela forneça uma base adicional para solicitações de financiamento e outras formas de assistência às equipes de projeto.

Não é função do governo promover os direitos humanos e a função de nossa organização ou empresa é seguir a lei?

Esse é um entendimento desatualizado das obrigações de direitos humanos. Os tratados e as obrigações de direitos humanos assinados pelos Estados formam o arcabouço normativo e moral para as obrigações institucionais e dos cidadãos, que são independentes das obrigações do Estado. Todos nós temos uma responsabilidade codificada de defender os direitos humanos. Para os atores independentes e do setor privado, trata-se de uma "responsabilidade de respeitar" os direitos humanos, que difere sutilmente do "dever de protegê-los" do Estado.

Veja também: Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos (39)

OUTRAS FERRAMENTAS

Esta Ferramenta não pretende ser uma solução única para abordar os direitos humanos e o trabalho de conservação. Visa ser um processo preliminar para identificar problemas e realizar a *Due Diligence* antes de outros trabalhos - organizando as decisões de projeto em torno da autodeterminação do IPLC, elaborando estratégias de mitigação e implementação de projetos.

Esses desafios podem ser abordados por outras ferramentas, algumas das quais estão compiladas abaixo:

Guia de Direitos Humanos

A principal orientação da TNC sobre como buscar agendas de conservação ambiciosas com total respeito aos direitos humanos e à autodeterminação do IPLC. Esta Ferramenta deve ser considerada um componente da visão mais ampla do Guia de Direitos Humanos e, como tal, aponta repetidamente para os Módulos correspondentes do Guia de Direitos Humanos.

Acesse o guia aqui⁽¹⁾

Arcabouço 2.0 de Voz, Escolha e Ação (VCA)

O Guia da Estrutura de VCA fornece a visão mais atualizada da visão da TNC sobre a conservação baseada em direitos humanos em parceria com os IPLCs. A versão mais recente foi lançada em maio de 2022.

Veja também:

- VC Website (46)
- Apêndice de recursos adicionais da VCA (47) incluindo diagnósticos, manuais e modelos
- <u>Ferramenta VCA 10: Guia para Meios Subsistência Sustentáveis e Empresas</u> Comunitárias (48)

Orientação para a Integração da Equidade de Gênero na Conservação

Isso ajuda as equipes a localizarem o nível de oportunidade e ambição do projeto em um Contínuo de Integração de Gênero para selecionar problemas, listas de verificação, exercícios e dicas para iniciar a integração da igualdade de gênero.

Acesse o guia aqui(22)

Ferramenta de Análise de Gênero SERVIR

A análise de gênero é uma estrutura pela qual uma atividade pode ser avaliada no contexto de dinâmicas de poder, oportunidades e restrições de gênero. Isso pode ajudar as equipes a fazerem recomendações para o projeto de serviços com vistas à equidade de gênero e à inclusão social. A ferramenta SERVIR ajuda a fornecer orientação e análise específicas para ajudar todos os gêneros a obterem benefícios iguais do trabalho que está sendo realizado.

Veja também: SERVIR Ferramenta de Análise de Gênero (pdf) (49)

Conservação por Projeto (CbD) 2.0

Uma articulação mais antiga de ideias esboçada pela primeira vez em 1996, a CbD foi onde a TNC começou a articular sua visão de conservação ambiental centrada nas pessoas. Ela deu forma a inúmeros projetos da TNC e ajuda a situar as ambições de conservação dentro de realidades sociais e ambientais complexas, tanto em nível global quanto local.

Veja também:

- CbD website (18)
- <u>CbD centro de recursos</u> (50)

Parceria de Medidas de Conservação e Planejamento Rural Saudável

A CMP é uma comunidade global de parceiros que promove esforços de conservação em todo o mundo, com base na experiência de governos, ONGs e empresas privadas.

O HCP é uma adaptação dos Padrões Abertos para a Prática da Conservação, com base em abordagens robustas de planejamento estratégico de vários setores.

Veja também:

- Website dos Padrões de Conservação (51)
- Documentos de Treinamento e Política de Planejamento Rural Saudável (52)
- Biblioteca de Recursos

Guia de Recursos da Conservação Internacional para Negociações Indígenas

Ø Website. Perspectiva criticamente importante e enquadramento de problema.

FPIC 360

Ø Website. Patrocinado por USAID.

INTRINSIC: Integração de Direitos e Questões Sociais na Conservação

Ø Materiais disponíveis aqui.

UNDP Procedimento de Triagem Social e Ambiental (SESP)

Ø Website.

IUCN Centro de Recursos de Gênero e Meio Ambiente

Ø Website. Fornece uma extensa biblioteca de ferramentas para análise baseada em gênero, geralmente específica para conjuntos de questões e regiões geográficas particulares.

Padrões CCB

Ø Website.

REDD+ SIS—materiais

Ø Website.

GCF Salvaguardas - materiais

Ø Website.

WWF Salvaguardas - materiais

Ø Website.

Iniciativa de Conservação dos Direitos Humanos - publicações de membros

Ø Website.

EJScreen: Ferramenta de Triagem e Mapeamento da Justiça Ambiental (Estados Unidos)

Ø Website.

Rastreador de Direitos da Iniciativa de Medição de Direitos Humanos, um empreendimento colaborativo exclusivo entre profissionais de direitos humanos, pesquisadores, acadêmicos e outros apoiadores de direitos humanos.

Ø Website.

Abordagem Baseada em Direitos Humanos da Agência Sueca de Desenvolvimento Internacional. Esta caixa de ferramentas fornece conhecimento, ferramentas e inspiração sobre como aplicar a Abordagem Baseada em Direitos Humanos na cooperação Sueca para o desenvolvimento. Ela é fundamental para a integração dos direitos humanos e a contribuição para o desenvolvimento democrático em toda a cooperação para o desenvolvimento da Sida.

Ø Website.

REFERÊNCIAS

- 1. The Nature Conservancy. <u>The Voice, Choice, and Action Framework: A Conservation Practitioner's Guide to Indigenous and Community-Led Conservation, Version 2.0</u> (2022).
- 2. The Nature Conservancy. <u>Human Rights Guide for Working with Indigenous Peoples and Local Communities</u> (2020).
- 3. The Conservation Initiative on Human Rights
- 4. Griscom, B.W., J. Adams, P.W. Ellis, et al. 2017. <u>Natural climate solutions</u>. Proceedings of the National Academy of Sciences, 114(44)1164511650. DOI: 10.1073/pnas.1710465114
- 5. Abulu, L. Conservation by eliminating human presence is a flawed construct: study. *Mongabay News* (2021)
- 6. Mukpo, A. Advocates call for a new human rights-based approach to conservation. Mongabay News (2021)
- 7. The Nature Conservancy. VCA Framework: Equitable Benefits, Impact, and Inclusion
- 8. The Nature Conservancy. Human Rights Guide: Free, Prior and Informed Consent.
- 9. The Nature Conservancy. Human Rights Guide: Implementation.
- 10. The Nature Conservancy. Human Rights Guide: Monitoring, Evaluation & Adaptation.
- 11. The Nature Conservancy. <u>Human Rights Guide: Learning & Early Discussion.</u>
- 12. United Nations. *Who are indigenous peoples?*
- 13. United Nations. Frequently Asked Questions on Economic, Social and Cultural Rights
- 14. Council of Europe. Eradication impunity for serious human rights violations
- 15. Chernichenko, S.V. <u>Definition of gross and large-scale violations of human rights as an</u> international crime. *United Nations Digital Library* (1993)
- 16. The Nature Conservancy. Conservation Project Risk Assessment Guidelines (2023).
- 17. The Nature Conservancy. Prototyping Network: Interested Parties Assessment Tool
- 18. The Nature Conservancy. Conservation by Design 2.0 (2018)
- 19. The Nature Conservancy. <u>VCA Framework: Tenure Rightsholder and Stakeholder Mapping</u> (2022)
- 20. The Nature Conservancy. <u>VCA Framework: Community Leaders and Institutions</u> (2022)
- 21. The Nature Conservancy. <u>VCA Framework: Collective Action and Social Cohesion</u> (2022)
- 22. The Nature Conservancy. Integrating Gender Equity in Conservation (2020)

- 23. Flora and Fauna International. <u>Tools for Participatory Approaches</u>
- 24. Business and Human Rights Resource Centre. <u>Human Rights Defenders & Civic Freedoms Programme</u>
- 25. Front Line Defenders
- 26. Human Rights Measurement Initiative. Rights Tracker
- 27. United Nations. <u>Universal Declaration of Human Rights</u> (1948)
- 28. United Nations. International Covenant on Civil and Political Rights (1966)
- 29. United Nations. <u>Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination Against</u> Women (1979)
- 30. United Nations. Declaration on the Rights of Indigenous Peoples (2007)
- 31. Inter-American Court of Human Rights. <u>Case of the Saramaka People v. Suriname</u> (2018)
- 32. Inter-American Court of Human Rights. <u>Case of the Saramaka People v. Suriname:</u> <u>Judgment of November 28, 2007</u>
- 33. Minority Rights Group International. Ogiek Judgment Summary (2022)
- 34. International Labor Organization. <u>Convention No. 183 Convention concerning the Revision of the Maternity Protection Convention (Revised)</u> (2000)
- 35. The Nature Conservancy. <u>Human Rights Guide: Wenland Case Study</u>
- 36. Sida. Human Rights Based Approach and Water (2022)
- 37. International Bar Association. <u>IBA Practical Guide on Business and Human Rights for Business Lawyers</u> (2016)
- 38. Shift Project. Explanatory Note on Prioritization for the Dutch Sector Covenant Process (2016)
- 39. United Nations. Guiding principles on business and human rights (2011)
- 40. United Nations. <u>International Convention for the Protection of All Persons from Enforced Disappearance</u> (2010).
- 41. United Nations. Corporate human rights due diligence
- 42. United Nations. <u>International Convention on the Elimination of All Forms of Racial Discrimination</u> (1965)
- 43. United Nations. Convention on the Rights of Persons with Disabilities (2006)
- 44. United Nations. <u>International Convention on the Protection of the Rights of All Migrant</u> Workers and Members of Their Families (1990)
- 45. International Labor Organization. <u>C182- Worst Forms of Child Labour Convention</u>, <u>1999 (No. 182)</u>
- 46. The Nature Conservancy. Voice, Choice and Action (VCA) Framework
- 47. The Nature Conservancy. <u>VCA Framework Tools & Resources</u>
- 48. The Nature Conservancy. <u>VCA Tool 10: Guidebook to Sustainable Livelihoods and</u> Community Enterprises
- 49. Servir. Gender Analysis Tool
- 50. The Nature Conservancy. Conservation By Design 2.0 Guidance Document
- 51. Conservation Standards
- 52. Conservation Standards. <u>Healthy Country Planning</u> (2019)